



**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

### **CONTRATANTE**

**(PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA)**

### **PROCESSO Nº**

064-2024

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação da UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG.

### **VALOR TOTAL ESTIMADO**

**R\$ 215.115,97 (duzentos e quinze mil cento e quinze reais e noventa e sete centavos).**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 20/09/2024 às 09:00h (horário de Brasília)**

### **Critério de Julgamento:**

Menor preço

### **Modo de disputa:**

Aberto



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Concorrência Nº 003-2024

Processo Nº 064-2024

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Taparuba - MG, por meio do setor de licitações e contratos, inscrita no CNPJ sob nº 01.616.741/0001-64, situada na Avenida Arminda Medeiros, 430, Taparuba/MG, CEP 36.953-000, realizará licitação, na modalidade Concorrência, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação na UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quantos às especificações do objeto.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. É de responsabilidade do licitante incluir todos os documentos de habilitação no site da AMM LICITA (<https://ammlicita.org.br>), antes da abertura do certame, de modo que no momento de abertura da sessão pública, todos os documentos exigidos para fins de habilitação já deverão estar inclusos no sistema eletrônico.

2.4. A não observância do disposto no itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**3.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.5.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**3.10.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.10.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **3.14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.14.1.** A habilitação será verificada por meio das seguintes consultas:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Para a consulta de licitantes pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas dos itens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- e) A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/92.
- f) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- g) A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- h) Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- i) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- j) Independente das consultas previamente realizadas, as licitantes deverão encaminhar, nos termos deste instrumento, a documentação relacionada nos itens a seguir, sob pena de inabilitação.

### **3.14.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- I) Registro comercial no caso de firma individual;
- II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- III) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. RG e CPF de todos os sócios da empresa.
  - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte (datada no máximo 180 dias);
  - b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
  - c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual da sede da licitante;
  - d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
  - e) Inscrição Estadual com base na sede da licitante.

### **3.14.3 REGULARIDADE TRABALHISTA**

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

b) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

### **3.14.4 REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão negativa de falência/concordata ou em Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar no documento

b) Balanço patrimonial e DRE do último exercício vigente.

c) Certidão Simplificada da junta comercial.

### **3.14.5. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:**

a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em papel timbrado, comprovando a execução satisfatória de serviços ou fornecimento similares ao objeto desta licitação ou Certidão de Acervo Operacional – CAO, prevista na Resolução CONFEA nº 1137/2023, comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

## **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global por empreitada, conforme planilha de composição de custos;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.9.1.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto**.

**5.4.** O licitante, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.5.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**5.5.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.5.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.5.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.5.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.6.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

**5.6.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.6.1.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.6.1.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.6.1.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.6.1.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.6.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.6.2.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.6.2.2.** Empresas brasileiras;

**5.6.2.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**5.6.2.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.7.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.7.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.7.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**5.7.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, ou conforme descrito no chat pelo Pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.7.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou através de solicitação e justificativa encaminhados para o e-mail – [licitacao@taparuba.mg.gov.br](mailto:licitacao@taparuba.mg.gov.br), antes de findo o prazo.

**5.8.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**d)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**6.1.1.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

**6.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**6.8.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;

**6.8.3.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.3.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico, certificados ou assinados digitalmente.

**7.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.1.6.** Fraudar a licitação;

**9.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.7.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual variável de 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) a depender da gravidade do ato, conforme art.156, §3º da lei federal 14.133/21.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 1% (um por cento) do valor do contrato licitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato licitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicados ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 9.1.3 e 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias corridos da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias corridos, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@taparuba.mg.gov.br](mailto:licitacao@taparuba.mg.gov.br).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site oficial da prefeitura municipal de Taparuba e endereço eletrônico <https://lai.memory.com.br/editais-contratos>. Os autos do processo administrativo são digitais e podem ser consultados, por qualquer interessado, por meio do clique no nº do processo, constante também do endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/>.

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1.** **ANEXO I** – Projeto Básico, Planilha Orçamentária e outros referentes ao LOTE 01;

**11.11.2.** **ANEXO II** - Projeto Básico, Planilha Orçamentária e outros referentes ao LOTE 02;

**11.11.3.** **ANEXO III** - Projeto Básico, Planilha Orçamentária e outros referentes ao LOTE 03;

**11.11.4.** **ANEXO IV** – Minuta do Contrato;

**11.11.5.** **ANEXO V** – Proposta;

**11.11.6.** **ANEXO VI**– Declaração de Pleno Conhecimento das condições para execução da obra;

**11.11.7.** **ANEXO VII** - Declaração de inexistência de servidores, responsáveis técnicos que sejam funcionários da Prefeitura.



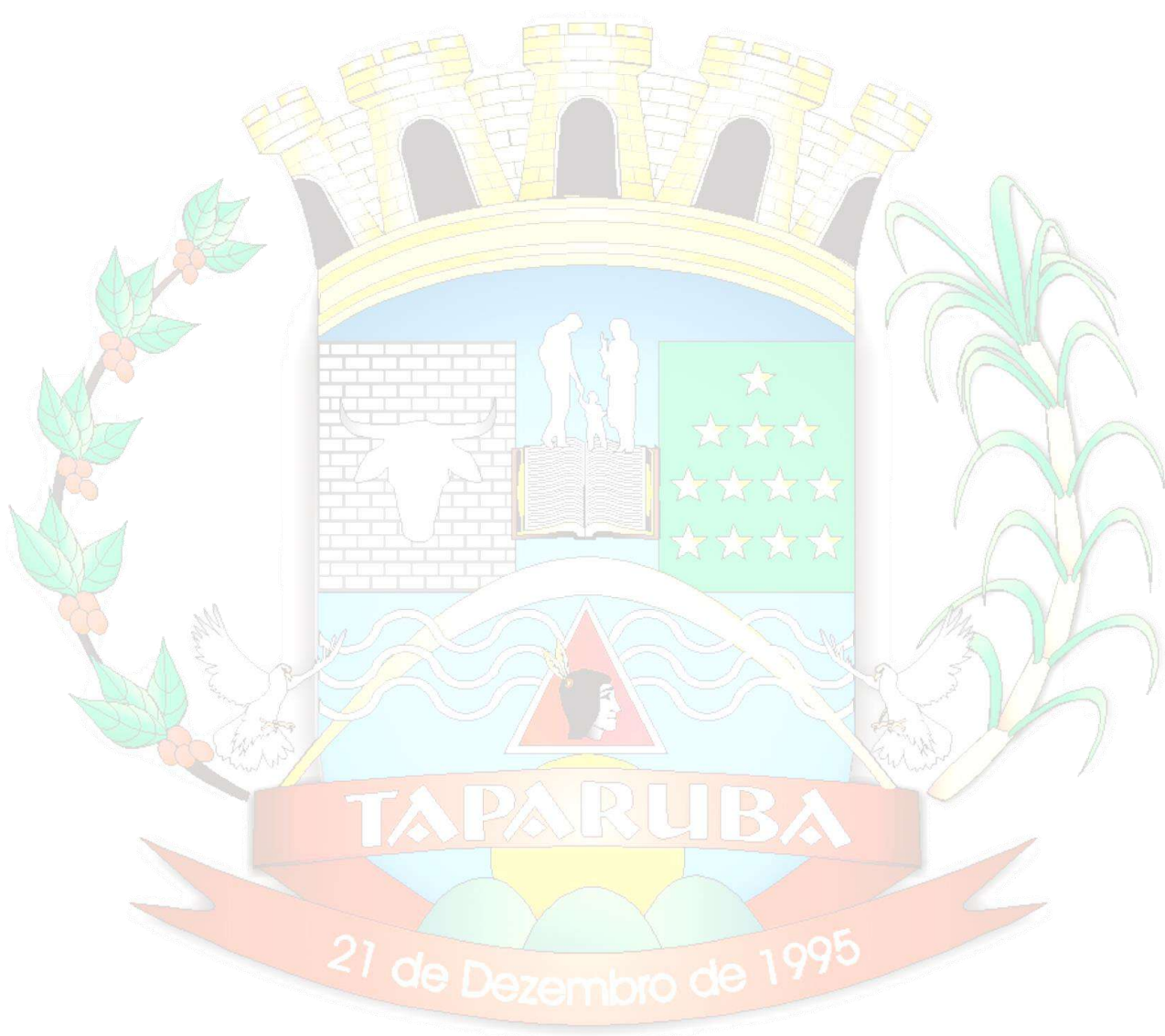
# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

Taparuba, 03 de Setembro de 2024

---

**Joaquim de Abreu Filho**  
**Prefeito Municipal**







**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**LOTE 01**

**TAPARUBA**

21 de Dezembro de 1995



# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **ANEXO I PROJETO BÁSICO**

**OBJETO: MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ REFERENTE A RESOLUÇÃO 8429**

**LOCALIZAÇÃO: RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 - CENTRO – TAPARUBA/MG.**

### **1. GENERALIDADES**

1.1. As presentes especificações técnicas têm por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento dos serviços relativos à MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ, localizada no município de Taparuba, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato.

1.2. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos em anexo.

1.3. Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da CONTRATADA.

1.4. Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

1.5. Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

### **2. OBJETO**

2.1. Projeto básico para contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação localizada na UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG.

2.2. Os serviços deverão ser contratados pela modalidade de preços unitários, conforme a planilha orçamentária e demais documentos presentes nesta Licitação, que prevê execução dos serviços necessários à implantação completa da manutenção e adaptação acima listado. A documentação a ser utilizada pelos Licitantes, para compor sua proposta de preços, para a construção das unidades licitadas, está descrita neste Termo de Projeto Básico e nos seguintes documentos:

- Planilha de Orçamentária;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição de custos;
- Composição do BDI adotado;





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### **3. JUSTIFICATIVA**

3.1. À Prefeitura Municipal de Taparuba cumpre a missão de projetar, fiscalizar e executar as obras e/ou de infraestrutura e urbanização nas diversas regiões do Município. Considerando a necessidade de realizar melhorias de infraestrutura, faz a necessidade a manutenção e adaptação da UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues, Centro, Taparuba/MG justifica-se a manutenção e adaptação dessa unidade pela necessidade pelo melhor atendimento na saúde, justificando-se a abertura de licitação objetivando seleção de proposta mais vantajosa para a futura contratação de serviços para executar esta manutenção e adaptação.

### **4. PRAZO DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços contratados deverão ser iniciados em até 02 dias úteis, a partir da assinatura da ordem de serviço.

4.2. Os serviços contratados deverão ser concluídos conforme Cronograma Físico- Financeiro em até 90 dias (noventa) dias corridos a contar da data de assinatura da ordem de serviço.

4.3. O prazo de vigência do contrato iniciará a partir da data de publicação do contrato no diário oficial. Admite-se prorrogação caso ocorra algumas das hipóteses previstas no art. 105 da Lei Federal 14.133/21.

### **5. CRONOGRAMA**

5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo o cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste projeto básico.

5.2. Somente é possível alterar o cronograma físico-financeiro do contrato em casos excepcionais e sob autorização da CONTRATANTE.

5.3. Qualquer alteração do cronograma devido a fatos supervenientes ou imprevisíveis, deverão ser informados e justificados a parte fiscalizadora o mais breve possível, inclusive apresentando plano de ação para reestabelecimento dos prazos.

### **6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG ou CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;

b) A qualificação técnica operacional será comprovada através da apresentação de pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público acompanhado de CAT e/ou da Certidão de Acervo Operacional – CAO, prevista na Resolução CONFEA nº 1137/2023, comprovando aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação.

c) No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.



# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

d) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

e) Os tipos de serviços solicitados poderão constar em mais de uma CAT, devendo estas, pertencer ao mesmo RT indicado na Declaração de responsabilidade técnica.

f) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados no item II deverão pertencer ao quadro da licitante, entendendo-se como tal:

g) apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como CONTRATANTE; contrato social em que conste o profissional como sócio da empresa licitante; contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

h) Declaração de Responsabilidade Técnica indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e responsável técnico indicado.

## **7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **7.1. Considerações Preliminares**

7.1.1. Os serviços referentes ao objeto do contrato deverão estar de acordo com o projeto básico fornecido pela Secretaria de Obras do Município de Taparuba/MG. Qualquer modificação deverá ser autorizada previamente pela FISCALIZAÇÃO, mediante avaliação das eventuais correções.

7.1.2. Todos os serviços deverão ser executados em consonância aos projetos, às prescrições contidas neste projeto básico, às normas técnicas da ABNT, aos decretos municipais, aos memoriais descritivos e demais documentos técnicos apresentados pela CONTRATANTE e outras regulamentações aplicáveis.

7.1.3. A CONTRATADA deverá adotar normas especiais ou suplementares de trabalho não previstas neste projeto básico, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as Especificações Técnicas, desde que seja mantida a equação econômico-financeira pactuada.

7.1.4. A CONTRATADA deverá obedecer a todas as leis, normas especiais ou suplementares de trabalho, bem como, aquelas que vierem a ser editados no prazo de vigência contratual.

7.1.5. As grandezas constantes deste manual são expressas em unidades legais e as convenções para sua indicação, assim como as abreviaturas, são consagradas pelo uso. Siglas e abreviaturas pouco usuais são explicitadas no decorrer do texto.

7.1.6. Fica reservado à CONTRATANTE o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e, porventura, omissos no projeto básico, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

7.1.7. Na existência de serviços não especificados, a CONTRATADA somente poderá executá-los após devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.1.8. A omissão de qualquer procedimento neste projeto básico ou nos projetos, memoriais ou planilhas não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

7.1.9. O orçamento deverá ser formulado pelo licitante levando em consideração todos os detalhes e indicações descritos em todos os documentos técnicos, sendo que a possível omissão destes em planilha orçamentária não exime a CONTRATADA da sua execução.

7.1.10. No caso de divergência entre os projetos e demais documentos técnicos, terá prioridade o documento que apresentar maior detalhamento do serviço, sejam eles planilhas, memórias ou projetos.

7.1.11. Os serviços indicados no memorial descritivo deverão ser executados mesmo quando omissos em planilhas/projetos, uma vez que se referem à qualidade da execução. Conflitos entre este projeto básico e a Planilha Orçamentária ou Projetos deverão ser informados à FISCALIZAÇÃO do município de Taparuba para definição a respeito.

7.1.12. Omissões da planilha orçamentária deverão ser informadas pelo licitante antes da data marcada para recebimento dos envelopes. Tendo em vista a grande especialidade das licitantes, pequenas omissões tidas como lógicas para execução dos serviços licitados serão entendidas como inclusas no preço, devendo a licitante absorver referidos custos.

7.1.13. As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas com autorização escrita, emitida pela FISCALIZAÇÃO e com a anuência dos autores dos projetos.

7.1.14. A CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE detalhes de projetos que facilitem a visualização dos serviços.

7.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todas as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS dos materiais utilizados.

## **7.2 Definições básicas**

7.2.1. PMT - Prefeitura Municipal de Taparuba ou CONTRATANTE;

7.2.2. CONTRATADA - Empresa CONTRATADA pela PMT, para a execução das obras e/ou serviços.

7.2.3. FISCALIZAÇÃO – Comissão ou Pessoa física ou jurídica, designada pela PMT para fiscalizar a execução das obras e serviços.

7.2.4. PROJETISTA – Responsável designado ou contratado pela PMT para a elaboração dos projetos.

7.2.5. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – Profissionais habilitados pelo CREA/CONFEA autores dos projetos de serviços e/ou obras ou responsáveis pela execução da obra ou serviço.

## **7.3 Relações entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO**

7.3.1. Os serviços serão fiscalizados por pessoal pertencente à PMT, ou empresa por ela indicada, que será doravante aqui designada FISCALIZAÇÃO.

7.3.2. A manutenção e adaptação será conduzida por pessoal pertencente à empresa VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO para execução dos serviços, que será doravante aqui designada CONTRATADA.

7.3.3. A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA deverá estar sempre a cargo de um engenheiro ou arquiteto, devidamente habilitado e registrado no CREA/CAU-MG.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.4. A CONTRATADA obriga-se a dar início aos serviços em até 2 dias úteis da data fixada na Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE, sob pena de incidir em multa prevista no Contrato.

7.3.5. Eventuais modificações nos elementos originais só poderão ser efetuadas com Autorização formal e escrita da CONTRATANTE, e devidamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO quanto a sua exequibilidade técnico-financeira e as normas da ABNT. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após aprovação da FISCALIZAÇÃO responsável.

7.3.6. A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e/ou serviços, como também, comunicar qualquer fato que resultar em risco à segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade dos serviços.

7.3.7. Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE poderá autorizar, mediante justificativa, modificações de caráter urgente. Se as modificações resultarem em encargos financeiros, estas deverão ser precedidas de aditivo contratual.

7.3.8. Caberá a CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e/ou serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física integrante da proposta, obrigando-se a manter no local das obras e/ou serviços:

- Livro de Registro da FISCALIZAÇÃO, com folhas numeradas;
- Diário de Obras Físico ou online (de preferência); de livre acesso da FISCALIZAÇÃO que deverá ser alimentado diariamente pelo responsável pela execução dos serviços prestados;
- Registro de autorização (ordem de início dos serviços);
- ART de Execução;
- Todos os projetos em pranchas impressas em formatos originais para livre uso da FISCALIZAÇÃO quando necessário, em versão vigente.

7.3.9. Os documentos relacionados no item anterior constituirão o processo da obra e/ou serviços, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução, os mesmos deverão ser entregues à CONTRATANTE da seguinte forma: os itens A e B deverão ser disponibilizados em uma via original de cada final de período do cronograma ou em cada medição caso os dois não coincidam. Os demais itens deverão ser entregues antes do início dos serviços a serem prestados. Todos os documentos deverão conter assinatura, sobre carimbo, do Responsável Técnico.

7.3.10. No Livro de Registros da FISCALIZAÇÃO, mencionado na alínea "a", serão lançadas, pela CONTRATANTE, as solicitações e informações necessárias para conhecimento da CONTRATADA, a qual deverá responder utilizando-se do mesmo meio. Tudo que for lançado no livro pela FISCALIZAÇÃO será também apresentado à CONTRATADA, de forma oficial em papel timbrado, quando assim julgar necessário, devendo a CONTRATADA responder a todas as solicitações da mesma forma em papel timbrado assinado pelo responsável técnico.

7.3.11. A CONTRATADA colocará na direção geral das obras e/ou serviços, na parte que lhe compete, profissional devidamente habilitado e registrado no CREA/MG, que será seu responsável juntamente com o RT declarado; na forma da legislação vigente.

7.3.12. A CONTRATADA manterá no local das obras e serviços, os técnicos e a mão de obra necessária à perfeita execução dos mesmos, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.13. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

7.3.14. A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados ao serviço prestado, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos mesmos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus. Inclui equipamentos de proteção individual e coletiva de toda sua equipe ou terceiros contratados pela mesma quando assim autorizado, seguindo as normas de segurança do trabalho e da ABNT.

7.3.15. Os equipamentos, os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à FISCALIZAÇÃO determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

7.3.16. A CONTRATADA se responsabiliza, desde a assinatura do contrato, por todo e qualquer serviço que resulte em danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência dos serviços executados.

7.3.17. A execução e operação das obras provisórias e definitivas, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

7.3.18. Cabe à CONTRATADA, desde o início e até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras localizadas no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas.

7.3.19. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância dos serviços a serem prestados, provisórios ou definitivos, até a ocupação e recebimento definitivo das mesmas pelo CONTRATANTE.

7.3.20. Após a conclusão das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, o escritório de obras, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de uso imediato.

7.3.21. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações, orientações e determinações obriga-se a atender pronta e irrestritamente inclusive de forma escrita quando solicitado. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente da CONTRATANTE.

7.3.22. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra e também a qualidade da execução.

7.3.23. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

7.3.24. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

7.3.25. A FISCALIZAÇÃO, constatando inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, poderá exigir o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS.

7.3.26. Compete à FISCALIZAÇÃO, em conjunto com as demais áreas da CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.27. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela FISCALIZAÇÃO ou pela própria CONTRATADA, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

7.3.28. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da FISCALIZAÇÃO importará na aplicação das multas contratuais relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

7.3.29. No prazo de observação das obras, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela FISCALIZAÇÃO, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

7.3.30. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.31. CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.32. A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como aqueles necessários à inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

7.3.33. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

7.3.34. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela PMNS, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra e do pessoal envolvido em sua execução.

### **7.4. Cabe à CONTRATADA:**

7.4.1. O fornecimento de todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo às orientações da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e às normas técnicas vigentes;

7.4.2. Designar um preposto para acompanhar a execução do presente contrato;

7.4.3. Comunicar à CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;

7.4.4. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou PROJETISTAS da CONTRATANTE ou contratados por ela, e que por esta forem previamente credenciados.

7.4.5. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que a CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### **7.5. Materiais fornecidos pela CONTRATADA**

7.5.1. Para os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser observadas as seguintes disposições:

- **Especificações**

- I. Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da ABNT (aprovados, recomendados ou projetados) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela PMT.
- II. Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.
- III. Na composição de preços, o custo dos materiais fornecidos pela CONTRATADA é considerado posto obra.

- **Inspeção**

- I. Todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela CONTRATADA e deverá ser representativa do material a ser usado.
- II. O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser retirado e substituído pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a PMT.

- **Marcas e patentes**

- I. A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se ou incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licenças de utilização.

- **Armazenamento**

- I. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários à confecção do concreto, a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e, adicionalmente, às recomendações desta Especificação.

- **Serviços de terceiros**

- I. São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da CONTRATADA. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a CONTRATADA, que se afigura como única responsável perante a PMT.
- II. Os Serviços só poderão ser executados por terceiros quando previsto em edital seguindo todas as regras nele impostas.
- III. É vedada a subcontratação de mão-de-obra isolada – não relacionada a um serviço específico da planilha orçamentária e dispensada após a sua conclusão.



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- IV. A listagem das empresas SUB-CONTRATADA's deverá ser formalmente apresentada à FISCALIZAÇÃO (com brevidade necessária para não acarretar atraso na obra), devendo as SUBCONTRATADA's comprovarem a documentação de habilitação e qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados junto a COMISSÃO DE LICITAÇÕES da PMT.

- **Preços**

- I. Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados, e cobrirão todos os custos previstos na composição, detalhamentos, memoriais e regulamentação de preços e também todas as despesas indiretas e diretas prevista nos documentos técnicos disponibilizados como referência para este processo, incluindo BDI.
- II. Os preços contratados, GLOBAL E UNITÁRIOS, estarão limitados superiormente pelo preço orçado pelo órgão, que figurarão como preços máximos. O licitante que apresentar em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido será desclassificado do certame.
- III. A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos na regulamentação de preços e especificações, conforme o regime de execução e bases de referências adotados.
- IV. As composições analíticas de custos unitários deverão ser apresentadas junto à proposta e deverão conter todas as composições de formação dos preços presentes no orçamento proposto, sendo que além das bases e códigos de referência, deverá ser mencionadotambém a itemização conforme a planilha orçamentária. Poderá ser solicitado a qualquer momento da avaliação, as composições auxiliares para melhor avaliar as composições principais.
- V. Para apresentação das composições de custos, deverá ser adotada planilha com todas as informações pertinentes ao serviço, como especificações, unidades, quantidades custo e preço com BDI, índices e quaisquer outras informações que otimize sua avaliação.
- VI. Nas colunas de formação de preço com BDI e do valor total, as fórmulas deverão ser truncadas com 2 casas conforme padrão TCU.
- VII. Juntamente à proposta impressa, a licitante, para fins de apreciação e avaliação do setor técnico de engenharia, deverá apresentar todos os arquivos das planilhas em formato Excel em um CD ou pen drive identificado com nome do licitante e o nº do respectivo processo licitatório. (Este item não substituirá a proposta formal impressa e não tem caráter desclassificatório).





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### **7.6. Condições de aceitabilidade das composições de custos**

7.6.1. As composições de custo devem ser apresentadas na forma analítica contendo as composições de cada item da planilha orçamentária de forma a deixar claro os coeficientes e demais informações relativas a formação dos preços;

7.6.2. Não serão aceitas alterações ou exclusões de materiais ou índices de materiais em relação às composições de referência;

7.6.3. Havendo alterações no coeficiente de produtividade, a fiscalização poderá exigir justificat  o/comprova  o de executabilidade dos mesmos, sob pena de desclassifica  o.

7.6.4. Licitantes que apresentarem composi  es não condizentes com a base utilizada serão desclassificadas;

7.6.5. Todas as composi  es de custo deverão demonstrar a mesma itemiza  o e descri  o dispostas na planilha orçamentária, além de mostrar o custo total do serviço e o preço com BDI;

7.6.6. Para a aceitabilidade das composi  es, serão analisadas primeiramente todas as composi  es da curva "A" de serviços, ou seja, a porcentagem aproximada de 80% do orçamento.

7.6.7. As demais composi  es serão avaliadas por amostragem;

7.6.8. Os serviços considerados importantes pela equipe técnica que avaliará as propostas, que não estiverem dispostos nos itens relacionados na alínea "f", serão avaliados posteriormente a estes;

7.6.9. No caso de o primeiro colocado ser desclassificado por erros ou equívocos não passíveis de corre  o, o segundo colocado serão avaliado utilizando as mesmas diretrizes de avalia  o do primeiro colocado e assim consecutivamente;

7.6.10. As demais composi  es que não foram citadas nas alíneas "f" e "g", serão consideradas aceitas; porém, se ao longo da execu  o dos serviços, a FISCALIZA  O encontrar erro nestas, as mesmas serão desconsideradas; passando a valer desde então, as composi  es originais apresentadas pela PMT no orçamento proposto do certame. Quanto ao preço, este não poderá ser modificado. j) Os únicos erros passíveis de corre  o serão erros de digita  es e/ou aritméticos e simplesmente de ordem, desde que esses, não alterem o valor do item e conseqüentemente o valor global da proposta.

### **7.7. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

7.7.1.    a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os atributos e fretes incidentes. Salvo condi  es expressas ao contrário, remunera as despesas a seguir relacionadas: Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:

- Administra  o Central
- Seguros/Imprevistos
- Despesas Financeiras



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- PIS (Programa de Integração Social)
- ISS (Imposto Sobre Serviço)
- COFINS
- Lucro

7.7.2. Será exigido de todos os licitantes na apresentação da proposta de preços o demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, conforme modelo abaixo.

7.7.3. Do licitante vencedor poderá ser exigido a Composição analítica detalhada do BDI apresentado na proposta.

## 8. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

### 8.1 Das condições

8.1.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21 e legislações pertinentes com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência no interesse da administração pública.

8.1.2. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

8.1.3. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

### 8.2 Da regulamentação de preço

8.2.1. Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentária, serão observados os seguintes requisitos:

a) Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.

b) Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentária da obra, a inclusão dos itens deverá atender ao que segue:

8.2.2. Caso o SINAPI contemple o serviço e todos os seus insumos também sejam novos, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas, aplicando-se sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT. O desconto a ser considerado será o maior ofertado na categoria já existente na planilha orçamentária, na qual se enquadrar o novo insumo ou serviço

8.2.3. Caso o SINAPI contemple o serviço e algum de seus insumos já esteja presente nas composições dos outros serviços apresentados pela CONTRATADA, o custo deste insumo será o mesmo apresentado na proposta vencedora, o qual também está condicionado ao limite máximo orçado pelo órgão. Os demais insumos receberão o mesmo tratamento recomendado na alínea "a)".





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

8.2.4. No caso da alínea “b)”, quando nas composições apresentadas pela CONTRATADA seja observado a atribuição de dois ou mais preços para o mesmo insumo, prevalecerá o menor.

8.2.5. Caso o item não seja contemplado pelo SINAPI serão usadas como base para formação dos novos preços as composições de Planilhas reconhecidas, cujos custos dos insumos serão alimentados da forma apresentada a seguir, adotando a mesma ordem como escala de prioridade:

- I. Utilizando aqueles apresentados na proposta vencedora;
- II. Utilizando aqueles constantes da tabela de insumos do SINAPI aplicando o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT;
- III. Quando o item não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores o preço adotado será o menor dentre os obtidos em três cotações no mercado;

## **8.3 Regulamentação dos preços de serviços**

8.3.1. Nos preços cotados deverão estar inclusos materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e maquinário necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.

## **8.4 Atualização de valores contratuais**

### **8.4.1. Reajustes:**

8.4.1.1. O contrato poderá ser reajustado, após o prazo legal de 12 (doze) meses, com base no índice INCC (Índice Nacional de Custo na Construção) ou outro que venha substituí-lo.

8.4.1.1. O reajuste fica condicionado ao requerimento por parte da CONTRATADA.

8.4.1.2. O requerimento de reajuste realizado fora da data base, ou seja, após o transcurso de 12 (doze) meses, será devidamente analisado pela CONTRATANTE, entretanto, será observado o período de 12 (doze) meses anteriores a data do requerimento e será aplicado nas medições realizadas a partir da data do pedido.

8.4.1.3. É importante salientar que, em caso de atraso no cronograma exclusivamente gerado por imperícia, negligência, imprudência e/ou erro de planejamento da CONTRATADA, o reajuste só será aplicado às medições do saldo do cronograma inicialmente aprovado e não ao saldo do contrato.

## **8.5. Reequilíbrio econômico- financeiro do contrato:**

8.5.1. É assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, devendo a solicitação estar devidamente embasada na lei e com as justificativas cabíveis ao pleito.

8.5.2. A avaliação se dará por meio de planilhas de referências utilizadas no orçamento original proposto pelo CONTRATANTE na data do certame, sendo assim, a planilha original terá sua data base atualizada na data da solicitação, sendo a ela aplicado o mesmo desconto apresentado na planilha vencedora, e por fim, será avaliado o impacto global gerado na obra, referente aos serviços a serem executados posteriormente ao pedido.

8.5.3. Aos serviços já executados não caberá reequilíbrio.



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

8.5.4. Aos serviços não executados devido a atrasos de cronograma gerados por imperícia da CONTRATADA, não caberá o reequilíbrio.

8.5.5. Desta forma, para aprovação, deverá ser demonstrado o desequilíbrio com impacto comprovado no valor global dos serviços não executados. Só serão considerados como não executados os serviços que estiverem dentro do cronograma normal, os serviços atrasados serão desconsiderados.

8.5.6. O período de avaliação da solicitação de reequilíbrio não dá à CONTRATADA o direito de paralização da obra, assim, a obra deverá fluir normalmente enquanto as solicitações passam por avaliações técnicas e jurídicas.

8.5.7. Em caso de paralização ou diminuição do ritmo, não justificados, devido a esse processo, a CONTRATADA será notificada e poderá sofrer sanções administrativas.

## 9. RESPONSABILIDADE LEGAL/FISCAL

9.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

9.2. As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

9.3. Toda a equipe de trabalho deverá estar vinculada à **CONTRATADA** pela CLT, não se admitindo trabalhadores em condições ilegais.

9.4. Toda a equipe de trabalho deverá estar equipada com ferramentas compatíveis com a tarefa além de fardamento, sapatos, capacete e outros utensílios de segurança quando necessário. Todos os funcionários deverão estar devidamente identificados.

9.5. Será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

## 10. DAS PROPOSTAS

10.1. A PROPOSTA DE PREÇOS, a qual será apresentada em uma via, na língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa proponente, **com todas as páginas encadernadas, numeradas e rubricadas, contendo assinatura e carimbo do representante legal da licitante na última página**, devendo ser elaborada obrigatoriamente de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no projeto básico bem como especificações dos fabricantes, normas técnicas pertinentes e conter ainda as seguintes indicações:

10.2. A proposta deverá conter preço unitário e total fixo e irrevogável, em moeda corrente nacional, com todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, montagem, instalação incluindo teste e ativação dos equipamentos ofertados;

10.3. Os materiais necessários à instalação integral dos equipamentos a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante dos serviços de instalação.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

10.4. Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da entrega das propostas;

10.5. Para as propostas que otimizem o seu prazo de validade, fica estabelecido que este prazo é o estipulado neste projeto básico;

10.6. Nos preços oferecidos deverão estar incluídas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/MG, demais encargos cabíveis e outros; Nome, identidade, CPF, profissão e endereço do(s) representante legal da empresa que assinará o Contrato, na hipótese de vencedora do certame.

10.7. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ou com preços manifestamente inexequíveis, podendo para tanto, exigir-se por ocasião da análise de preços, a demonstração da viabilidade dos mesmos, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado. Não se admitirá propostas que apresente preço global, unitários ou etapas maiores que o preço orçadas pela PMT.

10.8. A planilha da proposta deverá ser, em suas colunas de preço com BDI e preço total, truncada com 2 (dois) casas conforme padrão TCU.

10.9. Para facilitar a avaliação das propostas, sugere-se que o licitante apresente todas as planilhas conforme os modelos apresentados pela PMT, não sendo este, critério para desclassificação, apenas sugestão para facilitar a avaliação destas.

10.10. Cabe ao licitante a responsabilidade de conferir todas as fórmulas e somatórios das planilhas do orçamento proposto pela PMT. É necessário que o licitante insira nas suas próprias planilhas, as fórmulas de somatórios ou outras que não constarem nas planilhas modelo.

10.11. Junto a proposta deverá ser apresentado planilha das composições analíticas de custo de todos os serviços constantes nas planilhas orçamentárias, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, a composição de BDI e ainda atestado de visita técnica ou declaração.

## 11. VISTORIA

11.1. O licitante examinará as interferências por ventura existentes na área onde serão realizados os serviços, podendo visitar o local da obra, até o último dia útil da data anterior para a sessão inaugural do certame. Conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução dos mesmos. A realização da vistoria prévia no local é facultativa e será realizada através dos seus representantes técnicos devidamente habilitados.

11.2. Caso o licitante opte pela realização de visita técnica, esta deverá ser agendada junto ao setor de engenharia da Secretaria de Obras pelo telefone **(33) 33314- 8000** e realizada por profissional devidamente qualificado e credenciado pela empresa junto ao município.

11.3. A visita será acompanhada por engenheiro da Divisão da Secretaria de Obras, o qual, ao final emitirá o respectivo atestado de visita técnica.

11.4. Caso o licitante não julgue necessária a visita técnica, ele deverá mesmo assim, apresentar Declaração indicando que não realizou visita técnica, mas que assume responsabilidade sobre qualquer caso ocorrente posterior que poderia ser conhecido em tal visita.

11.5. O atestado de visita técnica e/ou declaração de não realização deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

11.6. É importante salientar que a equipe técnica da CONTRATANTE orienta que seja realizada a vistoria do terreno, de forma a evitar possíveis transtornos futuros.

## **12. OBRAS CIVIS**

### **a) Disposições Gerais**

- I. O suprimento de água, energia e telefone para todos os fins, bem como o afastamento e disposição final de águas residuais e metralhas serão de responsabilidade da CONTRATADA. O abastecimento de água ao canteiro será efetuado, obrigatoriamente, sem interrupção, mesmo que o CONSTRUTOR tenha que se valer de caminhão pipa.
- II. A ligação de energia elétrica ao canteiro obedecerá, rigorosamente, as prescrições da concessionária local. Os ramais e sub-ramais internos serão executados com condutores isolados por camada termoplástica, corretamente dimensionada para atender as respectivas demandas dos pontos de utilização.
- III. As emendas de fios e cabos serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fita isolante, não sendo admitidos fios desencapados. Todos os circuitos serão dotados de disjuntores termomagnéticos.
- IV. Cada máquina e equipamento receberão proteção individual, de acordo com respectiva potência por disjuntor termomagnético, fixado próximo ao local de operação.

### **b) Limpeza e Retirada de Material**

- I. Serão removidos todos os materiais imprestáveis e entulhos que se encontrem no terreno e na edificação, devendo permanecer caçamba ou área delimitada específica no canteiro de obra, sendo esta isolada das edificações e de fácil acesso para limpeza e retirada dos materiais. Toda a logística de tal material será de responsabilidade da CONTRATADA.
- II. Em hipótese alguma o CONSTRUTOR poderá remover quaisquer materiais sem a autorização por escrito no livro de obras. Tal autorização só terá validade quando emitida pela FISCALIZAÇÃO.
- III. Deverá ser prevista a limpeza e remoção dos entulhos de obra ao longo de todo o tempo de serviço, mantendo assim a obra limpa e segura conforme as recomendações em Norma (NR18).
- IV. Os tapumes de fechamento quando no caso de telhas metálicas ou qualquer outro material que não indique reaproveitamento, deverá ser executado com material novo e ser disponibilizado para a CONTRATANTE. Ao final de sua utilização, o material passará a ser de posse da PMT. Assim como demais materiais que forem remunerados por compra integral sem reaproveitamento.

## **13. RECEBIMENTO DA OBRA**

### **a) Regras Gerais**

- I. Cabe à CONTRATADA comunicar, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme o contrato.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- II. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.
- III. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

### **b) Recebimento Provisório**

- I. O recebimento de obras e serviços deve ser feito pelo responsável pela sua FISCALIZAÇÃO e acompanhamento do contrato, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.
- II. O recebimento provisório é o que se efetua, em caráter experimental, relativamente à totalidade da obra ou serviço executado após realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.
- III. Imediatamente após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato ou após o registro da conclusão no Diário de Obras no caso de obras, a FISCALIZAÇÃO deve vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA todas as condições contratuais, observado que:
  - a) Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório com marcação de data, comunicação à CONTRATADA, desde que não haja nenhum serviço a ser finalizado ou corrigido;
  - b) Em caso de não conformidade, a FISCALIZAÇÃO deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.
  - c) A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.
  - d) Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO junto a Comissão de Recebimento deve:
  - e) Lavrar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução, remetendo-o ao órgão municipal de engenharia, que dará conhecimento ao setor responsável pela realização de compras e contratações;
  - f) Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

g) Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento, com informações dos motivos de sua rejeição.

h) A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas, submetendo à nova verificação a etapa impugnada.

i) O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 3 (três) vias.

### **c) Recebimento Definitivo**

- I. O Recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.
- II. Recebida definitivamente a obra ou serviço de engenharia, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste por 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Código Civil Brasileiro.
- III. Caso tenham sido sanados os defeitos ou imperfeições observadas após 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a FISCALIZAÇÃO deve solicitar a aferição da Comissão de Recebimento Definitivo.

## **14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

14.1. Serão utilizados os critérios de medição do SINAPI para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam ocorrer durante as medições dos serviços.

14.2. Os itens constantes da Administração Local e/ou manutenção do Canteiro serão medidos em percentual equivalente ao total de serviços efetivamente executados no período, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União em seu acórdão Nº 3.103/2010 – Plenário.

14.3. As verbas direcionadas aos custos de administração local (engenheiro e encarregado) assim como locação de andaimes, estão de acordo com a previsão executiva dos serviços, em caso de atraso executivo não sendo admitidos acréscimos de verbas destinadas a tais itens.

14.4. A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

14.5. A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

14.6. Os limites mínimos para pagamentos dos serviços será conforme a previsão apresentada, entre outros elementos, no cronograma de desembolso por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros e aceite dos serviços por meio de planilhas de medição aprovadas pelo fiscal da obra e ainda, mediante liberação dos recursos e competente ordem de pagamento por parte do contrato de repasse adotando sistemática imposta pelo agente repassador de recurso para tanto (quando for o caso).

14.7. Não serão aceitas medições inferiores ao cronograma e/ou medições que possam configurar jogo de planilha/cronograma, podendo sofrer as devidas sanções administrativas.

14.8. Cabe à FISCALIZAÇÃO julgar necessária o pagamento de parcelas inferiores ao pré-definido devido a peculiaridades da obra, sendo que as mesmas deverão ser justificadas.

14.9. Em caso de atraso no cronograma, desde que atendido ao item 7, os serviços deverão ser replanejados pela CONTRATADA, de forma a corrigi-lo no mês subsequente.

14.10. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO e comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressas e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE em quesitos de quantidades, qualidades e quaisquer outros necessários.

14.11. Não será considerado nas medições insumos e materiais simplesmente por estarem disponíveis na obra, **somente será medido serviços devidamente executados e aprovados.**

14.12. Medições de serviços elétricos, hidráulicos e demais serão pagos em sua totalidade somente após testados todos os elementos, sendo a última parcela referente ao mínimo de 20% condicionada aos testes realizados na entrega da obra, ou seja, última medição.

14.13. A aferição da qualidade dos serviços executados será realizada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da Comissão de Recebimento. Para aprovação e pagamento de qualquer medição, será necessário a aprovação de todas as partes quanto a quantidades, qualidade e demais peculiaridades de serviço.

14.14. Serviços não serão medidos sem serem finalizados em etapas completas, nos caso de exemplos como: reboco e qualquer outro revestimento em meia parede se este estiver definido para parede inteira; revestimento de piso sem rodapé e/ou rejuntamento; acabamentos mal executados como reboco com emendas visíveis ou mal acabados, revestimentos com defeitos, mal instalados, com avarias ou sem acabamento em meia esquadrias e demais vícios de execução e ou aparelhos com acabamentos que não atendem aos memoriais ou com defeitos, sem sua devida correção ou troca.



## **15. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS**

15.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos deverão ser comunicados previamente a FISCALIZAÇÃO e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar ou executar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários sem autorização formal da FISCALIZAÇÃO. Considerar-se-á a CONTRATADA como competente para executar os serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas e equipamentos.

15.2. Os casos não abordados neste projeto básico serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

15.3. No caso de divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentária e, por último, dos desenhos, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

15.4. Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

15.5. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

15.6. Os níveis de terreno para a terraplenagem deverão ser definidos junto aos projetistas da PMT.

15.7. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para o canteiro, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

15.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

15.9. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

15.10. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.

15.11. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a CONTRATADA.

15.12. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

15.13. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais a serem empregados, e cada lote ou partida de material será confrontado com respectiva amostra previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

15.14. Nos casos de fundações ou serviços enterrados, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a escavação de até 10% dos itens executados para averiguar sua execução e qualidade. Os custos ficarão às expensas da CONTRATADA.

15.15. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão cuidadosamente conservadas no canteiro de obras, até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

15.16. Caberá a CONTRATADA executar, na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados. Tais testes serão executados de acordo com as normas pertinentes.

15.17. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

15.18. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas.

15.19. A remoção de todo entulho gerado na obra para fora do canteiro e para local permitido pelo Governo Estadual e/ou Municipal será feita pela CONTRATADA.

15.20. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telégrafo ou telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do Município e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

15.21. No caso em que a CONTRATADA venha a, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando-as conforme seu estado original.

15.22. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, bem como, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção até sua definitiva aceitação.

15.23. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

15.24. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao terreno da PMT.

15.25. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte do CONTRATANTE.

15.26. A CONTRATADA cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao terreno da PMT. Serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

15.27. Se a CONTRATADA necessitar deslocar para o terreno da PMT qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos às vias públicas – pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras instalações, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas. Caso ocorra algum dano, a CONTRATADA será responsável por seu ressarcimento.

15.28. Cumpre a CONTRATADA providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução da obra até o cumprimento integral do Contrato.

15.29. Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao preposto da CONTRATADA.

15.30. A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra.

15.31. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

15.32. Os representantes da FISCALIZAÇÃO, DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

15.33. Todas as atividades que ocorrerem fora do horário padrão de execução de serviços (entre 7h e 18h) deverão ser registradas no Diário de Obras.

15.34. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- a) Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- b) For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com o projeto;
- c) Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato;
- d) Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- e) A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra.

15.35. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pela FISCALIZAÇÃO, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

15.36. Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida a CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

15.37. Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

asseguem progresso satisfatório às obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado.

15.38. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

15.39. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

15.40. O impedimento ou a autorização de realização de processos de industrialização na obra, apontado pela FISCALIZAÇÃO, não acarretará acréscimos aos preços propostos, sejam decorrentes de transportes, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza, aumento de mão de obra ou quaisquer outros.

15.41. Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários, visto que já deverão estar previstos em seus preços unitários.

15.42. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão-de-obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção das obras, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

15.43. A CONTRATADA instalará nas obras contratadas, a suas expensas, placa indicando os responsáveis técnicos.

15.44. Também serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

15.45. Considera-se sempre que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

15.46. O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a obra será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO.

15.47. As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, utilização de veículos, entre outros, que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central da CONTRATADA e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços.

15.48. De acordo com as condições do Edital, serão incorporadas nos preços dos serviços, além das despesas com fornecimento dos materiais e da mão-de-obra essenciais à execução dos serviços, todas as decorrentes do emprego, aplicação ou utilização de:

- Ferramentas manuais, elétricas ou não;
- Ferramentas de corte e/ou desbaste;



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- Andaimas;
- Escoramentos;
- Outros serviços auxiliares necessários e não individualizados como itens de custo próprio na Planilha Orçamentária.

15.49. Deverão ser incorporadas aos preços dos serviços, quaisquer que sejam, as perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, inclusive mão-de-obra.

15.50. Nas hipóteses de sinistro, abandono da obra, falência da CONTRATADA ou rescisão unilateral, os valores dos insumos que porventura já tenham sido adquiridos, por força de contrato anterior, devem ser suprimidos ou disponibilizados, no que couber, e pelos seus valores atuais, dos contratos posteriormente firmados para continuação da execução do objeto da licitação.

Taparuba/MG, 30 de agosto de 2024

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho

Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

TAPARUBA

21 de Dezembro de 1995





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (modelo)

### INTRODUÇÃO.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

O Centro de Saúde de Taparuba enfrenta atualmente uma série de problemas estruturais que comprometem a qualidade dos serviços prestados à população. As fachadas do prédio necessitam de reparos e manutenção, incluindo a pintura, que apresentam sinais de desgaste e deterioração. A limpeza da pintura interna e externa é urgente para garantir um ambiente saudável e agradável para os pacientes e funcionários.

A unidade também precisa de uma sala devidamente preparada para receber o aparelho de ultrassonografia e de uma sala de descanso noturno para os profissionais de saúde, visando melhorar as condições de trabalho e, consequentemente, a qualidade do atendimento prestado.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)



### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### 3.1. Identificação do Objeto

- Descrição: Manutenção e Adaptação da UBS São José
- Finalidade: Hospitalar

### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação realizou-se o levantamento de mercado e identificou que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

### 5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Para elaboração da Planilha Orçamentária, foi utilizado sistema de custos e orçamentos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual além de pesquisas de mercado para estabelecer valores médios. O valor global estimado da contratação é de R\$ 89.457,55 (oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), incluindo todos os custos diretos e indiretos para prestação dos serviços de fornecimento e instalação, conforme cotações em anexo.





## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução como um todo, são essenciais para garantir um ambiente seguro e adequado, conforme as normas sanitárias vigentes, promovendo a saúde e o bem-estar da população atendida pelo Centro de Saúde de Taparuba.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O serviço a ser contratado, trata-se especificamente manutenção e adaptação da UBS São José. Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem para a Administração Pública no momento da fiscalização do contrato e pagamentos, pois trata-se de execução e instalação de um serviço técnico. Importante considerar ainda o princípio da economicidade.

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Os serviços de manutenção, conservação, reparação e adaptação do Centro de Saúde de Taparuba visam garantir a preservação e funcionalidade das instalações, promovendo um ambiente seguro e adequado tanto para pacientes quanto para profissionais de saúde. Com a execução dos serviços de manutenção, espera-se eliminar problemas como infiltrações e vazamentos, além de garantir o funcionamento adequado dos sistemas elétrico e hidráulico. A manutenção contínua das instalações previne o desgaste prematuro e a deterioração dos espaços físicos, assegurando a longevidade das infraestruturas.

No tocante à conservação, os serviços buscarão preservar as características originais do Centro de Saúde, incluindo a manutenção estética e funcional das fachadas, janelas, esquadrias e portas. A limpeza e a pintura interna e externa serão realizadas para proporcionar um ambiente mais agradável e saudável, o que contribui para a melhoria da experiência dos pacientes e das condições de trabalho dos profissionais de saúde. A conservação eficiente das instalações permite a utilização



plena dos recursos físicos disponíveis, evitando interrupções nos serviços de saúde oferecidos à população.

Os serviços de reparação e adaptação serão fundamentais para corrigir defeitos e adaptar as instalações às normas vigentes, especialmente em relação à acessibilidade e segurança. Estas intervenções são essenciais para garantir que o Centro de Saúde de Taparuba esteja plenamente equipado para atender às necessidades da comunidade, proporcionando um atendimento de qualidade e promovendo a saúde pública de forma eficiente e segura.

## 9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Por se tratar de uma manutenção, não se vislumbra nenhuma necessidade de providências prévias ao contrato, exceto, a orientação ao(s) gestor(es) e fiscal(is) do instrumento contratual, no que tange as suas responsabilidades.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se caracteriza contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

A execução dos serviços decorrentes da contratação a ser realizada a partir deste ETP deverá levar em conta, além das normas técnicas pertinentes, os critérios de sustentabilidade, segurança, e preservação ambiental estabelecidos na legislação vigente





**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**  
CNPJ: 01.616.741/0001-64



## 12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Os serviços/produto deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência, edital ou nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências especificadas.

## 13. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, conclui-se pela necessidade e viabilidade da contratação do objeto descrito, respeitando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 15:17:34 -03'00'

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

**PODER EXECUTIVO**  
**TAPARUBA**

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Coordenação de Estrutura Física da Atenção Primária à Saúde****Nota Técnica nº 17/SES/SUBPAS-SAPS-DPAPS-CEFAPS/2022****PROCESSO Nº 1320.01.0165554/2022-88**

**Assunto: Orientações para elucidação dos conceitos de ações de manutenção, conservação, reparação e adaptação com preservação das características originais das Unidade Básicas de Saúde referentes à Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.988, de 09 de novembro de 2022 e Resolução SES/MG nº 8.429, de 09 de novembro de 2022.**

Considerando a Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;

Considerando a NBR 5674:1999, que dispõe sobre manutenção de edificações e procedimentos;

Considerando a publicação da Resolução SES/MG nº 8.429, de 09 de novembro de 2022, que dispõe o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para o custeio dos estabelecimentos de saúde, no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), para ações de manutenção, conservação, reparação e adaptação com preservação das características originais das Unidade Básicas de Saúde (UBS);

**1. DO RECURSO FINANCEIRO****1.1 Cálculo do recurso financeiro**

Conforme artigo 4º da Resolução SES/MG nº 8.429/22, foram utilizados os seguintes critérios para a distribuição e repasse do incentivo financeiro entre os municípios:

I - somatório de Unidades Básicas de Saúde cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob os códigos 01 (Posto de Saúde); 02 (Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde), e 15 (Unidade Mista), na competência de agosto de 2022, respeitando a classificação descrita na Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.841, de 14 de junho de 2022, sendo:

- a) UBS Tipo I: Unidades Básicas de Saúde para ser sede de 01 (uma) equipe de Saúde da Família;
- b) UBS Tipo II: Unidades Básicas de Saúde para ser sede de 02 (duas) equipes de Saúde da Família;
- c) UBS Tipo III: Unidades Básicas de Saúde para ser sede de 03 (três) equipes de Saúde da Família;

II - a multiplicação dos valores definidos por tipologia de UBS conforme quadro abaixo pelo número de UBS cadastrada no CNES.

Tipo de UBS	Valor a ser repassado
UBS Tipo I	R\$ 50.000,00
UBS Tipo II	R\$ 70.000,00
UBS Tipo III	R\$ 90.000,00



## **1.2 Utilização do recurso financeiro**

- a) O município deverá utilizar o recurso financeiro transferido através da Resolução SES/MG nº 8.429, de 09 de novembro de 2022, em até 36 (trinta e seis) meses, a contar de seu efetivo recebimento.
- b) O recurso poderá ser aplicado em quaisquer Unidades Básicas de Saúde do município, seja tipo I, II e III, cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) sob os códigos 01 (Posto de Saúde); 02 (Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde), e 15 (Unidade Mista). Além disso, poderá utilizar o incentivo financeiro total entre as UBS existentes, ou caso necessário, o gestor municipal pode aplicar o recurso em alguma UBS específica que demande maior necessidade.
- c) O recurso poderá ser aplicado em Pontos de Apoio de Unidades Básicas de Saúde.

## **2. DAS AÇÕES DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E ADAPTAÇÃO**

As ações de manutenção devem ser enquadradas como serviço comum de engenharia, que é definido como todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens imóveis, com preservação das características originais dos bens.

É o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários. (NBR 5674:1999)

Tais serviços serão considerados manutenção, desde que seu valor não seja relevante em relação ao valor do imóvel que sofrerá intervenção. Exemplos de possíveis ações de manutenção:

- a) Conserto de instalações elétricas;
- b) Conserto, manutenção, desentupimento de instalações hidrosanitárias e drenagem;
- c) Correção de infiltrações;
- d) Pinturas;
- e) Troca de vidros ou esquadrias;
- f) Troca de piso danificado por outro de mesma especificação.

## **3. VEDAÇÕES**

É vedada a utilização dos recursos recebidos para ações de investimento, que correspondem às ações de obra (conforme inciso XII, do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021), englobando construção, reforma, recuperação ou ampliação.

### **3.1 Obra**

Toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Os serviços de obra englobam construções novas, reforma ampliação e recuperação. Exemplos de possíveis ações de obra:

- a) Demolição de alvenarias para modificação dos ambientes;
- b) Construção de novas alvenarias para modificação dos ambientes;

c) Alterações estruturais.

#### 4. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

O processo de acompanhamento, controle e avaliação será realizado por meio de processo informatizado através do Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiGRES) e Processo SEI correspondente, ou outro meio que a SES/MG definir, observando os termos do Decreto estadual n.º 45.468/2010 e Resolução SES/MG nº 7.094/2020 (ou Regulamentos que vierem a substituí-los).

a) Após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, o MUNICÍPIO/SMS deverá atender ao disposto na Resolução SES/MG n. 7.094/2020 quanto à validação, momento em que poderá apresentar eventual recurso.

b) Recomenda-se que a cada intervenção realizada o município registre o valor total gasto e as fotos do antes e depois dos serviços realizados, para fins de apresentação do relatório final, cujo modelo se encontra no Anexo I.

c) O município que atender a alínea acima deverá incluir no SiG-RES, por meio do Cadastro no Repositório de Documentos, o Relatório Final de intervenção devidamente assinado e em formato PDF, seguindo os próximos passos:

c.1) Clique em: cadastro e depois em repositório de documentos;

c.2) Clique em: Cadastrar;

c.3) Preencha os campos solicitados (Tipo: Outros; Nome: "Relatório Final 8429/2022 - NOME DO MUNICÍPIO"; Resolução 8429/2022);

c.4) Selecione o arquivo a ser encaminhado;

c.5) Caso opte, escreva uma breve descrição sobre os serviços executados;

c.6) Clique em: Salvar e avance pra próxima página;

c.7) Clique em: Gerar planilha, selecione o tipo de beneficiário "Fundo Municipal", e selecione o município;

c.8) Clique em: Gerar Planilha para baixar o arquivo;

c.9) Clique em: Importar Planilha e selecione o arquivo baixado;

c.10) Avance, confira os dados e assine.

#### ANEXO I



SES-MG

ANEXO I  
RELATÓRIO FINAL DE MANUTENÇÃO

CONCEDENTE:	Secretaria de Estado Saúde de Minas Gerais	DATA:	
BENEFICIÁRIO:			
OBJETO:	Manutenção, conservação, reparação e adaptação de UBS		
TIPO DE ATO NORMATIVO		Nº DO ATO NORMATIVO	VALOR DO ATO NORMATIVO
Resolução		8429-2022	R\$
ENDEREÇO DA UBS:			
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO			
ANTES		DEPOIS	
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO EXECUTADO:			



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Kelly Leao, Diretor (a)**, em 12/12/2022, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Pereira de Oliveira, Coordenador(a)**, em 13/12/2022, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thayna Lorraine Rodrigues Liborio, Servidor (a) Público (a)**, em 13/12/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Ulisses de Oliveira, Servidor (a) Público (a)**, em 13/12/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Renan Bulado Marques, Servidor (a) Público (a)**, em 13/12/2022, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56988961** e o código CRC **56DFF94D**.

---



			PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA					
			ESTADO DE MINAS GERAIS					
			OBRA	Bancos		B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS	
			MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ	SINAPI - 04/2024 - MG		24,47%	DESONERADO (X)	
			ENDEREÇO	SETOP - 01/2024 - MG			Data	
			RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG				16/08/2024	
REFERÊNCIA	Nº	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ UNIT. C/ BDI	TOTAL ITEM
		1	REMOÇÕES					6.279,28
SINAPI 04 2024	97622	1.1	REMOÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M3	1,00	49,62	61,76	61,76
SEINFRA MG 01 2024	ED-48442	1.2	REMOÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO, SEM ARMAÇÃO, COM EQUIPAMENTO ELÉTRICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO (CALÇADA)	M3	20,88	152,18	189,42	3.955,09
SEINFRA MG 01 2024	ED-48437	1.3	REMOÇÃO MANUAL DE BANCADA DE PEDRA (MÁRMORE, GRANITO, ARDÓSIA, MARMORITE, ETC.), COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE RASGO EM ALVENARIA, REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL	M2	5,00	52,89	65,83	329,15
SINAPI 04 2024	97633	1.4	REMOÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO.	M2	25,00	20,49	25,50	637,50
SEINFRA MG 01 2024	ED-48516	1.5	REMOÇÃO MANUAL DE VIDRO EM ESQUADRIAS, COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE LIMPEZA DO ENCAIXE, AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL	M2	15,50	6,49	8,08	125,24
SEINFRA MG 01 2024	ED-48501	1.6	REMOÇÃO MANUAL DE REBOCO OU EMBOÇO, COM ESPESSURA DE ATÉ 55MM, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL DEMOLIDO	M2	87,00	9,83	12,24	1.064,88
SEINFRA MG 01 2024	ED-48467	1.6	REMOÇÃO DE LOUÇAS (LAVATÓRIO, BANHEIRA, PIA, VASO SANITÁRIO, TANQUE), COM REAPROVEITAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO E EMPILHAMENTO, EXCLUSIVE TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL REMOVIDO NÃO REAPROVEITÁVEL	UN	2,00	42,44	52,83	105,66
		2	ALVENARIA - VEDAÇÃO					1.309,86
SINAPI 04 2024	103323	2.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X3 M2 9 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	19,00	55,39	68,94	1.309,86
		3	PAREDE					52.668,10
SINAPI 04 2024	87878	3.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M2	125,00	4,54	5,65	706,25
SINAPI 04 2024	87535	3.2	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	M2	125,00	33,09	41,19	5.148,75
SINAPI 04 2024	96131	3.3	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL. AF_04/2023	M2	430,00	26,67	33,20	14.276,00
COMPOSIÇÃO	CP - 005	3.4	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BRANCA CORAL OU SUVINIL OU SIMILAR	M2	300,00	8,00	9,96	2.988,00
COMPOSIÇÃO	CP - 006	3.5	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR PRAÇA NO INVERNO CORAL OU SIMILAR	M2	47,00	12,95	16,12	757,64
COMPOSIÇÃO	CP - 007	3.6	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR JARDIM DA MEIA-NOITE CORAL OU SIMILAR	M2	7,00	14,07	17,51	122,57
COMPOSIÇÃO	CP - 008	3.7	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BLUEBERRY CORAL OU SIMILAR	M2	22,00	13,15	16,37	360,14
COMPOSIÇÃO	CP - 009	3.8	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃO COR PEDRA ESCULPIDA CORAL OU SIMILAR	M2	18,00	13,60	16,93	304,74
COMPOSIÇÃO	CP - 010	3.9	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR VENTO SUAVE CORAL OU SIMILAR	M2	12,00	13,10	16,31	195,72
COMPOSIÇÃO	CP - 011	3.10	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BRANCA SOL E CHUVA CORAL OU SIMILAR (PAREDES EXTERNAS)	M2	670,00	14,06	17,50	11.725,00
COMPOSIÇÃO	CP - 012	3.11	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR NIMBUS SUVINIL OU SIMILAR (INTERNO E EXTERNO)	M2	141,35	13,53	16,84	2.380,33
COMPOSIÇÃO	CP - 013	3.12	REVESTIMENTO CERÂMICO 30X90CM RETIFICADO DIAMANTTE MATTE PORTINARI (OU SIMILAR) ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (COPA/JARDIM)	M2	2,00	258,56	321,83	643,66
COMPOSIÇÃO	CP - 014	3.13	REVESTIMETO PORCELANATO RETIFICADO CALACATA ALTÍSSIMO SATIN A/LD BIANCOGRES 60X120 CM) OU SIMILAR ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO( 3,30X 1,20 (COPA/JARDIM) (1,80X1,20 CURATIVO) (ÁREA EXTERNA 39,00X1,20)	M2	58,50	157,65	196,23	11.479,46
COMPOSIÇÃO	CP - 015	3.14	REVESTIMENTO PORCELANATO RETIFICADO OLIMPO WHITE INCESA 60X120CM (OU SIMILAR) ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO BANHEIRO, SALA DE ULTRASSON	M2	8,00	158,66	197,48	1.579,84
		4	PISO					29.200,31
COMPOSIÇÃO	CP - 004	4.1	PISO PORCELANATO TIPO TÉCNICO 80X80CM RE RETIFICADO MATERIAL TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR, , ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PISO SOBRE PISO, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (SALA DE ESPERA, CORREDOR III, IV, V, CONS. GINECOLOGICO, COZINHA, DML, LAVABO)	M2	92,10	254,72	317,05	29.200,31
			TOTAL GERAL DA OBRA					89.457,55



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA			
ESTADO DE MINAS GERAIS			
OBRA	Bancos	B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ	SINAPI - 04/2024 - MG	24,47%	DESONERADO (X)
ENDEREÇO	SETOP - 01/2024 - MG	Data	
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG		16/08/2024	

LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688  
**LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO**  
**ENGENHEIRO CIVIL CREA 216503/D**

Assinado de forma digital por LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:07:50 -03'00'

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
**JOAQUIM DE ABREU FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Assinado de forma digital por JOAQUIM DE ABREU FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.16 11:08:15 -03'00'





## DEMONSTRATIVO DO BDI - SEM DESONERAÇÃO - OBRA DE EDIFICAÇÃO

BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)								
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIG. (1)	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						INC (5)
		ISS (2)				DIFERENCIADO		
		2%	3%	4%	5%	MATERIAL (3)	SERVIÇO TERCEIRIZADO (4) (ISS=5%)	
CUSTO DIRETO	CD	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	3,42%	4,00%	CD
LUCRO BRUTO	L	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	4,94%	6,16%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO		2,27%	2,27%	2,27%	2,27%	1,29%	1,77%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	0,53%	0,80%	CD
RISCO(*)	R	1,27%	1,27%	1,27%	1,27%	0,76%	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	4,65%	5,15%	5,65%	6,15%	3,65%	6,15%	PV
ISS	ISS(2)	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	-	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	PV
COFINS	-	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	PV
CPRB	INSS	-	-	-	-	-	-	PV
FÓRMULA DO BDI		$\frac{(1 + (AC + S + G + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - (I + CPRB))}$						
BDI (NUMERADOR)		16,81%	16,81%	16,81%	16,81%	10,79%	13,22%	
BDI (DENOMINADOR)		95,35%	94,85%	94,35%	93,85%	96,35%	93,85%	
BDI		22,51%	23,16%	23,81%	24,47%	14,99%	20,64%	
OBSERVAÇÕES								
(1) SIGLA.								
(2) QUANTO AO ISS O TCU ORIENTA OBSERVAR A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. NO REFERIDO ACÓRDÃO O TCU PARTIU DA PREMISSA DE INCIDÊNCIA DO ISS EM 50% DO PREÇO DE VENDA, COM PERCENTUAIS DE 2%, 3%, 4% E 5%.								
(3) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO EM CASOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS. EX. ELEVADOR, ESCADAS ROLANTES, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO ETC.								
(4) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.								
(5) INCIDÊNCIA.								

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634

Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.13 13:26:32 -03'00'

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 13:26:58  
-03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA

B.D.I.

ENCARGOS SOCIAIS

MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ

24,47%

DESONERADO (X)

ENDEREÇO

Data

RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG

16/08/2024

1 - IDENTIFICAÇÃO

PRAZO DA OBRA: 03 MESES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS	PESO %	SERVIÇOS A EXECUTAR					
				MÊS -01		MÊS 02		MÊS 03	
				SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %
1	REMOÇÕES	R\$6.279,28	7,02%	100,00	100,00		100,00		100,00
2	ALVENARIA - VEDAÇÃO	R\$1.309,86	1,46%	100,00	100,00		100,00		100,00
3	PAREDE	R\$52.668,10	58,87%	40,00	40,00	40,00	80,00	20,00	100,00
4	PISO	R\$29.200,31	32,64%	40,00	40,00	40,00	80,00	20,00	100,00
TOTAL EM PERCENTUAL		R\$89.457,55	100,00%	45,09%	45,09%	36,61%	81,70%	18,30%	100,00%
TOTAL EM REAIS		R\$89.457,55		40.336,50		32.747,36		16.373,68	

Taparuba, 13 de agosto de 2024  
DATA

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:09:43 -03'00'

Responsável Técnico  
Leonardo Pereira Almeida de Carvalho - Eng. Civil - CREA/MG: 216.503/D





## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-004	COMPOSIÇÃO	PISO PORCELANATO TIPO TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR	M²	1,0000000		254,72
38195	SINAPI	PISO PORCELANATO TIPO O TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR	m2	1,0728000	202,79	217,55
34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL PORCELANATO ( COR: SUPERFINO CORDA)	KG	0,1060000	15,60	1,65
34355	SINAPI - I	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG	9,1300000	1,98	18,08
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,5348000	26,74	14,30
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1694000	18,53	3,14

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-005	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BRANCA CORAL OU SUVINIL OU SIMILAR	M²	1,0000000		10,30
35693	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA ECONÔMICA, COR BRANCO FOSCO	L	0,2678000	18,38	4,92
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--------	-------	-----------	-----	--------	------------	-------



## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

<b>CP-006</b>	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR PRAÇA NO INVERNO CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		12,95
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR PRAÇA NO INVERNO	L	0,2285000	33,11	7,57
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
<b>CP-007</b>	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR JARDIM DA MEIA-NOITE CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		14,07
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR JARDIM DA MEIA-NOITE	L	0,2285000	38,02	8,69
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
<b>CP-008</b>	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BLUEBERRY CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		13,15
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BLUEBERRY	L	0,2285000	33,99	7,77





## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-009	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃO COR PEDRA ESCULPIDA CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		13,60
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR PEDRA ESCULPIDA	L	0,2285000	35,98	8,22
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-010	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR VENTO SUAVE CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		13,10
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR VENTO	L	0,2285000	33,77	7,72
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
--------	-------	-----------	-----	--------	------------	-------



## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

CP-011	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR BRANCA SOL E CHUVA CORAL OU SIMILAR	M2	1,0000000		14,06
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCA SOL E CHUVA	L	0,2285000	38,00	8,68
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-012	COMPOSIÇÃO	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS COR NIMBUS SUVINIL OU SIMILAR	M2	1,0000000		13,53
7356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR NIMBO	L	0,2285000	35,66	8,15
88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1631000	26,77	4,37
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0544000	18,53	1,01

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-0013	COMPOSIÇÃO	REVESTIMENTO 30X90CM RETIFICADO DIAMANTTE MATTE PORTINARI (OU SIMILAR) ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (3,30X0,30) COPA	M2	1,0000000		258,56
536	SINAPI	REVESTIMENTO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	1,1326400	187,11	211,93





## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,1410000	3,87	0,55
34353	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC III	KG	9,1300000	1,28	11,69
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1136000	26,74	29,78
88316	SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2490000	18,53	4,61

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-014	COMPOSIÇÃO	REVESTIMENTO PORCELANATO RETIFICADO CALACATA ALTÍSSIMO SATIN A/LD BIANCOGRES 60X120 CM) OU SIMILAR ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO( 3,30X 1,20) COPA.	M	1,0000000		157,65
536	SINAPI	REVESTIMENTO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	1,1326400	98,02	111,02
34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,1410000	3,87	0,55
34353	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC II	KG	9,1300000	1,28	11,69
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1136000	26,74	29,78
88316	SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2490000	18,53	4,61

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
--------	-------	-----------	-----	---------	------------	-------

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

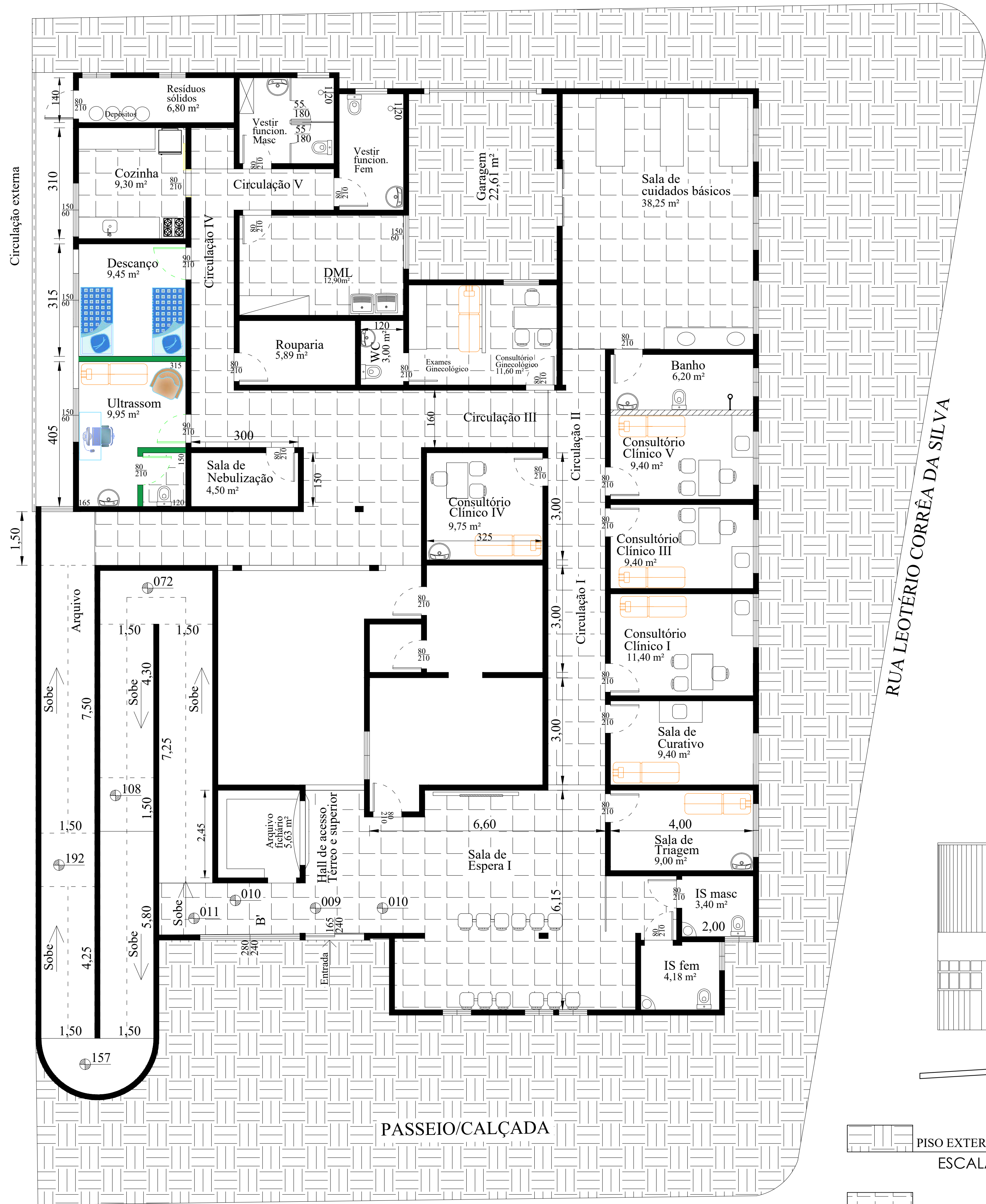
OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

CP-015	COMPOSIÇÃO					
		REVESTIMENTO PORCELANATO RETIFICADO OLIMPO WHITE INCESA 60X120CM (OU SIMILAR) ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (1,2+1,2+1,65+1,65*1,80) BANHEIRO SALA DE ULTRASSON	M	1,0000000		158,15
536	SINAPI	REVESTIMENTO PORCELANATO, BORDA RETA, EXTRA, FORMATO MAIOR QUE 2025 CM2	M2	1,1326400	98,46	111,52
34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	0,1410000	3,87	0,55
34353	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC II	KG	9,1300000	1,28	11,69
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,1136000	26,74	29,78
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2490000	18,53	4,61

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:24:32 -03'00'  
**Leonardo Pereira Almeida de Carvalho**  
**Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D**

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.16 11:24:49 -03'00'  
**Joaquim de Abreu Filho**  
**Prefeito Municipal**



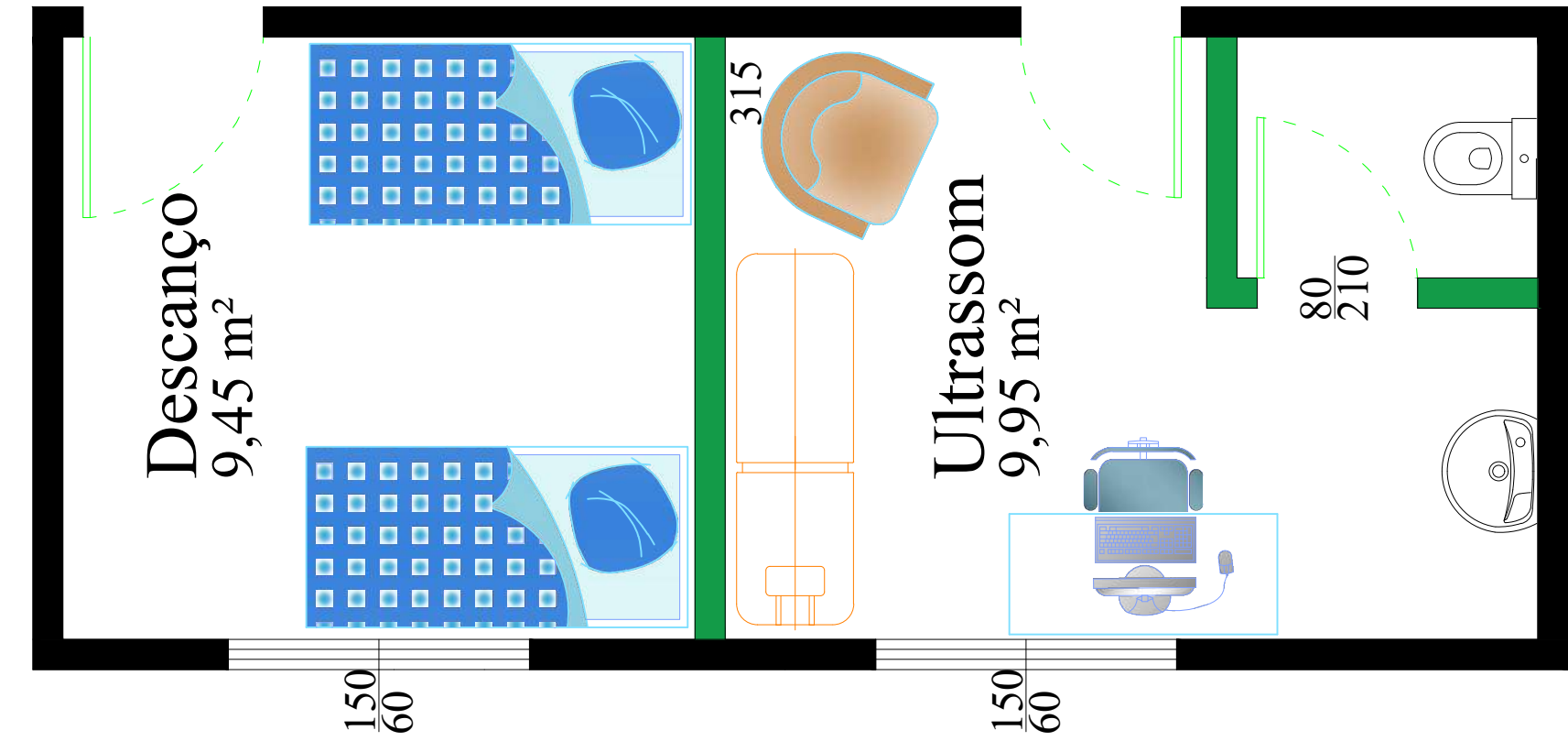


PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 100

RUA GABRIEL RODRIGUES

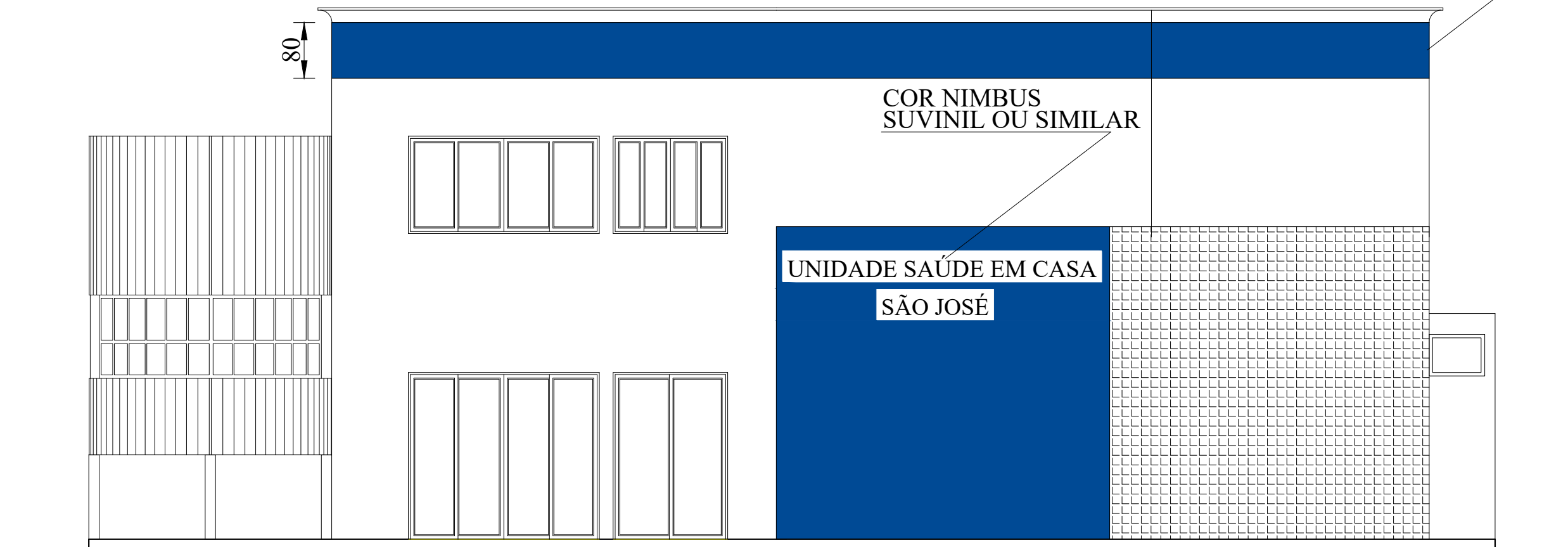
PISO EXTERNO A SER INSTALADO 300,00 m²  
ESCALA: 1/100

PISO INTERNO A SER SUBSTITUÍDO 222,90 m²  
ESCALA: 1/100



PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 50

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR



FACHADA FRONTAL  
ESCALA 1 : 100



FACHADA LATERAL  
ESCALA 1 : 100

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR

ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO DA UBS SÃO JOSÉ - TAPARUBA MG			A-1
Rua Gabriel Rodrigues, nº 11 esquina com a Rua Leotério Correia da Silva.	Escalas: Indicadas Data: Julho/2024 Áreas: Térreo: = 474,09 m²	JOAQUIM DE ABREU FILHO:24231991634 Assinado de forma digital por JOAQUIM DE ABREU FILHO:24231991634 Dados: 2024.08.13 14:49:26 -03'00'	
TAPARUBA - MG Adm.: Joaquim de Abreu Filho		Prefeitura Municipal de Taparuba CNPJ: 01.616.741/0001-64 Assinado de forma digital por LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO:11674158688 Dados: 2024.08.13 14:49:26 -03'00'	
		Leonardo Pereira Almeida de Carvalho CREA: 216.503/D	



**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**LOTE 02**







# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **ANEXO II PROJETO BÁSICO**

**OBJETO: MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ REFERENTE A RESOLUÇÃO 7924**

**LOCALIZAÇÃO: RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 - CENTRO – TAPARUBA/MG.**

### **I. GENERALIDADES**

1.1. As presentes especificações técnicas têm por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento dos serviços relativos à MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ, localizada no município de Taparuba, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato.

1.2. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos em anexo.

1.3. Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da CONTRATADA.

1.4. Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

1.5. Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

### **II. OBJETO**

2.1. Projeto básico para contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação localizada na UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG.

2.2. Os serviços deverão ser contratados pela modalidade de preços unitários, conforme a planilha orçamentária e demais documentos presentes nesta Licitação, que prevê execução dos serviços necessários à implantação completa da manutenção e adaptação acima listado. A documentação a ser utilizada pelos Licitantes, para compor sua proposta de preços, para a construção das unidades licitadas, está descrita neste Termo de Projeto Básico e nos seguintes documentos:

- Planilha de Orçamentária;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição de custos;
- Composição do BDI adotado;





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **III. JUSTIFICATIVA**

3.1. À Prefeitura Municipal de Taparuba cumpre a missão de projetar, fiscalizar e executar as obras e/ou de infraestrutura e urbanização nas diversas regiões do Município. Considerando a necessidade de realizar melhorias de infraestrutura, faz a necessidade a manutenção e adaptação da UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues, Centro, Taparuba/MG justifica-se a manutenção e adaptação dessa unidade pela necessidade pelo melhor atendimento na saúde, justificando-se a abertura de licitação objetivando seleção de proposta mais vantajosa para a futura contratação de serviços para executar esta manutenção e adaptação.

## **IV. PRAZO DE EXECUÇÃO**

4.1. Os serviços contratados deverão ser iniciados em até 02 dias úteis, a partir da assinatura da ordem de serviço.

4.2. Os serviços contratados deverão ser concluídos conforme Cronograma Físico- Financeiro em até 90 dias (noventa) dias corridos a contar da data de assinatura da ordem de serviço.

4.3. O prazo de vigência do contrato iniciará a partir da data de publicação do contrato no diário oficial. Admite-se prorrogação caso ocorra algumas das hipóteses previstas no art. 105 da Lei Federal 14.133 /21

## **V. CRONOGRAMA**

5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo o cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste projeto básico.

5.2. Somente é possível alterar o cronograma físico-financeiro do contrato em casos excepcionais e sob autorização da CONTRATANTE.

5.3. Qualquer alteração do cronograma devido a fatos supervenientes ou imprevisíveis, deverão ser informados e justificados a parte fiscalizadora o mais breve possível, inclusive apresentando plano de ação para reestabelecimento dos prazos.

## **VI. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

6.1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG ou CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;

6.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

6.3. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

6.4. Os tipos de serviços solicitados poderão constar em mais de uma CAT, devendo estas, pertencer ao mesmo RT indicado na Declaração de responsabilidade técnica.

6.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados no item II deverão pertencer ao quadro da licitante, entendendo-se como tal:

- I. Apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como CONTRATANTE; contrato social em que conste o profissional como sócio da empresa licitante; contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- II. Declaração de Responsabilidade Técnica indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e responsável técnico indicado.

## **VII. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **7.1. Considerações Preliminares**

7.1.1. Os serviços referentes ao objeto do contrato deverão estar de acordo com o projeto básico fornecido pela Secretaria de Obras do Município de Taparuba/MG. Qualquer modificação deverá ser autorizada previamente pela FISCALIZAÇÃO, mediante avaliação das eventuais correções.

7.1.2. Todos os serviços deverão ser executados em consonância aos projetos, às prescrições contidas neste projeto básico, às normas técnicas da ABNT, aos decretos municipais, aos memoriais descritivos e demais documentos técnicos apresentados pela CONTRATANTE e outras regulamentações aplicáveis.

7.1.3. A CONTRATADA deverá adotar normas especiais ou suplementares de trabalho não previstas neste projeto básico, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as Especificações Técnicas, desde que seja mantida a equação econômico-financeira pactuada.

7.1.4. A CONTRATADA deverá obedecer a todas as leis, normas especiais ou suplementares de trabalho, bem como, aquelas que vierem a ser editados no prazo de vigência contratual.

7.1.5. As grandezas constantes deste manual são expressas em unidades legais e as convenções para sua indicação, assim como as abreviaturas, são consagradas pelo uso. Siglas e abreviaturas pouco usuais são explicitadas no decorrer do texto.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.1.6. Fica reservado à CONTRATANTE o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e, porventura, omissos no projeto básico, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

7.1.7. Na existência de serviços não especificados, a CONTRATADA somente poderá executá-los após devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.1.8. A omissão de qualquer procedimento neste projeto básico ou nos projetos, memoriais ou planilhas não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

7.1.9. O orçamento deverá ser formulado pelo licitante levando em consideração todos os detalhes e indicações descritos em todos os documentos técnicos, sendo que a possível omissão destes em planilha orçamentária não exime a CONTRATADA da sua execução.

7.1.10. No caso de divergência entre os projetos e demais documentos técnicos, terá prioridade o documento que apresentar maior detalhamento do serviço, sejam eles planilhas, memórias ou projetos.

7.1.11. Os serviços indicados no memorial descritivo deverão ser executados mesmo quando omissos em planilhas/projetos, uma vez que se referem à qualidade da execução. Conflitos entre este projeto básico e a Planilha Orçamentária ou Projetos deverão ser informados à FISCALIZAÇÃO do município de Taparuba para definição a respeito.

7.1.12. Omissões da planilha orçamentária deverão ser informadas pelo licitante antes da data marcada para recebimento dos envelopes. Tendo em vista a grande especialidade das licitantes, pequenas omissões tidas como lógicas para execução dos serviços licitados serão entendidas como inclusas no preço, devendo a licitante absorver referidos custos.

7.1.13. As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas com autorização escrita, emitida pela FISCALIZAÇÃO e com a anuência dos autores dos projetos.

7.1.14. A CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE detalhes de projetos que facilitem a visualização dos serviços.

7.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todas as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS dos materiais utilizados.





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **7.2 Definições básicas**

- I. PMT - Prefeitura Municipal de Taparuba ou CONTRATANTE;
- II. CONTRATADA - Empresa CONTRATADA pela PMT, para a execução das obras e/ou serviços.
- III. FISCALIZAÇÃO – Comissão ou Pessoa física ou jurídica, designada pela PMT para fiscalizar a execução das obras e serviços.
- IV. PROJETISTA – Responsável designado ou contratado pela PMT para a elaboração dos projetos.
- V. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – Profissionais habilitados pelo CREA/CONFEA autores dos projetos de serviços e/ou obras ou responsáveis pela execução da obra ou serviço.

## **7.3. Relações entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO**

7.3.1. Os serviços serão fiscalizados por pessoal pertencente à PMT, ou empresa por ela indicada, que será doravante aqui designada FISCALIZAÇÃO.

7.3.2. A manutenção e adaptação será conduzida por pessoal pertencente à empresa VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO para execução dos serviços, que será doravante aqui designada CONTRATADA.

7.3.3. A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA deverá estar sempre a cargo de um engenheiro ou arquiteto, devidamente habilitado e registrado no CREA/CAU-MG.

7.3.4. A CONTRATADA obriga-se a dar início aos serviços em até 2 dias úteis da data fixada na Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE, sob pena de incidir em multa prevista no Contrato.

7.3.5. Eventuais modificações nos elementos originais só poderão ser efetuadas com autorização formal e escrita da CONTRATANTE, e devidamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO quanto a sua exequibilidade técnico-financeira e as normas da ABNT. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após aprovação da FISCALIZAÇÃO responsável.

7.3.6. A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e/ou serviços, como também, comunicar qualquer fato que resultar em risco à segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade dos serviços.

7.3.7. Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE poderá autorizar, mediante justificativa, modificações de caráter urgente. Se as modificações resultarem em encargos financeiros, estas deverão ser precedidas de aditivo contratual.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.8. Caberá a CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e/ou serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física integrante da proposta, obrigando-se a manter no local das obras e/ou serviços:

- I. Livro de Registro da FISCALIZAÇÃO, com folhas numeradas;
- II. Diário de Obras Físico ou online (de preferência); de livre acesso da FISCALIZAÇÃO que deverá ser alimentado diariamente pelo responsável pela execução dos serviços prestados;
- III. Registro de autorização (ordem de início dos serviços);
- IV. ART de Execução;
- V. Todos os projetos em pranchas impressas em formatos originais para livre uso da FISCALIZAÇÃO quando necessário, em versão vigente.

7.3.9. Os documentos relacionados no item anterior constituirão o processo da obra e/ou serviços, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução, os mesmos deverão ser entregues à CONTRATANTE da seguinte forma: os itens A e B deverão ser disponibilizados em uma via original de cada final de período do cronograma ou em cada medição caso os dois não coincidam. Os demais itens deverão ser entregues antes do início dos serviços a serem prestados. Todos os documentos deverão conter assinatura, sobre carimbo, do Responsável Técnico.

7.3.10. No Livro de Registros da FISCALIZAÇÃO, mencionado na alínea "a", serão lançadas, pela CONTRATANTE, as solicitações e informações necessárias para conhecimento da CONTRATADA, a qual deverá responder utilizando-se do mesmo meio. Tudo que for lançado no livro pela FISCALIZAÇÃO será também apresentado à CONTRATADA, de forma oficial em papel timbrado, quando assim julgar necessário, devendo a CONTRATADA responder a todas as solicitações da mesma forma em papel timbrado assinado pelo responsável técnico.

7.3.11. A CONTRATADA colocará na direção geral das obras e/ou serviços, na parte que lhe compete, profissional devidamente habilitado e registrado no CREA/MG, que será seu responsável juntamente com o RT declarado; na forma da legislação vigente.

7.3.12. A CONTRATADA manterá no local das obras e serviços, os técnicos e a mão de obra necessária à perfeita execução dos mesmos, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

7.3.13. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

7.3.14. A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados ao serviço prestado, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos mesmos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus. Inclusive equipamentos de proteção individual e coletiva de toda sua equipe ou terceiros contratados pela mesma quando assim autorizado, seguindo as normas de segurança do trabalho e da ABNT.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.15. Os equipamentos, os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à FISCALIZAÇÃO determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

7.3.16. A CONTRATADA se responsabiliza, desde a assinatura do contrato, por todo e qualquer serviço que resulte em danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência dos serviços executados.

7.3.17. A execução e operação das obras provisórias e definitivas, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

7.3.18. Cabe à CONTRATADA, desde o início e até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras localizadas no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas.

7.3.19. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância dos serviços a serem prestados, provisórios ou definitivos, até a ocupação e recebimento definitivo das mesmas pelo CONTRATANTE.

7.3.20. Após a conclusão das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, o escritório de obras, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de uso imediato.

7.3.21. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações, orientações e determinações obriga-se a atender pronta e irrestritamente inclusive de forma escrita quando solicitado. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente da CONTRATANTE.

7.3.22. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra e também a qualidade da execução.

7.3.23. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

7.3.24. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros

7.3.25. A FISCALIZAÇÃO, constatando inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, poderá exigir o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS.

7.3.26. Compete à FISCALIZAÇÃO, em conjunto com as demais áreas da CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.27. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela FISCALIZAÇÃO ou pela própria CONTRATADA, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

7.3.28. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da FISCALIZAÇÃO importará na aplicação das multas contratuais relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

7.3.29. No prazo de observação das obras, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela FISCALIZAÇÃO, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório

7.3.30. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.31. CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.32. A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como aqueles necessários à inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

7.3.33. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

7.3.34. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela PMNS, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra e do pessoal envolvido em sua execução.

### **7.4. Cabe à CONTRATADA:**

7.4.1. O fornecimento de todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo às orientações da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e às normas técnicas vigentes;

7.4.2. Designar um preposto para acompanhar a execução do presente contrato;

7.4.3. Comunicar à CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;

7.4.4. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou PROJETISTAS da CONTRATANTE ou contratados por ela, e que por esta forem previamente credenciados.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.4.5. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que a CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações

### **7.5. Materiais fornecidos pela CONTRATADA**

7.5.1. Para os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser observadas as seguintes disposições:

#### **a) Especificações**

- I. Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da ABNT (aprovados, recomendados ou projetados) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela PMT.
- II. Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.
- III. Na composição de preços, o custo dos materiais fornecidos pela CONTRATADA é considerado **posto obra**.

#### **b) Inspeção**

- I. Todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela CONTRATADA e deverá ser representativa do material a ser usado.
- II. O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser retirado e substituído pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a PMT.

#### **c) Marcas e patentes**

- I. A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se ou incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licenças de utilização.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### **d) Armazenamento**

- I. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários à confecção do concreto, a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e, adicionalmente, às recomendações desta Especificação.

### **e) Serviços de terceiros**

- I. São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da CONTRATADA. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a CONTRATADA, que se afigura como única responsável perante a PMT.
- II. Os Serviços só poderão ser executados por terceiros quando previsto em edital seguindo todas as regras nele impostas.
- III. É vedada a subcontratação de mão-de-obra isolada – não relacionada a um serviço específico da planilha orçamentária e dispensada após a sua conclusão.
- IV. A listagem das empresas SUB-CONTRATADA's deverá ser formalmente apresentada à FISCALIZAÇÃO (com brevidade necessária para não acarretar atraso na obra), devendo as SUB-CONTRATADA's comprovarem a documentação de habilitação e qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados junto a COMISSÃO DE LICITAÇÕES da PMT.

### **f) Preços**

- I. Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados, e cobrirão todos os custos previstos na composição, detalhamentos, memoriais e regulamentação de preços e também todas as despesas indiretas e diretas prevista nos documentos técnicos disponibilizados como referência para este processo, incluindo BDI.
- II. Os preços contratados, GLOBAL E UNITÁRIOS, estarão limitados superiormente pelo preço orçado pelo órgão, que figurarão como preços máximos. O licitante que apresentar em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido será desclassificado do certame.
- III. A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos na regulamentação de preços e especificações, conforme o regime de execução e bases de referências adotados.
- IV. As composições analíticas de custos unitários deverão ser apresentadas junto à proposta e deverão conter todas as composições de formação dos preços presentes no orçamento





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

proposto, sendo que além das bases e códigos de referência, deverá ser mencionado também a itemização conforme a planilha orçamentária. Poderá ser solicitado a qualquer momento da avaliação, as composições auxiliares para melhor avaliar as composições principais.

- V. Para apresentação das composições de custos, deverá ser adotada planilha com todas as informações pertinentes ao serviço, como especificações, unidades, quantidades custo e preço com BDI, índices e quaisquer outras informações que otimize sua avaliação.
- VI. Nas colunas de formação de preço com BDI e do valor total, as fórmulas deverão ser truncadas com 2 casas conforme padrão TCU.
- VII. Juntamente à proposta impressa, a licitante, para fins de apreciação e avaliação do setor técnico de engenharia, deverá apresentar todos os arquivos das planilhas em formato Excel em um CD ou pen drive identificado com nome do licitante e o nº do respectivo processo licitatório. (Este item não substituirá a proposta formal impressa e não tem caráter desclassificatório).

### **g) Condições de aceitabilidade das composições de custos**

- I. As composições de custo devem ser apresentadas na forma analítica contendo as composições de cada item da planilha orçamentária de forma a deixar claro os coeficientes e demais informações relativas a formação dos preços;
- II. Não serão aceitas alterações ou exclusões de materiais ou índices de materiais em relação às composições de referência;
- III. Havendo alterações no coeficiente de produtividade, a fiscalização poderá exigir justificativa/comprovação de executabilidade dos mesmos, sob pena de desclassificação.
- IV. Licitantes que apresentarem composições não condizentes com a base utilizada serão desclassificados;
- V. Todas as composições de custo deverão demonstrar a mesma itemização e descrição dispostas na planilha orçamentária, além de mostrar o custo total do serviço e o preço com BDI;
- VI. Para a aceitabilidade das composições, serão analisadas primeiramente todas as composições da curva "A" de serviços, ou seja, a porcentagem aproximada de 80% do orçamento. As demais composições serão avaliadas por amostragem;
- VII. Os serviços considerados importantes pela equipe técnica que avaliará as propostas, que não estiverem dispostos nos itens relacionados na alínea "f", serão avaliados posteriormente a estes;
- VIII. No caso de o primeiro colocado ser desclassificado por erros ou equívocos não passíveis de correção, o segundo colocado será avaliado utilizando as mesmas diretrizes de avaliação do



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

primeiro colocado e assim consecutivamente;

- IX. As demais composições que não foram citadas nas alíneas “f” e “g”, serão consideradas aceitas; porém, se ao longo da execução dos serviços, a FISCALIZAÇÃO encontrar erro nestas, as mesmas serão desconsideradas; passando a valer desde então, as composições originais apresentadas pela PMT no orçamento proposto do certame. Quanto ao preço, este não poderá ser modificado.
- X. Os únicos erros passíveis de correção serão erros de digitações e/ou aritméticos e simplesmente de ordem, desde que esses, não alterem o valor do item e consequentemente o valor global da proposta.

### **h) Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

- I. É a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os atributos e fretes incidentes. Salvo condições expressas ao contrário, remunera as despesas a seguir relacionadas: Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:

- Administração Central
- Seguros/Imprevistos
- Despesas Financeiras
- PIS (Programa de Integração Social)
- ISS (Imposto Sobre Serviço)
- COFINS
- Lucro

- II. Será exigido de todos os licitantes na apresentação da proposta de preços o demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI”, inclusive com relação às parcelas que o compõe, conforme modelo abaixo.
- III. Do licitante vencedor poderá ser exigido a Composição analítica detalhada do BDI apresentado na proposta.





## **8. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Das condições**

8.1.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21 e legislações pertinentes com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência no interesse da administração pública.

8.1.2. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

8.1.3. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

### **8.2. Da regulamentação de preço**

8.2.1. Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentária, serão observados os seguintes requisitos:

a) Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.

b) Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentária da obra, a inclusão dos itens deverá atender ao que segue:

8.2.2. Caso o SINAPI contemple o serviço e todos os seus insumos também sejam novos, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas, aplicando-se sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT. O desconto a ser considerado será o maior ofertado na categoria já existente na planilha orçamentária, na qual se enquadrar o novo insumo ou serviço

8.2.3. Caso o SINAPI contemple o serviço e algum de seus insumos já esteja presente nas composições dos outros serviços apresentados pela CONTRATADA, o custo deste insumo será o mesmo apresentado na proposta vencedora, o qual também está condicionado ao limite máximo orçado pelo órgão. Os demais insumos receberão o mesmo tratamento recomendado na alínea "a)".

8.2.4. No caso da alínea "b)", quando nas composições apresentadas pela CONTRATADA seja observado a atribuição de dois ou mais preços para o mesmo insumo, prevalecerá o menor.

8.2.5. Caso o item não seja contemplado pelo SINAPI serão usadas como base para formação dos novos preços as composições de Planilhas reconhecidas, cujos custos dos insumos serão alimentados da forma apresentada a seguir, adotando a mesma ordem como escala de prioridade:

I. Utilizando aqueles apresentados na proposta vencedora;

II. Utilizando aqueles constantes da tabela de insumos do SINAPI aplicando o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT;

III. Quando o item não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores o preço adotado será o menor dentre os obtidos em três cotações no mercado;





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **9. Regulamentação dos preços de serviços**

**9.1.** Nos preços cotados deverão estar inclusos materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e maquinário necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.

## **10. Atualização de valores contratuais**

### **10.1. Reajustes:**

10.1.1. O contrato poderá ser reajustado, após o prazo legal de 12 (doze) meses, com base no índice INCC (Índice Nacional de Custo na Construção) ou outro que venha substituí-lo.

10.1.2. O reajuste fica condicionado ao requerimento por parte da CONTRATADA.

10.1.3. O requerimento de reajuste realizado fora da data base, ou seja, após o transcurso de 12 (doze) meses, será devidamente analisado pela CONTRATANTE, entretanto, será observado o período de 12 (doze) meses anteriores a data do requerimento e será aplicado nas medições realizadas a partir da data do pedido.

10.1.4. É importante salientar que, em caso de atraso no cronograma exclusivamente gerado por imperícia, negligência, imprudência e/ou erro de planejamento da CONTRATADA, o reajuste só será aplicado às medições do saldo do cronograma inicialmente aprovado e não ao saldo do contrato.

## **11. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato:**

**11.1.** É assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, devendo a solicitação estar devidamente embasada na lei e com as justificativas cabíveis ao pleito.

**11.2.** A avaliação se dará por meio de planilhas de referências utilizadas no orçamento original proposto pelo CONTRATANTE na data do certame, sendo assim, a planilha original terá sua data base atualizada na data da solicitação, sendo a ela aplicado o mesmo desconto apresentado na planilha vencedora, e por fim, será avaliado o impacto global gerado na obra, referente aos serviços a serem executados posteriormente ao pedido.

**11.3.** Aos serviços já executados não caberá reequilíbrio.

**11.4.** Aos serviços não executados devido a atrasos de cronograma gerados por imperícia da CONTRATADA, não caberá o reequilíbrio.

**11.5.** Desta forma, para aprovação, deverá ser demonstrado o desequilíbrio com impacto comprovado no valor global dos serviços não executados. Só serão considerados como não executados os serviços que estiverem dentro do cronograma normal, os serviços atrasados serão desconsiderados.



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**11.6.** O período de avaliação da solicitação de reequilíbrio não dá à CONTRATADA o direito de paralização da obra, assim, a obra deverá fluir normalmente enquanto as solicitações passam por avaliações técnicas e jurídicas.

**11.7.** Em caso de paralização ou diminuição do ritmo, não justificados, devido a esse processo, a CONTRATADA será notificada e poderá sofrer sanções administrativas.

## 12. RESPONSABILIDADE LEGAL/FISCAL

**12.1.** A **CONTRATADA** será responsável pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

**12.2.** As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

**12.3.** Toda a equipe de trabalho deverá estar vinculada à **CONTRATADA** pela CLT, não se admitindo trabalhadores em condições ilegais.

**12.4.** Toda a equipe de trabalho deverá estar equipada com ferramentas compatíveis com a tarefa além de fardamento, sapatos, capacete e outros utensílios de segurança quando necessário. Todos os funcionários deverão estar devidamente identificados.

**12.5.** Será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

## 13. DAS PROPOSTAS

**13.1.** A PROPOSTA DE PREÇOS, a qual será apresentada em uma via, na língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa proponente, **com todas as páginas encadernadas, numeradas e rubricadas, contendo assinatura e carimbo do representante legal da licitante na última página**, devendo ser elaborada obrigatoriamente de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no projeto básico bem como especificações dos fabricantes, normas técnicas pertinentes e conter ainda as seguintes indicações:

**13.2.** A proposta deverá conter preço unitário e total fixo e irrevogável, em moeda corrente nacional, com todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, montagem, instalação incluindo teste e ativação dos equipamentos ofertados;

**13.3.** Os materiais necessários à instalação integral dos equipamentos a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante dos serviços de instalação.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**13.4.** Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da entrega das propostas;

**13.5.** Para as propostas que otimizem o seu prazo de validade, fica estabelecido que este prazo é o estipulado neste projeto básico;

**13.6.** Nos preços oferecidos deverão estar incluídas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA/MG, demais encargos cabíveis e outros; Nome, identidade, CPF, profissão e endereço do(s) representante legal da empresa que assinará o Contrato, na hipótese de vencedora do certame.

**13.7.** Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ou com preços manifestamente inexequíveis, podendo para tanto, exigir-se por ocasião da análise de preços, a demonstração da viabilidade dos mesmos, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado. Não se admitirá propostas que apresente preço global, unitários ou etapas maiores que o preço orçadas pela PMT.

**13.8.** A planilha da proposta deverá ser, em suas colunas de preço com BDI e preço total, truncada com 2 (dois) casas conforme padrão TCU.

**13.9.** Para facilitar a avaliação das propostas, sugere-se que o licitante apresente todas as planilhas conforme os modelos apresentados pela PMT, não sendo este, critério para desclassificação, apenas sugestão para facilitar a avaliação destas.

**13.10.** Cabe ao licitante a responsabilidade de conferir todas as fórmulas e somatórios das planilhas do orçamento proposto pela PMT. É necessário que o licitante insira nas suas próprias planilhas, as fórmulas de somatórios ou outras que não constarem nas planilhas modelo.

**13.11.** Junto a proposta deverá ser apresentado planilha das composições analíticas de custo de todos os serviços constantes nas planilhas orçamentárias, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, a composição de BDI e ainda atestado de visita técnica ou declaração.

## 14. VISTORIA

**14.1.** O licitante examinará as interferências por ventura existentes na área onde serão realizados os serviços, podendo visitar o local da obra, até o último dia útil da data anterior para a sessão inaugural do certame. Conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução dos mesmos. A realização da vistoria prévia no local é facultativa e será realizada através dos seus representantes técnicos devidamente habilitados.

**14.2.** Caso o licitante opte pela realização de visita técnica, esta deverá ser agendada junto ao setor de engenharia da Secretaria de Obras pelo telefone **(33) 33314- 8000** e realizada por profissional devidamente qualificado e credenciado pela empresa junto ao município.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**14.3.** A visita será acompanhada por engenheiro da Divisão da Secretaria de Obras, o qual, ao final emitirá o respectivo atestado de visita técnica.

**14.4.** Caso o licitante não julgue necessária a visita técnica, ele deverá mesmo assim, apresentar Declaração indicando que não realizou visita técnica, mas que assume responsabilidade sobre qualquer caso ocorrente posterior que poderia ser conhecido em tal visita.

**14.5.** O atestado de visita técnica e/ou declaração de não realização deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação.

**14.6.** É importante salientar que a equipe técnica da CONTRATANTE orienta que seja realizada a vistoria do terreno, de forma a evitar possíveis transtornos futuros

## **15. OBRAS CIVIS**

### **15.1. Disposições Gerais**

**15.1.1.** O suprimento de água, energia e telefone para todos os fins, bem como o afastamento e disposição final de águas residuais e metralhas serão de responsabilidade da CONTRATADA. O abastecimento de água ao canteiro será efetuado, obrigatoriamente, sem interrupção, mesmo que o CONSTRUTOR tenha que se valer de caminhão pipa.

**15.1.2.** A ligação de energia elétrica ao canteiro obedecerá, rigorosamente, as prescrições da concessionária local. Os ramais e sub-ramais internos serão executados com condutores isolados por camada termoplástica, corretamente dimensionada para atender as respectivas demandas dos pontos de utilização.

**15.1.3.** As emendas de fios e cabos serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fita isolante, não sendo admitidos fios desencapados. Todos os circuitos serão dotados de disjuntores termomagnéticos.

**15.1.4.** Cada máquina e equipamento receberão proteção individual, de acordo com respectiva potência por disjuntor termomagnético, fixado próximo ao local de operação.

### **15.2. Limpeza e Retirada de Material**

**15.2.1.** Serão removidos todos os materiais imprestáveis e entulhos que se encontrem no terreno e na edificação, devendo permanecer caçamba ou área delimitada específica no canteiro de obra, sendo esta isolada das edificações e de fácil acesso para limpeza e retirada dos materiais. Toda a logística de tal material será de responsabilidade da CONTRATADA.

**15.2.2.** Em hipótese alguma o CONSTRUTOR poderá remover quaisquer materiais sem a autorização por escrito no livro de obras. Tal autorização só terá validade quando emitida pela FISCALIZAÇÃO.

**15.2.3.** Deverá ser prevista a limpeza e remoção dos entulhos de obra ao longo de todo o tempo de serviço, mantendo assim a obra limpa e segura conforme as recomendações em Norma (NR18).



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

15.2.4. Os tapumes de fechamento quando no caso de telhas metálicas ou qualquer outro material que não indique reaproveitamento, deverá ser executado com material novo e ser disponibilizado para a CONTRATANTE. Ao final de sua utilização, o material passará a ser de posse da PMT. Assim como demais materiais que forem remunerados por compra integral sem reaproveitamento.

## **16. RECEBIMENTO DA OBRA**

### **16.1. Regras Gerais**

16.1.1. Cabe à CONTRATADA comunicar, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme o contrato.

16.1.2. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

16.1.3. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

### **16.2. Recebimento Provisório**

16.2.1. O recebimento de obras e serviços deve ser feito pelo responsável pela sua FISCALIZAÇÃO e acompanhamento do contrato, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

16.2.2. O recebimento provisório é o que se efetua, em caráter experimental, relativamente à totalidade da obra ou serviço executado após realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

16.2.3. Imediatamente após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato ou após o registro da conclusão no Diário de Obras no caso de obras, a FISCALIZAÇÃO deve vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA todas as condições contratuais, observado que:

- a) Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório com marcação de data, comunicação à CONTRATADA, desde que não haja nenhum serviço a ser finalizado ou corrigido;
- b) Em caso de não conformidade, a FISCALIZAÇÃO deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

16.2.4. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

16.2.5. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO junto a Comissão de Recebimento deve:

a) Lavrar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução, remetendo-o ao órgão municipal de engenharia, que dará conhecimento ao setor responsável pela realização de compras e contratações;

b) Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;

c) Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento, com informações dos motivos de sua rejeição.

16.2.6. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas, submetendo à nova verificação a etapa impugnada.

16.2.7. O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 3 (três) vias.

### **16.3. Recebimento Definitivo**

16.3.1. O Recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

16.3.2. Recebida definitivamente a obra ou serviço de engenharia, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste por 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Código Civil Brasileiro.

16.3.3. Caso tenham sido sanados os defeitos ou imperfeições observadas após 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a FISCALIZAÇÃO deve solicitar a aferição da Comissão de Recebimento Definitivo.

## **17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

17.1. Serão utilizados os critérios de medição do SINAPI para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam ocorrer durante as medições dos serviços.

17.2. Os itens constantes da Administração Local e/ou manutenção do Canteiro serão medidos em





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

percentual equivalente ao total de serviços efetivamente executados no período, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União em seu acórdão Nº 3.103/2010 – Plenário.

17.3. As verbas direcionadas aos custos de administração local (engenheiro e encarregado) assim como locação de andaimes, estão de acordo com a previsão executiva dos serviços, em caso de atraso executivo não sendo admitidos acréscimos de verbas destinadas a tais itens.

17.4. A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

17.5. A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas.

17.6. Os limites mínimos para pagamentos dos serviços será conforme a previsão apresentada, entre outros elementos, no cronograma de desembolso por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros e aceite dos serviços por meio de planilhas de medição aprovadas pelo fiscal da obra e ainda, mediante liberação dos recursos e competente ordem de pagamento por parte do contrato de repasse adotando sistemática imposta pelo agente repassador de recurso para tanto (quando for o caso).

17.7. Não serão aceitas medições inferiores ao cronograma e/ou medições que possam configurar jogo de planilha/cronograma, podendo sofrer as devidas sanções administrativas.

17.8. Cabe à FISCALIZAÇÃO julgar necessária o pagamento de parcelas inferiores ao pré-definido devido a peculiaridades da obra, sendo que as mesmas deverão ser justificadas.

17.9. Em caso de atraso no cronograma, desde que atendido ao item 7, os serviços deverão ser replanejados pela CONTRATADA, de forma a corrigi-lo no mês subsequente.

17.10. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO e comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressas e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE em quesitos de quantidades, qualidades e quaisquer outros necessários.

17.11. **Não será considerado nas medições insumos e materiais simplesmente por estarem disponíveis na obra**, somente será medido serviços devidamente executados e aprovados.

17.12. Medições de serviços elétricos, hidráulicos e demais serão pagos em sua totalidade somente após testados todos os elementos, sendo a última parcela referente ao mínimo de 20% condicionada aos testes realizados na entrega da obra, ou seja, última medição.

17.13. A aferição da qualidade dos serviços executados será realizada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da Comissão de Recebimento. Para aprovação e pagamento de qualquer medição, será necessário a aprovação de todas as partes quanto a quantidades, qualidade e demais peculiaridades de serviço.

17.14. Serviços não serão medidos sem serem finalizados em etapas completas, nos caso de exemplos como: reboco e qualquer outro revestimento em meia parede se este estiver definido para parede inteira; revestimento de piso sem rodapé e/ou rejuntamento; acabamentos mal executados como reboco com



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

emendas visíveis ou mal acabados, revestimentos com defeitos, mal instalados, com avarias ou sem acabamento em meia esquadrias e demais vícios de execução e ou aparelhos com acabamentos que não atendem aos memoriais ou com defeitos, sem sua devida correção ou troca.

### **18. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS**

18.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos deverão ser comunicados previamente a FISCALIZAÇÃO e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar ou executar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários sem autorização formal da FISCALIZAÇÃO. Considerar-se-á a CONTRATADA como competente para executar os serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas e equipamentos.

18.2. Os casos não abordados neste projeto básico serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

18.3. No caso de divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentária e, por último, dos desenhos, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

18.4. Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

18.5. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

18.6. Os níveis de terreno para a terraplenagem deverão ser definidos junto aos projetistas da PMT.

18.7. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para o canteiro, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

18.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

18.9. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

18.10. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.

18.11. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a CONTRATADA.

18.12. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

18.13. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais a serem empregados, e cada lote ou partida de material será confrontado com respectiva amostra previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

18.14. Nos casos de fundações ou serviços enterrados, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a escavação de até 10% dos itens executados para averiguar sua execução e qualidade. Os custos ficarão às expensas da CONTRATADA.

18.15. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão cuidadosamente conservadas no canteiro de obras, até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

18.16. Caberá a CONTRATADA executar, na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados. Tais testes serão executados de acordo com as normas pertinentes.

18.17. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

18.18. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas.

18.19. A remoção de todo entulho gerado na obra para fora do canteiro e para local permitido pelo Governo Estadual e/ou Municipal será feita pela CONTRATADA.

18.20. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telégrafo ou telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do Município e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

18.21. No caso em que a CONTRATADA venha a, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando-as conforme seu estado original.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

18.22. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, bem como, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção até sua definitiva aceitação.

18.23. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

18.24. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao terreno da PMT.

18.25. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte do CONTRATANTE.

18.26. A CONTRATADA cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao terreno da PMT. Serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.

18.27. Se a CONTRATADA necessitar deslocar para o terreno da PMT qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos às vias públicas – pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras instalações, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas. Caso ocorra algum dano, a CONTRATADA será responsável por seu ressarcimento.

18.28. Cumpre a CONTRATADA providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução da obra até o cumprimento integral do Contrato.

18.29. Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao preposto da CONTRATADA.

18.30. A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra.

18.31. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

18.32. Os representantes da FISCALIZAÇÃO, DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

18.33. Todas as atividades que ocorrerem fora do horário padrão de execução de serviços (entre 7h e 18h) deverão ser registradas no Diário de Obras.

18.34. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- a) Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- b) For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com o projeto;
- c) Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato;
- d) Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- e) A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra.

18.35. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pela FISCALIZAÇÃO, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

18.36. Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida a CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

18.37. Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado.

18.38. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

18.39. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

18.40. O impedimento ou a autorização de realização de processos de industrialização na obra, apontado pela FISCALIZAÇÃO, não acarretará acréscimos aos preços propostos, sejam decorrentes de transportes, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza, aumento de mão de obra ou quaisquer outros.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

18.41. Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários, visto que já deverão estar previstos em seus preços unitários.

18.42. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão-de-obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção das obras, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

18.43. A CONTRATADA instalará nas obras contratadas, a suas expensas, placa indicando os responsáveis técnicos.

18.44. Também serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

18.45. Considera-se sempre que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

18.46. O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a obra será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO.

18.47. As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, utilização de veículos, entre outros, que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central da CONTRATADA e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços.

18.48. De acordo com as condições do Edital, serão incorporadas nos preços dos serviços, além das despesas com fornecimento dos materiais e da mão-de-obra essenciais à execução dos serviços, todas as decorrentes do emprego, aplicação ou utilização de:

- Ferramentas manuais, elétricas ou não;
- Ferramentas de corte e/ou desbaste;
- Andaimés;
- Escoramentos;
- Outros serviços auxiliares necessários e não individualizados como itens de custo próprio na Planilha Orçamentária.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

18.49. Deverão ser incorporadas aos preços dos serviços, quaisquer que sejam, as perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, inclusive mão-de-obra.

18.50. Nas hipóteses de sinistro, abandono da obra, falência da CONTRATADA ou rescisão unilateral, os valores dos insumos que porventura já tenham sido adquiridos, por força de contrato anterior, devem ser suprimidos ou disponibilizados, no que couber, e pelos seus valores atuais, dos contratos posteriormente firmados para continuação da execução do objeto da licitação.

Taparuba/MG, 26 de junho de 2024







## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (modelo)

### INTRODUÇÃO.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

Adicionalmente, é crucial realizar adaptações para garantir a acessibilidade da calçada e das rampas de acesso. É necessário a instalação de piso sobre o passeio, pois o mesmo se encontra em situações precárias apresentando riscos como escorregões, tropeções e quedas que são especialmente perigosos em um ambiente de saúde, onde muitos pacientes têm mobilidade reduzida. Pisos antiderrapantes e em bom estado ajudam a prevenir acidentes.

A substituição do piso interno prevê maior durabilidade e manutenção. Pisos novos e de qualidade são mais resistente ao desgaste causando pelo trânsito constante de pessoas, macas, cadeiras de rodas e outros equipamentos. Isso significa menos necessidade de reparos frequentes, economizando recurso e tempo.

Estas intervenções são essenciais para garantir um ambiente de saúde limpo, moderno e seguro, contribuindo para o bem-estar dos pacientes e funcionários. Um piso novo pode melhorar a aparência da unidade, criando uma atmosfera mais acolhedora e profissional, o que pode ter um impacto positivo na experiência dos pacientes. Portanto a troca do piso em uma unidade de saúde é uma medida preventiva e de manutenção que contribui significativamente para a segurança, higiene e eficiência do atendimento prestado.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)



Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)

### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### 3.1. Identificação do Objeto

- Descrição: Manutenção e Adaptação da UBS São José
- Finalidade: Hospitalar

#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação realizou-se o levantamento de mercado e identificou que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

#### 5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Para elaboração da Planilha Orçamentária, foi utilizado sistema de custos e orçamentos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual além de pesquisas de mercado para estabelecer valores médios. O valor global estimado da contratação é de R\$ 76.137,99 (setenta e seis mil e cento e trinta e sete reais e noventa e nove centavos), incluindo todos os custos diretos e indiretos para prestação dos serviços de fornecimento e instalação, conforme cotações em anexo.





## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução como um todo, são essenciais para garantir um ambiente seguro e adequado, conforme as normas sanitárias vigentes, promovendo a saúde e o bem-estar da população atendida pelo Centro de Saúde de Taparuba.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O serviço a ser contratado, trata-se especificamente manutenção e adaptação da UBS São José. Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem para a Administração Pública no momento da fiscalização do contrato e pagamentos, pois trata-se de execução e instalação de um serviço técnico. Importante considerar ainda o princípio da economicidade.

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Os serviços de manutenção, conservação, reparação e adaptação do Centro de Saúde de Taparuba visam garantir a preservação e funcionalidade das instalações, promovendo um ambiente seguro e adequado tanto para pacientes quanto para profissionais de saúde. Com a execução dos serviços de manutenção, espera-se eliminar problemas como infiltrações e vazamentos, além de garantir o funcionamento adequado dos sistemas elétrico e hidráulico. A manutenção contínua das instalações previne o desgaste prematuro e a deterioração dos espaços físicos, assegurando a longevidade das infraestruturas.

No tocante à conservação, os serviços buscarão preservar as características originais do Centro de Saúde, incluindo a manutenção estética e funcional das fachadas, janelas, esquadrias e portas. A limpeza e a pintura interna e externa serão realizadas para proporcionar um ambiente mais agradável e saudável, o que contribui para a melhoria da experiência dos pacientes e das condições de trabalho dos profissionais de saúde. A conservação eficiente das instalações permite a utilização plena dos recursos físicos disponíveis, evitando interrupções nos serviços de saúde oferecidos à população.



Os serviços de reparação e adaptação serão fundamentais para corrigir defeitos e adaptar as instalações às normas vigentes, especialmente em relação à acessibilidade e segurança. A instalação de corrimãos nas rampas, a adequação da lavanderia às exigências da vigilância sanitária e a criação de salas adequadas para os equipamentos de ultrassonografia são algumas das adaptações previstas. Estas intervenções são essenciais para garantir que o Centro de Saúde de Taparuba esteja plenamente equipado para atender às necessidades da comunidade, proporcionando um atendimento de qualidade e promovendo a saúde pública de forma eficiente e segura.

## 9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Por se tratar de uma manutenção, não se vislumbra nenhuma necessidade de providências prévias ao contrato, exceto, a orientação ao(s) gestor(es) e fiscal(is) do instrumento contratual, no que tange as suas responsabilidades.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se caracteriza contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

A execução dos serviços decorrentes da contratação a ser realizada a partir deste ETP deverá levar em conta, além das normas técnicas pertinentes, os critérios de sustentabilidade, segurança, e preservação ambiental estabelecidos na legislação vigente





**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**  
CNPJ: 01.616.741/0001-64



## 12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Os serviços/produto deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência, edital ou nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências especificadas.

## 13. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, conclui-se pela necessidade e viabilidade da contratação do objeto descrito, respeitando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 15:18:02 -03'00'

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

**PODER EXECUTIVO**  
**TAPARUBA**



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Coordenação de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência

Nota Técnica nº 11/SES/SUBPAS-SRAS-DATE-CASPD/2022

PROCESSO Nº 1320.01.0076699/2022-72

### Nota Técnica- Incentivo Financeiro Excepcional para fomento da RCPD-MG

#### Assunto

Resolução SES/MG nº 7.924, de 10 de dezembro de 2021, que institui as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação da concessão de incentivo financeiro excepcional aos municípios, para fomento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais.

#### Destinatários

Todos os Secretários Municipais de Saúde, dirigentes dos Centros Especializados em Reabilitação (CER), dos estabelecimentos de saúde habilitados em apenas um serviço de reabilitação (os denominados “Serviços de Modalidade Única”), Oficinas Ortopédicas, Serviços de Reabilitação próprios ou credenciados pelas Secretarias Municipais, Juntas Reguladoras, Referências Técnicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e Conselhos da Pessoa com Deficiência.

#### Objetivo

A presente Nota Técnica foi elaborada com o objetivo de contextualizar, instruir e orientar os gestores municipais de saúde quanto ao planejamento gerencial e operacional do incentivo financeiro excepcional previsto na Resolução SES/MG nº 7.924/2021, bem como na sua execução com despesa de custeio, no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Minas Gerais.

**Observação:** Informa-se que o Governo de Minas Gerais emitirá normativa que disporá sobre a utilização do recurso excepcional para despesa com capital. Após publicação da referida normativa, a SES/MG, em parceria com o COSEMS-MG, publicará Nota Técnica Conjunta SES/COSEMS, que disporá sobre o assunto, como previsto na Resolução SES/MG nº 7.924, de 10 de dezembro de 2021.

#### Rede de Cuidados à Pessoa Com Deficiência de Minas Gerais

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde no Estado de Minas Gerais (SUS-MG) pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.272, de 24 de outubro de 2012, por meio da criação, ampliação de acesso, qualificação do cuidado à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente, nas formas progressiva, regressiva ou estável, intermitente ou contínua.

A RCPD-MG realiza assistência em reabilitação às pessoas com deficiência física/ostomia, intelectual, auditiva, visual e em múltiplas deficiências e é constituída por serviços com diferentes densidades tecnológicas e níveis de atenção à saúde, que devem ser articulados entre Atenção Básica, Atenção Especializada em Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual, Visual, Ostomia e em Múltiplas Deficiências, Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência, seguindo as diretrizes da Portaria de consolidação nº 3/2017.

O componente especializado da RCPD-MG possui abrangência assistencial micro ou macrorregionalizada a depender da modalidade de reabilitação, e é composto prioritariamente pelos Centros Especializados em Reabilitação (CER), organizados conforme o número de modalidades de reabilitação atendidas na instituição (auditiva, física, intelectual e visual), e classificados como: CER II (duas modalidades de reabilitação), CER III (três modalidades de reabilitação) e CER IV (quatro ou mais modalidades de reabilitação); estabelecimentos de saúde habilitados em apenas uma modalidade de Reabilitação (Auditiva, Física, Intelectual, Visual ou Ostomia) e Oficinas Ortopédicas. Esses serviços de saúde de referência realizam a assistência especializada à pessoa com deficiência, promovem a reabilitação clínico funcional e provém, quando necessário, a concessão, manutenção e adaptação de OPM (órteses, próteses e materiais especiais) que constam na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SIA/SUS. Dispõem de instalações físicas apropriadas, equipamentos básicos para reabilitação e equipe multiprofissional capacitada para o atendimento aos usuários que requeiram cuidados em reabilitação e ações de intervenção precoce, com o objetivo de prevenir a perda funcional, a redução do ritmo da perda funcional, a melhora ou recuperação da função, a compensação da função perdida e a manutenção da função atual.

Atualmente a RCPD de Minas Gerais conta com 339 serviços especializados em reabilitação (ANEXO I), entre ambulatoriais e hospitais, localizados em 185 municípios, sendo eles: 27 Centros Especializados em Reabilitação (CER), sendo 15 CER II, 8 CER III e 4 CER IV; 154 Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual – SERDI; 13 Serviços de Atenção à Saúde Auditiva (SASA); 14 Serviços de Reabilitação Física (SRF); 04 Serviços de Reabilitação Visual (SRV); 36 Serviços de Atenção à Saúde à Pessoa Ostomizada – (SASPO); 05 Implante Coclear (IC); 01 serviço de referência para fonoaudiologia descentralizada; 80 Serviços de Referência de Triagem Auditiva Neonatal (SRTAN); 04 Oficinas Ortopédicas Fixas e 01 Oficina Itinerante Terrestre. A equipe multiprofissional mínima necessária para atuação nestes serviços é composta por: enfermeiros, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, nutricionistas e pedagogos. Cada modalidade de reabilitação tem sua equipe mínima definida nas legislações específicas vigentes.

O componente especializado da RCPD constituem-se em serviços de referência regulados pelas Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - JRRCPD, que são comissões de profissionais designados pelos Gestores Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, responsáveis pela articulação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e os serviços correspondentes da abrangência assistencial, bem como pelo desenvolvimento de ações e estratégias que qualifiquem a assistência, promovendo a equidade de acesso à pessoa com deficiência aos serviços especializados da RCPD. As Juntas Reguladoras devem ser instituídas em todos os municípios sede do componente especializado da RCPD e sua regulamentação na íntegra encontra-se disponível na Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.003, de 09 de dezembro de 2014. Os municípios que não possuem pontos de atenção do componente

especializado da RCPD e, conseqüentemente, não possuem Junta Reguladora, deverão referenciar seus usuários por meio da Referência Técnica da Secretaria Municipal de Saúde do município de origem à Junta Reguladora do município do serviço demandado, conforme pactuação.

No ano de 2021, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.477, de 21 de julho de 2021, o Plano de Ação Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS-MG foi atualizado prevendo, dentre outras informações, a qualificação assistencial à pessoa com deficiência no âmbito da RCPD e a expansão de serviços especializados em reabilitação no Estado de Minas Gerais. O Plano constitui-se como instrumento importante de planejamento para auxiliar os gestores municipais de saúde e a SES-MG na identificação de dificuldades e potencialidades da RCPD e, a partir das análises e discussões colegiadas, na elaboração de metas para o alcance da integralidade da assistência oferecida às pessoas com deficiência no Estado de Minas Gerais, redefinindo o modelo assistencial realizado pelas unidades prestadoras de serviços que compõem a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, a integração de pontos de atenção à saúde, estabelecimento de parcerias com as universidades, órgãos do governo e a própria sociedade civil.

Estão dispostas no ANEXO II as principais normativas que regem a RCPD/MG.

### **Considerações**

Considerando a necessidade de que o SUS-MG ofereça uma rede de serviços de reabilitação articulada e resolutiva, em níveis de complexidades diferentes, para atender às pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências;

Considerando a importância das Juntas Reguladoras e Referências Técnicas da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência para organização do acesso aos usuários de forma equânime nos serviços especializados em reabilitação na RCPD-MG;

Considerando o contexto de emergência em saúde pública, ocasionado pela Pandemia da COVID-19, que tem demandado por uma organização assistencial para responder com efetividade e em tempo oportuno as demandas por reabilitação dos usuários com condições pós COVID e com necessidade de ampliar e qualificar a capacidade instalada de serviços de reabilitação de Minas Gerais;

A Secretaria de Estado de Minas Gerais publicou a Resolução SES/MG Nº 7.924, de 10 de dezembro de 2021, que concede incentivo financeiro excepcional aos municípios para fomentar a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais.

### **Sobre o recurso excepcional**

#### **Metodologia para cálculo do recurso excepcional por município**

O valor do recurso repassado a cada município foi estabelecido a partir de dois critérios:

I – População e o Fator de Alocação (descrito no Anexo I da Resolução 7.924). Trata-se de recurso destinado a todos os municípios de Minas Gerais.

II – Quantitativo e a tipologia do(s) ponto(s) de atenção especializada da RCPD (descrito no Anexo II da Resolução 7.924). Trata-se de recurso destinado aos municípios sede de ponto de atenção do componente especializado da RCPD, e é adicionado ao recurso já destinado pelo critério I.

Como ponto de atenção do componente especializado da RCPD entende-se: I – Centros Especializados em Reabilitação; II – Oficina Ortopédica Fixa; III – Oficina Ortopédica Itinerante; IV – Serviço de Reabilitação Auditiva; V – Serviço de Reabilitação Visual; VI – Serviço de Reabilitação Física; VII – Serviço de Atenção à Saúde da Pessoa Ostomizada; VIII – Serviços de Atenção Especializada à Pessoa com Deficiência Auditiva ou Implante Coclear; IX – Serviços Especializados em Reabilitação da Deficiência Intelectual e X – Serviços de Referência de Triagem Auditiva Neonatal.

### **Planejamento para execução do recurso**

O planejamento para utilização do recurso deverá ser feito a partir da análise técnica das necessidades sanitárias e epidemiológicas do contexto local/regional que envolvam as pessoas com deficiência, conforme orçamento municipal de saúde.

É de responsabilidade do Gestor Municipal que as despesas financiadas por esse recurso constem nos instrumentos legais de planejamento e gestão governamentais e no Plano Municipal de Saúde, bem como na Programação Anual de Saúde e que seja dado ciência ao Conselho Municipal de Saúde, e sempre quando houver ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, sobre a recepção desses recursos e a respectiva destinação.

É de fundamental importância que representantes das Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e/ou Referências Técnicas da RCPD participem das reuniões de planejamento para destinação do recurso excepcional no âmbito da RCPD.

### **Execução dos Recursos**

Em virtude do disposto no Art. 2º, §3º da Resolução SES/MG nº 7.924, de 10 de dezembro de 2021, as transferências estão sendo realizadas, pelo estado como despesas correntes, e podem ser executadas conforme orçamento municipal, desde que no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Minas Gerais, observadas as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. Considerando os termos da própria resolução, orienta-se que o referido recurso seja utilizado com despesas de custeio para o fortalecimento da RCPD-MG.

Os gestores municipais terão o prazo de 36 (trinta e seis) meses para execução do recurso, contados a partir do seu recebimento total.

### **Ações de saúde para fomento da RCPD**

A sessão a seguir contera recomendações de algumas ações de saúde nas quais o recurso financeiro excepcional poderá ser utilizado, de forma a fortalecer a gestão e a assistência no âmbito da RCPD-MG, nos diferentes níveis de atenção à saúde que assistem pessoas com deficiência.

Posteriormente, as ações estarão dispostas na tabela abaixo, relacionando o número da ação com 4 classificações distintas de municípios, referentes ao tipo de gestão do município e caracterização como sede de serviço especializado da RCPD, a saber:

- Município de gestão estadual sede de serviços especializados da RCPD
- Município de gestão estadual que não é sede de serviços especializados da RCPD
- Município de gestão plena sede de serviços especializados da RCPD
- Município de gestão plena que não são sede de serviços especializados da RCPD

### **Ações recomendadas:**

**1- Fomento na infraestrutura e custeio para funcionamento efetivo das Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (JRRCPD).**

Recomenda-se que, prioritariamente, parte do recurso financeiro estabelecido no Critério I desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios RCPD”), seja utilizado para fortalecer os processos de trabalho da JRRCPD por meio da:

- Manutenção da estrutura do mobiliário e manutenção dos equipamentos pertinentes ao processo de trabalho das JRRCPD;



- Custeio de profissionais da saúde com carga horária mínima de 20 horas/semanal ou compatível ao desenvolvimento das ações da JRRCPD, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.003, de 09 de dezembro de 2014 e Nota Técnica sobre Indicadores/Ações de Matriciamento, acerca da Resolução 7924/2021.

- Qualificação profissional, incluindo cursos/eventos para melhorar processos internos de trabalho e cursos/eventos no âmbito da pessoa com deficiência.

**2- Fomento na infraestrutura e custeio para funcionamento efetivo do trabalho das Referências Técnicas (RT) da Rede Cuidados à Pessoa com Deficiência.**

Recomenda-se que, prioritariamente, parte do recurso financeiro estabelecido no Critério I desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios RCPD”), seja utilizado para o fortalecimento dos processos de trabalho da RT por meio da:

- Manutenção da estrutura do mobiliário e manutenção dos equipamentos pertinentes ao processo de trabalho das referências técnicas da RCPD-MG;

- Custeio de profissional com carga horária mínima de 20 horas/semanal ou compatível ao desenvolvimento das ações, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.003, de 09 de dezembro de 2014 e Nota Técnica sobre Indicadores/Ações de Matriciamento, acerca da Resolução 7924/2021.

- Qualificação profissional, incluindo cursos/eventos para melhorar processos internos de trabalho, cursos/eventos no âmbito da pessoa com deficiência, viagens para que os profissionais visitem e aproximem-se do trabalho desenvolvido nos serviços especializados da RCPD e Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência.

**3- Ampliação no acesso de órteses, próteses e materiais especiais (OPM) previstas na tabela do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) nas formas de organização: 070101- OPM meios auxiliares de locomoção; 070102- OPM ortopédicas; 070103- OPM em otorrinolaringologia; 070104- OPM oftalmológicas; 070105- OPM em gastroenterologia; 070106- OPM em urologia; e 070109 Substituição/Troca em órteses/próteses, entre outras, incluindo demais formas de organização pertinentes ao acompanhamento, manutenção e adaptação das OPM.**

A concessão da OPM ao usuário deve ser prescrita e concedida por equipe multidisciplinar especializada, dentro da lógica do cuidado integral à pessoa com deficiência, e é fundamental que a reabilitação seja garantida e as orientações sejam repassadas ao usuário para potencializar o uso da tecnologia assistiva no seu dia a dia. Portanto, recomenda-se que parte desse recurso seja utilizado para aquisição de OPM, observadas as legislações vigentes, adquiridos por municípios/serviços onde hajam pontos de atenção habilitados e/ou credenciados na RCPD-MG, para garantir que a dispensação das tecnologias assistivas sejam acompanhadas pela adequada reabilitação.

**4- Educação permanente e cursos/eventos científicos de atualizações para profissionais das equipes multiprofissionais diretamente envolvidas com a assistência em reabilitação de pessoas com deficiências físicas, visuais, intelectuais, auditivas, ostomia e múltiplas deficiências.**

Orienta-se que cursos reconhecidos na área de diagnóstico, reabilitação e tecnologias assistivas sejam realizados pelos profissionais que atuam em pontos de atenção que assistem pessoas com deficiência visando reduzir as barreiras de comunicação e de acessibilidade, qualificando as intervenções dos profissionais em ações que promovam o desenvolvimento das potencialidades, da autonomia e participação social das pessoas com deficiência em diferentes ambientes, bem como para o estabelecimento de diagnósticos e intervenção precoce das deficiências.

Nesse sentido, recomenda-se a realização de cursos em áreas como:

- Libras, Braille, comunicação alternativa;
- Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF);
- Promoção da reabilitação funcional;
- Desenvolvimento neuropsicomotor de crianças;
- Reabilitação visual: avaliação oftalmológica e funcional na baixa visão; prescrição de auxílios ópticos e não ópticos; condutas interdisciplinares; intervenção/estimulação precoce na deficiência visual; orientação e mobilidade; atualização sobre avanços tecnológicos, diagnósticos e terapêuticas na reabilitação visual;
- Reabilitação do paciente traqueostomizado;
- Qualificação de triagens neonatais, diagnósticos na primeira infância das deficiências físicas, auditivas, visuais, intelectuais entre outros e diagnósticos diferenciais (como por exemplo em usuários com deficiências múltiplas);
- Elaboração de Projeto Terapêutico Individualizado/Singular: avaliação por equipe multidisciplinar; abordagem familiar e comunitária; elaboração de metas a curto, médio, longo prazo; reavaliações; processo de alta qualificada;
- Clínica ampliada do cuidado e apoio matricial;
- Confecção de órteses de menor complexidade;
- Tecnologias Assistivas, entre outros.

Recomenda-se que parte do recurso financeiro estabelecido no Critério II nesta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios com PA RCPD”) seja utilizado para qualificar e atualizar a equipe multiprofissional nos pontos de atenção especializada da RCPD.

**5- Aquisição de materiais de consumo para reabilitação nos níveis da Atenção Primária à Saúde e Serviços Ambulatoriais de Reabilitação**

Os materiais de consumo não são financiados pelo Ministério da Saúde, entretanto, dada a sua pertinência no processo de reabilitação, recomenda-se que os gestores municipais utilizem parte do recurso financeiro estabelecido no Critério II desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios com PA RCPD”) para aquisição desses materiais de forma a qualificar as atividades nos pontos de atenção especializada da RCPD e parte do recurso financeiro estabelecido no Critério I desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios RCPD”) seja destinado para aquisição de materiais de consumo em demais pontos de atenção que reabilitem pessoas com deficiência.

Recomenda-se a avaliação dos materiais de consumo de reabilitação dispostos no Instrutivo de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual (Centro Especializado em Reabilitação - CER e Oficinas Ortopédicas) da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, de junho de 2020 e ciência sobre a Portaria do MF/STN nº 448, de 13 de setembro de 2002, que divulga o detalhamento da natureza de despesa com materiais de consumo.

**6- Enfrentamento às consequências da pandemia da COVID-19 - Reabilitação por condições pós COVID-19 na Rede de Atenção à Saúde do município.**

É importante que os gestores locais organizem a RAS, definam quais serão os pontos de atenção de referência ambulatorial para reabilitação dos usuários com condições pós COVID dentro do seu território e fortaleçam esses serviços com:

- Custeio de equipe complementar de reabilitação especializada em estruturas de saúde, preferencialmente em locais que contemplem equipe multiprofissional de reabilitação.

- Aquisição de materiais de consumo para atender a demanda por reabilitação pós COVID.

Recomenda-se que parte do recurso financeiro estabelecido no Critério I desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios RCPD”), seja utilizado na APS e serviços de reabilitação municipais, credenciados e conveniados, e que parte do recurso financeiro estabelecido no Critério II nesta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios com PA RCPD”) seja utilizado nos pontos de atenção especializada da RCPD para fortalecer e qualificar a reabilitação pós COVID dos usuários.

**7- Custeio de pequenas reformas e adaptações nos serviços de saúde existentes que assistem pessoas com deficiência para melhorar a acessibilidade dos locais com instalações de rampas, corrimãos, piso tátil de alerta e direcional, placas e mapas em braille e outras adaptações para reduzir as barreiras de mobilidade e de comunicação.**

Recomenda-se que parte do recurso financeiro estabelecido no Critério II desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios com PA RCPD”) seja utilizado nos pontos de atenção especializada da RCPD para tal finalidade.

### 8-Ações de Intervenção Precoce

É importante que os gestores fomentem o estabelecimento e realização efetiva de ações de intervenção precoce nos serviços ambulatoriais de reabilitação, visto que a estimulação infantil deve se iniciar no período que engloba os três primeiros anos de vida, que é considerada a fase mais propícia para o desenvolvimento cerebral, em que se espera observar o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, bem como marcos de aquisição de linguagem.

Recomenda-se que parte do recurso financeiro estabelecido no Critério II desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios com PA RCPD”) seja utilizado nos pontos de atenção especializada da RCPD e parte do recurso financeiro estabelecido no Critério I desta Nota Técnica (Anexo III da Resolução 7924/2021- valor descrito na coluna “Valor municípios RCPD”) seja utilizado nos serviços de reabilitação municipais, credenciados e conveniados ao SUS, considerando as seguintes ações:

- Custeio de profissionais que promovem ações de intervenção precoce;
- Qualificação profissional, incluindo cursos/eventos científicos voltados para a captação e estimulação precoce (cursos de desenvolvimento neuropsicomotor, curso audiológico infantil, cursos de triagem e diagnóstico precoce de deficiências, cursos de estimulação visual e sensorial, entre outros);
- Aquisição de materiais de consumo para estruturação de espaços de estimulação precoce.

**9- Custeio de procedimentos cirúrgicos e OPM relacionadas ao implante coclear e próteses ancoradas no osso previstos nas Portarias MS/GM nº 2776/2014 e MS/GM nº 2161/2018.**

- Os atos cirúrgicos previstos nas legislações citadas devem ocorrer obrigatoriamente em hospitais habilitados pelo Ministério da Saúde como Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva.

**Tabela 1: Relação de ações de saúde sugeridas para aplicação do recurso a depender do tipo de gestão do município e sede de serviço Especializado da RCPD.**

Município	Ações
Gestão estadual sede de Serviços Especializado da RCPD	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Gestão estadual que não são sede de serviços Especializado da RCPD	2, 4, 5, 6, 7, 8
Gestão plena sede de serviços Especializado da RCPD	1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
Gestão plena que não são sede de serviços Especializado da RCPD	2, 4, 5, 6, 7, 8

### Prestação de contas/Monitoramento do recurso

A prestação de contas do recurso financeiro excepcional a ser executado no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Minas Gerais deverá ser realizada via sistema GEICOM ou outro que vier a substituí-lo, conforme as diretrizes do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010, e da Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014.

Anualmente, os municípios beneficiários desse recurso deverão inserir e validar os dados, de forma declaratória, referentes à prestação de contas relativas ao ano anterior no Sistema informatizado disponibilizado pela SES, conforme a Resolução SES/MG nº 4.606, de 17 de dezembro de 2014, ou com Regulamento (s) que vier (em) a substituí-lo(s).

Os municípios beneficiários devem manter arquivados os documentos que comprovam a utilização e gestão dos recursos públicos repassados pelo FES, conforme preconiza o Art. 25 do Decreto Estadual nº 45.468/2010.

A Resolução SES/MG nº 7.924, de 10 de dezembro de 2021, traz como indicadores de monitoramento: a pactuação ou atualização da Junta Reguladora da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência; oficialização ou atualização da Referência Técnica da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência; bem como reuniões de matriciamento organizadas pelas JR com participação das RT. Importante o conhecimento da Nota Técnica sobre Matriciamento e Indicadores da Resolução (48582712), publicada em abril de 2022, para que os gestores municipais de saúde possam dar prosseguimento ao cumprimento dos indicadores e fortalecimento da RCPD a nível territorial.

## ANEXO I

### Serviços de reabilitação especializados na Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência de Minas Gerais, abril de 2022:

MUNICÍPIO	MICRORREGIÃO	MACRORREGIÃO	CNES	NOME	MODALIDADE
Abadia dos Dourados	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	3172627	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Águas Formosas	Águas Formosas	Nordeste	3533492	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Águas Formosas	Águas Formosas	Nordeste	2183803	Hospital São Vicente de Paulo	Auditivo
Aimorés	Resplendor	Leste	2102900	Centro Municipal de Saúde	Auditivo
Além Paraíba	Além Paraíba	Sudeste	2122642	CER III - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia, Intelectual e Visual
Além Paraíba	Além Paraíba	Sudeste	2122901	Unidade Microrregional de Referência – CMEC	Auditivo
Alfenas	Alfenas/Machado	Sul	2696045	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Alfenas	Alfenas/Machado	Sul	2171988	CER III- Hospital Universitário Alzira Avelano	Auditivo, Físico/ostomia e Visual SIC - Implante Coclear
Andradas	Poços de Caldas	Sul	3659143	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Araçuaí	Araçuaí	Jequitinhonha	3660230	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Araçuaí	Araçuaí	Jequitinhonha	2134276	Hospital São Vicente de Paulo	Auditivo
Araguari	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2764725	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Araguari	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2145960	Santa Casa de Misericórdia de Araguaí	Auditivo
Araxá	Araxá	Triângulo do Sul	2164604	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia e Intelectual
Arinos	Unai	Noroeste	3120643	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Baependi	São Lourenço	Sul	2764598	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Auditivo e Intelectual
Barbacena	Barbacena	Centro Sul	2098733	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Barbacena	Barbacena	Centro Sul	2109654	Clínica Escola " Vera Tamm de Andrada" da Unipac	Físico
Barbacena	Barbacena	Centro Sul	2192934	Centro de Reabilitação Física de Barbacena	Ostomia
Barbacena	Barbacena	Centro Sul	2138875	Santa Casa de Misericórdia de Barbacena	Auditivo
Barroso	São João Del Rei	Centro Sul	2206943	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/ Caeté	Centro	2695618	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	5079691	AMR- Sandro Amaral Santos	Oficina Ortopédica Fixa

Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2695502	CER II- Centro de Referência em Reabilitação Centro-Sul - CREAB Centro-Sul	Físico e Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2695685	CER II- Centro de Referência em Reabilitação Leste - CREAB Leste	Físico/ostomia e Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	6919987	CER II - Centro de Referência em Reabilitação Venda Nova - CREAB Venda Nova	Auditivo, Físico/ostomia, Intelectual e Visual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	9134638	CERVI - Centro de Referência em Reabilitação Noroeste – CREAB Noroeste	Físico/ostomia e Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27049	Ambulatório Hospital São Geraldo - Hospital das Clínicas	Auditivo e Visual SIC - Implante Coclear
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27596	PUC - Pontifícia Universidade Católica - MG	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27014	Santa Casa de Belo Horizonte	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27529	Fundação Dom Bosco	Intelectual
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2192896	Hospital Metropolitano Odilon Behrens	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	5672015	Centro Metropolitano de Especialidades Médicas	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27022	Hospital Julia Kubitschek (FHEMIG)	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	26972	Maternidade Odete Valadares (FHEMIG)	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	27863	Hospital Risoleta Tolentino Neves	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	26794	Hospital Sofia Feldman	Auditivo
Belo Horizonte	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	5673798	Centro Mineiro de Reabilitação Auditiva	Auditivo
Betim	Betim	Centro	2126494	Hospital Público Regional de Betim	Auditivo
Betim	Betim	Centro	2126508	Maternidade Pública Municipal Hayde Espejo Conroy.	Auditivo
Boa Esperança	Três Pontas	Sul	2761769	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Bom Despacho	Bom Despacho	Oeste	2144107	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Bom Despacho	Bom Despacho	Oeste	2183455	Centro de Especialidades Multiprofissionais Policlínica Dr. Gê	Auditivo e Ostomia
Borda da Mata	Pouso Alegre	Sul	3799913	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Botelhos	Alfenas/Machado	Sul	5255805	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Brasília de Minas	Brasília de Minas / São Francisco	Norte	219420	Hospital Municipal Senhora Santana	Auditivo
Buritit	Unai	Noroeste	3338304	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cachoeira de Minas	Pouso Alegre	Sul	5694167	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cambuí	Pouso Alegre	Sul	2212854	Policlínica de Cambuí	Ostomia
Cambuquira	Três Corações	Sul	2764601	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Campanha	Três Corações	Sul	2765306	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Campestre	Alfenas/Machado	Sul	5163412	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Campo Belo	Campo Belo	Oeste	2777339	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Campo Belo	Campo Belo	Oeste	2201879	Policlínica Campo Belo	Ostomia
Campo Belo	Campo Belo	Oeste	2192020	Santa Casa de Campo Belo	Auditivo
Campos Gerais	Alfenas/Machado	Sul	5615968	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Candeias	Campo Belo	Oeste	5476186	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Capelinha	Minas Novas/Turmalina/Capelinha	Jequitinhonha	7643277	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Carangola	Carangola	Sudeste	2764733	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Caratinga	Caratinga	Vale do Aço	2119390	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Carlos Chagas	Nanuque	Nordeste	7670583	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Carmo de Minas	São Lourenço	Sul	2764628	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Carmo do Paranaíba	São Gotardo	Noroeste	2118203	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Carmo do Rio Claro	Passos	Sul	5185017	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cássia	Cássia	Sul	2760436	Instituto São Vicente de Paulo	Auditivo
Cataguases	Leopoldina/Cataguases	Sudeste	2199653	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cataguases	Leopoldina/Cataguases	Sudeste	2167980	Policlínica Municipal Dr. José Juber Ribeiro	Auditivo e Ostomia
Caxambu	São Lourenço	Sul	2764644	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Centralina	Ituiutaba	Triângulo do Norte	5072611	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Centro Sul	5334659	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Centro Sul	3862631	CRER - Centro Regional de Reabilitação Física	Físico/Ostomia
Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Centro Sul	6578306	Fundação Olhos D'Alma	Visual
Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Centro Sul	2136945	Sociedade Hospital Queluz	Auditivo
Contagem	Contagem	Centro	2190249	Centro de Atendimento e Inclusão Social	Intelectual
Contagem	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	9256628	CER IV – Centro de Reabilitação Física	Auditivo, Físico/ostomia, Intelectual e Visual
Contagem	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2189941	Centro de Consulta Especializada Iria Diniz	Físico
Contagem	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2191164	Centro Materno Infantil Juveniva Paula de Jesus ( Maternidade Municipal de Contagem-mesmo cnes)	Auditivo
Coqueiral	Três Pontas	Sul	2764571	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Coromandel	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	5947014	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Coromandel	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2151650	Unidade Ambulatorial de Especialidades	Ostomia
Coromandel	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2197693	Santa Casa de Coromandel	Auditivo
Coronel Fabriciano	Coronel Fabriciano/Timóteo	Vale do Aço	3512088	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cristais	Campo Belo	Oeste	3828050	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cristina	São Lourenço	Sul	2764741	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Cruzília	São Lourenço	Sul	5173272	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Curvelo	Curvelo	Centro	2148307	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Curvelo	Curvelo	Centro	2148293	Hospital Imaculada Conceição	Auditivo
Diamantina	Diamantina	Jequitinhonha	7406444	CER IV - Irmandade Nossa Senhora da Saúde	Auditivo, Físico/ostomia, Intelectual, Visual, Oficina Ortopédica Fixa e Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre
Divinópolis	Divinópolis	Oeste	2159341	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Divinópolis	Divinópolis	Oeste	7035748	CRER - Centro Regional de Reabilitação Física	Ostomia
Divinópolis	Divinópolis	Oeste	2159252	Hospital São João de Deus	Auditivo
Elói Mendes	Varginha	Sul	3828956	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Espera Feliz	Carangola	Sudeste	3311155	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Espinosa	Janaúba/Monte Azul	Norte	7909950	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Felixlândia	Curvelo	Centro	3584712	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Formiga	Formiga	Oeste	2143364	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Formiga	Formiga	Oeste	2142384	Centro Municipal de Atenção à Saúde de Formiga	Ostomia
Formiga	Formiga	Oeste	2194287	Otocenter de Formiga	Auditivo
Frutal	Frutal/Iturama	Triângulo do Sul	2164701	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Governador Valadares	Governador Valadares	Leste	2199696	Centro de Apoio ao Deficiente Físico Dr. Octávio Soares	Físico/ostomia e Intelectual
Governador Valadares	Governador Valadares	Leste	2118661	Hospital Bom Samaritano	SIC - Implante Coclear
Governador Valadares	Governador Valadares	Leste	2222043	Hospital Municipal de Governador Valadares	Auditivo
Governador Valadares	Governador Valadares	Leste	3144984	Otomed	Auditivo
Guanhães	Guanhães	Centro	7704178	A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Guaranésia	Guaxupé	Sul	2204975	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Guarani	Ubá	Sudeste	7670044	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Guaxupé	Guaxupé	Sul	2204983	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ibiá	Araxá	Triângulo do Sul	2098350	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ibirité	Contagem	Centro	6892256	Hospital e Maternidade Regional de Ibirité	Auditivo
Inhapim	Caratinga	Vale do Aço	3974073	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ipatinga	Ipatinga	Vale do Aço	7670699	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ipatinga	Ipatinga	Vale do Aço	3855910	CER II - Centro Univ. Católica do Leste MG - Unileste	Físico e Visual



Ipatinga	Ipatinga	Vale do Aço	2193183	Anexo da Policlínica Municipal de Ipatinga	Ostomia
Ipatinga	Ipatinga	Vale do Aço	2205440	Hospital Marcio Cunha	Auditivo
Ipuiuna	Pouso Alegre	Sul	3265234	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Irai de Minas	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	5047781	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itabira	Itabira	Centro	2183110	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itabira	Itabira	Centro	5218608	Centro de Reabilitação Abel Camilo de Oliveira Lage	Ostomia
Itabira	Itabira	Centro	2218690	Hospital Municipal Carlos Chagas	Auditivo
Itabirito	Ouro Preto	Centro	7370733	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia e Intelectual
Itajubá	Itajubá	Sul	2212617	Policlínica Almicar Pellon	Ostomia
Itajubá	Itajubá	Sul	2213451	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itajubá	Itajubá	Sul	2208857	Hospital de Clínicas de Itajubá	Auditivo
Itambacuri	Itambacuri	Nordeste	6043798	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itamonte	São Lourenço	Sul	2764660	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itanhandu	São Lourenço	Sul	2764679	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itaúna	Itaúna	Oeste	2105764	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Itaúna	Itaúna	Oeste	2105578	Centro Esp. Médicas e Odonto Dr. Ovídio Nogueira Machado	Auditivo e Ostomia
Ituiutaba	Ituiutaba	Triângulo do Norte	2215195	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ituiutaba	Ituiutaba	Triângulo do Norte	2194791	Unidade Mista de Saúde Carlos Modesto dos Santos	Ostomia
Iturama	Frutal/Iturama	Triângulo do Sul	2208016	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Jacinto	Almenara/Jacinto	Nordeste	3648389	Centro de Reabilitação Jacinto	Intelectual
Janaúba	Janaúba/Monte Azul	Norte	2105004	CER IV - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia, Intelectual, Visual e Auditivo
Janaúba	Janaúba/Monte Azul	Norte	2205939	Fundação de Assistência Social de Janaúba	Auditivo
Januária	Januária	Norte	2204398	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia e Intelectual
João Monlevade	João Monlevade	Centro	2170744	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
João Monlevade	João Monlevade	Centro	2709848	Hospital Margarida	Auditivo
João Pinheiro	João Pinheiro	Noroeste	5191092	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Juatuba	Betim	Centro	7100078	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	3176681	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	2111624	Hospital Regional João Penido	Auditivo e Físico
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	7284411	PAM Marechal - Serviço de Ostomizados	Ostomia
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	2153742	Associação dos Cegos de Juiz de Fora	Visual
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	9584323	Hospital Evandro Ribeiro de Oliveira	Auditivo SIC - Implante Coclear
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	2153882	Hospital Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	Auditivo
Juiz de Fora	Juiz de Fora	Sudeste	2153084	Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus	Auditivo
Lagoa da Prata	Lagoa da Prata/Santo Antônio do Monte	Oeste	2142694	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Lagoa Formosa	Patos de Minas	Noroeste	5191106	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Lagoa Santa	Vespasiano	Centro	2765004	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Lambari	São Lourenço	Sul	2765012	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Lavras	Lavras	Sul	2112183	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Leopoldina	Leopoldina/Cataguases	Sudeste	2122669	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Leopoldina	Leopoldina/Cataguases	Sudeste	7804121	Polo de Saúde Agostinho Pestana	Auditivo e Ostomia
Liberdade	Lima Duarte	Sudeste	3536106	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Lima Duarte	Lima Duarte	Sudeste	9443517	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Machado	Alfenas/Machado	Sul	5480574	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Malacacheta	Teófilo Otoni/Malacacheta	Nordeste	7358814	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Manhuaçu	Manhuaçu	Leste do Sul	2785641	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Manhuaçu	Manhuaçu	Leste do Sul	2785676	Centro de Saúde e Serviços de Apoio Diagnóstico de Manhuaçu	Físico/Ostomia
Manhuaçu	Manhuaçu	Leste do Sul	2173166	Hospital César Leite	Auditivo
Manhumirim	Manhuaçu	Leste do Sul	2126524	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Mantena	Mantena	Leste	7371217	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia e Intelectual
Mantena	Mantena	Leste	2206269	Centro de Saúde	Auditivo
Minas Novas	Minas Novas/Turmalina/Capelinha	Jequitinhonha	5939879	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Minduri	São Lourenço	Sul	5379148	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Mirabela	Montes Claros	Norte	9461191	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Miradouro	Muriáe	Sudeste	3327981	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Mirai	Muriáe	Sudeste	7706723	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Monsenhor Paulo	Varginha	Sul	2764687	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Monte Alegre de Minas	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	3963934	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Monte Alegre de Minas	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	3050645	Unidade de saúde da Família Frei Lucas Ferraro	Auditivo
Monte Belo	Guaxupé	Sul	3984443	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Monte Carmelo	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2195879	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Monte Carmelo	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2195860	Policlínica Monte Carmelo	Ostomia
Monte Carmelo	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	6520642	Centro Auditivo Oral	Auditivo
Montes Claros	Montes Claros	Norte	2219271	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Montes Claros	Montes Claros	Norte	9478019	Associação Sociedade Educacional Mendonça e Silva - Capelo Gaivotas	Intelectual
Montes Claros	Montes Claros	Norte	2203642	Fundação Clarisse Albuquerque	Intelectual
Montes Claros	Montes Claros	Norte	3788644	Centro de Órtese e Prótese Daniel Avelino Pereira	Físico/Ostomia
Montes Claros	Montes Claros	Norte	6022995	Otorrino Físio Center	Auditivo
Montes Claros	Montes Claros	Norte	2219646	Hospital Dilson Godinho	SIC - Implante Coclear
Montes Claros	Montes Claros	Norte	2149990	Santa Casa de Montes Claros	Auditivo
Montes Claros	Montes Claros	Norte	2219654	Hospital Clemente Faria	Auditivo
Morada Nova de Minas	Sete Lagoas	Centro	2155850	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Muriáe	Muriáe	Sudeste	2765020	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Mutum	Manhuaçu	Leste do Sul	3311163	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Muzambinho	Guaxupé	Sul	3503984	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Nanuque	Nanuque	Nordeste	7703325	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Nepomuceno	Lavras	Sul	2764695	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Nova Lima	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2115913	CER III- Fundação de Atendimento Especializado de Nova Lima - FAENOL	Auditivo, Físico/ostomia, Intelectual e Oficina Ortopédica Fixa
Nova Serrana	Pará de Minas	Oeste	2160242	Policlínica Municipal José Batista de Freitas	Auditivo
Oliveira	Oliveira/Santo Antônio do Amparo	Oeste	5851599	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico e Intelectual
Ouro Fino	Pouso Alegre	Sul	2214016	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ouro Preto	Ouro Preto	Centro	2163829	Santa Casa de Ouro Preto	Auditivo
Pará de Minas	Pará de Minas	Oeste	2132966	CER III - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia, Intelectual e Visual
Pará de Minas	Pará de Minas	Oeste	2159279	Centro de Atenção à Saúde da Mulher e Criança - CASMUC	Auditivo
Paracatu	Unai	Noroeste	2100711	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Paraguçu	Alfenas/Machado	Sul	2204991	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Paraisópolis	Itajubá	Sul	2127962	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Paraopeba	Sete Lagoas	Centro	7988346	Centro Assistencial Paulo de Tarso	Intelectual
Passa Quatro	São Lourenço	Sul	2765314	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Passos	Passos	Sul	2765039	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual

Passos	Passos	Sul	2775999	Centro de Reabilitação Física Irmandade da Santa Casa de Misericórdia Passos	Auditivo e Físico/Ostomia
Patos de Minas	Patos de Minas	Noroeste	2221322	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Auditivo e Intelectual
Patos de Minas	Patos de Minas	Noroeste	3116247	Centro Municipal de Reabilitação Totó Veloso	Físico/Ostomia
Patrocínio	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2196212	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico e Intelectual
Patrocínio	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2196220	Policlínica Patrocínio - Unidade Integrada de Saúde Dr. Michael Wandy	Ostomia
Patrocínio	Patrocínio/Monte Carmelo	Triângulo do Norte	2209195	Santa Casa de Patrocínio	Auditivo
Peçanha	Peçanha/São João Evangelista	Leste	9478760	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Peçanha	Peçanha/São João Evangelista	Leste	2103125	Centro de Saúde Dr. José Pinto Rocha	Auditivo
Pedra Azul	Pedra Azul	Nordeste	2120313	Policlínica Pedra Azul	Intelectual e Ostomia
Pedro Leopoldo	Vespasiano	Centro	2150352	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Perdões	Lavras	Sul	3273407	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Pirapora	Pirapora	Norte	6653162	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Pirapora	Pirapora	Norte	2149478	Unidade Ambulatorial de Pirapora	Ostomia
Pirapora	Pirapora	Norte	21195228	Fundação Hospitalar Dr. Moisés Magalhães Freire	Auditivo
Piraúba	Ubá	Sudeste	2161486	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Pitangui	Pará de Minas	Oeste	2142430	Unidade Básica de Saúde Dr Romualdo Lopes Cançado (Policlínica Municipal)	Auditivo
Piumhi	Piumhi	Sul	3684350	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Poços de Caldas	Poços de Caldas	Sul	2129604	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Poços de Caldas	Poços de Caldas	Sul	2214733	Policlínica Central Dr. José Aires de Paiva	Ostomia
Ponte Nova	Ponte Nova	Leste do Sul	2216663	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ponte Nova	Ponte Nova	Leste do Sul	2099489	SAMMDU Serviço Atendimento Médico Munic. Urgência	Ostomia
Ponte Nova	Ponte Nova	Leste do Sul	2206382	Hospital Arnaldo Gavazza Filho	Auditivo
Ponte Nova	Ponte Nova	Leste do Sul	2111640	Hospital Nossa Senhora das Dores	Auditivo
Porteirinha	Janaúba/Monte Azul	Norte	6760066	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	3058018	Instituto Filippo Saldone Pouso Alegre	Intelectual
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	2211580	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	2211831	Centro Municipal de Educação em Diabetes - CEMED	Ostomia
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	3021912	Instituto Sul Mineiro de Otorrinolaringologia	Auditivo
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul	2127989	Hospital das Clínicas Samuel Libânio	Auditivo
Prata	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	5227461	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Presidente Olegário	Patos de Minas	Noroeste	3730654	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Raposos	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	9457151	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Raul Soares	Ponte Nova	Leste do Sul	5208092	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ribeirão das Neves	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	2756749	Hospital São Judas Tadeu	Auditivo
Rio Casca	Ponte Nova	Leste do Sul	5173612	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Rio Novo	Juiz de Fora	Sudeste	3571963	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Rio Pomba	Ubá	Sudeste	2149052	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ritápolis	São João Del Rei	Centro Sul	5017025	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Sabará	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	3248739	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Sacramento	Uberaba	Triângulo do Sul	2195615	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Salinas	Salinas	Norte	3533565	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Santa Luzia	Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté	Centro	7365896	Otoclínica Santa Luzia	Auditivo
Santa Rita do Sapucaí	Pouso Alegre	Sul	2214962	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Santa Vitória	Ituiutaba	Triângulo do Norte	5097320	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Santana da Vargem	Três Pontas	Sul	3457834	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Santo Antônio do Amparo	Oliveira/Santo Antônio do Amparo	Oeste	6648665	Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Amparo	Ostomia
Santos Dumont	Santos Dumont	Sudeste	9927433	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
São Gonçalo do Sapucaí	Varginha	Sul	3779815	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
São Gotardo	São Gotardo	Noroeste	7275681	Ambulatório Municipal	Auditivo
São João Del Rei	São João Del Rei	Centro Sul	2173573	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
São João Del Rei	São João Del Rei	Centro Sul	2173328	Unidade Básica de Saúde ESF Matosinhos	Ostomia
São João Del Rei	São João Del Rei	Centro Sul	2161354	Hospital Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei	Auditivo
São João Nepomuceno	São João Nepomuceno/Bicas	Sudeste	9463658	Associação Pestalozzi de São João Nepomuceno	Intelectual
São Lourenço	São Lourenço	Sul	2764709	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico e Intelectual
São Lourenço	São Lourenço	Sul	2764814	Fundação Hospitalar Casa de Caridade de São Lourenço	Auditivo
São Sebastião do Paraíso	São Sebastião do Paraíso	Sul	2764717	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
São Vicente de Minas	São João Del Rei	Centro Sul	5381533	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Sapucaí-Mirim	Itajubá	Sul	3228886	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Senador Firmino	Ubá	Sudeste	5010063	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Sete Lagoas	Sete Lagoas	Centro	2127636	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico e Intelectual
Sete Lagoas	Sete Lagoas	Centro	2726750	CEM - Centro Especialidades da Médicas	Ostomia
Sete Lagoas	Sete Lagoas	Centro	2206528	Hospital Nossa Senhora das Graças	Auditivo
Taiobeiras	Taiobeiras	Norte	7711794	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Taiobeiras	Taiobeiras	Norte	2098369	Hospital Santo Antônio	Auditivo
Teófilo Otoni	Teófilo Otoni/Malacacheta	Nordeste	2208180	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual e Visual
Teófilo Otoni	Teófilo Otoni/Malacacheta	Nordeste	2184834	Clínica de Reabilitação do Hospital Bom Samaritano	Físico/Ostomia
Teófilo Otoni	Teófilo Otoni/Malacacheta	Nordeste	3280349	Audiotoni Serviços Audiológicos LTDA/OTOMED	Auditivo
Teófilo Otoni	Teófilo Otoni/Malacacheta	Nordeste	2208172	Hospital Santa Rosália	Auditivo
Timóteo	Coronel Fabriciano/Timóteo	Vale do Aço	2140233	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Tocantins	Ubá	Sudeste	3932001	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Três Corações	Três Corações	Sul	3337448	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Três Corações	Três Corações	Sul	2775905	Casa de Saúde Santa Fé - FHEMIG	Físico
Três Corações	Três Corações	Sul	2760657	Fundação Hospitalar São Sebastião	Auditivo
Três Pontas	Três Pontas	Sul	2139480	CER III - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Auditivo, Físico/ostomia e Intelectual
Tupaciguara	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2765047	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Ubá	Ubá	Sudeste	2148579	CER III - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Auditivo, Físico e Intelectual
Ubá	Ubá	Sudeste	2148692	Policlínica Regional Dr. Eduardo Levindo Coelho	Ostomia
Ubá	Ubá	Sudeste	2195437	Hospital Santa Isabel	Auditivo
Uberaba	Uberaba	Triângulo do Sul	2165147	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Uberaba	Uberaba	Triângulo do Sul	2201631	Fundação Caminhar	Intelectual
Uberaba	Uberaba	Triângulo do Sul	2195585	Clínicas Integradas Hospital Universitário Mário Plamerio	Auditivo
Uberaba	Uberaba	Triângulo do Sul	2206595	UFTM- Centro de Reabilitação Prof. Dr. Fausto da Cunha Oliveira	Físico/Ostomia
Uberaba	Uberaba	Triângulo do Sul	6513557	Instituto de Cegos do Brasil Central	Visual
Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2152908	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual
Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2169207	Associação de Assistência a Criança Deficiente- AACD	Físico e Oficina Ortopédica Fixa
Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	7542585	CER III - Ambulatório Amélio Marques	Físico, Intelectual e Visual
Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2146355	Ambulatório do Hospital de Clínicas de Uberlândia	Auditivo e Ostomia

Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	2146339	Ambulatório Amélio Marques	Auditivo
Uberlândia	Uberlândia/Araguari	Triângulo do Norte	6601804	Hospital e Maternidade Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro	Auditivo
Unai	Unai	Noroeste	2184788	CER II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia e intelectual
Varginha	Varginha	Sul	2762994	Fundação Varginhense de Assistência aos Excepcionais	Intelectual
Varginha	Varginha	Sul	2761041	Hospital Regional Sul de Minas - Centro de Referência em Medicina Física e Reabilitação	Auditivo e Físico
Varginha	Varginha	Sul	2761092	Hospital Bom Pastor	Ostomia
Viçosa	Viçosa	Leste do Sul	2097990	CER III - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Físico/ostomia, intelectual e visual
Viçosa	Viçosa	Leste do Sul	2099454	Hospital São Sebastião	Auditivo
Visconde do Rio Branco	Ubá	Sudeste	2765055	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	Intelectual

## ANEXO II

### Principais normativas da RCPD

-Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Trata da consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, no Anexo VI, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, por meio da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva, ou estável; intermitente ou contínua, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

-Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017. Trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Capítulo IV, Seção III, que institui incentivos financeiros de investimentos para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.272, de 24 de outubro de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS/MG e da outras providências;

-Portaria nº 400, de 16 de novembro de 2009. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostimizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a serem observadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão

-Portaria GM/MS Nº 3.872, de 23 de dezembro de 2021. Inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde – SUS e Nota Informativa nº 1/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS;

- Portaria GM/MS nº 2776 de 18 de dezembro de 2014. Aprova diretrizes gerais, amplia e incorpora procedimentos para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS);

- Portaria GM/MS nº 2161 de 17 de julho de 2018. Inclui procedimento e estabelece critério para troca do processador de fala na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS;

-Instrutivo de Reabilitação Auditiva, Física, Intelectual e Visual (Centro Especializado em Reabilitação - CER e Oficinas Ortopédicas) da Rede de Cuidados à Pessoa com deficiência no âmbito do SUS, de junho de 2020;

-Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.272, de 24 de outubro de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS-MG;

-Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.374, de 20 de fevereiro de 2013. Aprova a Instituição do Serviço de Referência para Fonoaudiologia Descentralizada da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência do SUS-MG

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 1.403, de 19 de março de 2013. Define os Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS/MG.

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 1.404, de 19 de março de 2013. Institui o Programa de Intervenção Precoce Avançado – PIPA

-Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.003, de 09 de dezembro de 2014. Institui as atribuições e diretrizes de funcionamento das Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência do SUS-MG (RCPD) e dá outras providências;

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 2.904, de 08 de março de 2019. Aprova a alteração dos Anexos IV e V-A da Deliberação CIB – SUS/MG nº 1.403 de 19 de março de 2013, que define os Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual, e dá outras providências.

-Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.477, de 21 de julho de 2021. Aprova a atualização do Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS-MG;

-Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.637, de 22 de novembro de 2021. Altera o Anexo Único da Deliberação CIBSUS/MG nº 3.477, de 21 de julho de 2021, que aprova a atualização do Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS-MG;

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.563, de 21 de outubro de 2021. Aprova as regras de funcionamento da Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Minas Gerais e dá outras providências.

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.679, de 15 de dezembro de 2021. Aprova a alteração do Anexo único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.563, de 21 de outubro de 2021, que aprova as regras de funcionamento da Oficina Ortopédica Itinerante Terrestre da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência de Minas Gerais e dá outras providências.

-Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.562, de 21 de outubro de 2021. Aprova as regras para o financiamento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM/ oftalmológicas) na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS/MG e dá outras providências.







Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Cintra Januario, Diretor(a)**, em 27/06/2022, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Cardoso Ferreira Vaz, Coordenador(a)**, em 27/06/2022, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **48405693** e o código CRC **EB499A3C**.



## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-001	COMPOSIÇÃO	RODAPÉ EM PORCELANATO TIPO O TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIAL TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO 10CM	M			37,31
MATED-12352	SETOP	ARGAMASSA COLANTE (TIPO: AC-III UTILIZAÇÃO: AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS)	Kg	0,4725000	2,02	0,95
MATED-9031	SETOP	RODAPÉ EM PORCELANATO TIPO O TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR	m2	0,1100000	202,79	22,31
MATED-11262	SETOP	ESTOPA DE ALGODÃO	Kg	0,0025500	21,06	0,05
MATED-12355	SETOP	REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL (COR: SUPERFINO CORDA	Kg	0,2361111	15,60	3,68
ED-50368	SETOP	REJUNTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,2444444	19,95	4,88
ED-50381	SETOP	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1466667	27,11	3,98
ED-50367	SETOP	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0733330	19,95	1,46

CP-002	COMPOSIÇÃO	RODAPÉ PISO CERÂMICO EMBRAMARCO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (CALÇADA E GARAGEM)	M			15,12
MATED-12352	SETOP	ARGAMASSA COLANTE (TIPO: AC-III UTILIZAÇÃO: AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS)	Kg	0,4725000	2,02	0,95
MATED-9031	SETOP	RODAPÉ PISO CERÂMICO EMBRAMARCO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV	m2	0,1100000	30,06	3,31



## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
MATED-12355	SETOP	REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL (COR: DIVERSAS  DENSIDADE DA PASTA: 1500KG/M3*)*VALORES REFERENCIAIS APROXIMADOS	Kg	0,1410000	3,81	0,54
ED-50368	SETOP	REJUNTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,2444444	19,95	4,88
ED-50381	SETOP	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1466667	27,11	3,98
ED-50367	SETOP	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,0733330	19,95	1,46

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-003	COMPOSIÇÃO	PISO VIVA PISO CERÂMICO EMBRAMARCO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (CALÇADA E GARAGEM)	M	1,0000000		68,12
37595	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE (TIPO: AC-III UTILIZAÇÃO:AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS)	Kg	9,1300000	2,02	18,44
38195	SINAPI	PISO VIVA PISO CERÂMICO EMBRAMARCO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV	m2	1,0690000	30,06	32,13
34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL (COR: DIVERSAS  DENSIDADE DA PASTA: 1500KG/M3*)*VALORES REFERENCIAIS APROXIMADOS	Kg	0,1410000	3,81	0,54
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,5203000	26,74	13,91
88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1674000	18,53	3,10





## ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
CP-004	COMPOSIÇÃO	PISO PORCELANATO TIPO TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR	M²	1,0000000		254,72
38195	SINAPI	PISO PORCELANATO TIPO O TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR	m2	1,0728000	202,79	217,55
34357	SINAPI	REJUNTE CIMENTÍCIO FLEXÍVEL PORCELANATO ( COR: SUPERFINO CORDA)	KG	0,1060000	15,60	1,65
34355	SINAPI - I	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO	KG	9,1300000	1,98	18,08
88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,5348000	26,74	14,30
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	0,1694000	18,53	3,14

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:16:30  
-03'00'

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634

Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.16 11:16:46  
-03'00'

Joaquim de Abreu Filho  
Prefeito Municipal

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
--------	-------	-----------	-----	---------	------------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA	B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ	24,47%	DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG		16/08/2024

1 - IDENTIFICAÇÃO	PRAZO DA OBRA: 03 MESES
-------------------	-------------------------

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS	PESO %	SERVIÇOS A EXECUTAR					
				MÊS -01		MÊS 02		MÊS 03	
				SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %
1	PISOS	R\$77.833,79	100,00%	40,00	40,00	40,00	80,00	20,00	100,00
TOTAL EM PERCENTUAL		R\$77.833,79	100,00%	40,00%	40,00%	40,00%	80,00%	20,00%	100,00%
TOTAL EM REAIS		R\$77.833,79		31.133,52		31.133,52		15.566,76	

Taparuba, 13 de agosto de 2024  
DATA

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:14:02 -03'00'

Responsável Técnico  
Leonardo Pereira Almeida de Carvalho - Eng. Civil - CREA/MG: 216.503/D





## DEMONSTRATIVO DO BDI - SEM DESONERAÇÃO - OBRA DE EDIFICAÇÃO


BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)								
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIG. (1)	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						INC (5)
		ISS (2)				DIFERENCIADO		
		2%	3%	4%	5%	MATERIAL (3)	SERVIÇO TERCEIRIZADO (4) (ISS=5%)	
CUSTO DIRETO	CD	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	3,42%	4,00%	CD
LUCRO BRUTO	L	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	4,94%	6,16%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO		2,27%	2,27%	2,27%	2,27%	1,29%	1,77%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	0,53%	0,80%	CD
RISCO(*)	R	1,27%	1,27%	1,27%	1,27%	0,76%	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	4,65%	5,15%	5,65%	6,15%	3,65%	6,15%	PV
ISS	ISS(2)	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	-	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	PV
COFINS	-	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	PV
CPRB	INSS	-	-	-	-	-	-	PV
FÓRMULA DO BDI	$\frac{(1 + (AC + S + G + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - (I + CPRB))}$							
BDI (NUMERADOR)	16,81%	16,81%	16,81%	16,81%	10,79%	13,22%		
BDI (DENOMINADOR)	95,35%	94,85%	94,35%	93,85%	96,35%	93,85%		
BDI	22,51%	23,16%	23,81%	24,47%	14,99%	20,64%		
OBSERVAÇÕES								
(1) SIGLA.								
(2) QUANTO AO ISS O TCU ORIENTA OBSERVAR A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. NO REFERIDO ACÓRDÃO O TCU PARTIU DA PREMISSA DE INCIDÊNCIA DO ISS EM 50% DO PREÇO DE VENDA, COM PERCENTUAIS DE 2%, 3%, 4% E 5%.								
(3) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO EM CASOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS. EX. ELEVADOR, ESCADAS ROLANTES, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO ETC.								
(4) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.								
(5) INCIDÊNCIA.								

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634

Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.13 13:26:32 -03'00'

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 13:26:58  
-03'00'

			PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA						
			ESTADO DE MINAS GERAIS						
			OBRA			Bancos		B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS
			MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ			SINAPI - 04/2024 - MG		24,47%	DESONERADO (X)
			RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG			SETOP - 01/2024 - MG			16/08/2024
REFERÊNCIA	Nº	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ UNIT. C/ BDI	TOTAL ITEM	
		1	PISOS					77.833,79	
SINAPI 04 2024	87630	1.1.1	REGULARIZACAO DE PISO EM ARGAMASSA TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA GROSSA SEM PENEIRAR), ESPESSURA 2,0CM, PREPARO MECANICO (CALÇADA)	M2	20,00	38,78	48,27	965,40	
COMPOSIÇÃO	CP - 001	1.1.2	RODAPÉ EM PORCELANATO TIPO O TÉCNICO 80X80CM RETIFICADO MATERIA TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	M	58,00	37,31	46,44	2.693,52	
COMPOSIÇÃO	CP - 002	1.1.3	RODAPÉ PISO CERÂMICO EMBRAMARCO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (CALÇADA E GARAGEM)	M	51,00	15,12	18,82	959,82	
COMPOSIÇÃO	CP - 003	1.1.4	PISO PISO CERÂMICO EMBRAMACO NEVADA OUT EXTERNO 60X60CM CINZA RETIFICADO PEI IV, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (CALÇADA E GARAGEM)	M2	340,00	68,12	84,79	28.828,60	
COMPOSIÇÃO	CP - 004	1.1.5	PISO PORCELANATO TIPO TÉCNICO 80X80CM RE RETIFICADO MATERIAL TITANIO POLIDO LD ELIANE OU SIMILAR, , ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PISO SOBRE PISO, INCLUSIVE REJUNTAMENTO (SALA DE ESPERA, CORREDOR I, II, SALA DE CUIDADOS BÁSICOS)	M2	130,80	254,72	317,05	41.470,14	
SEINFRA MG 01 2024	ED-51148	1.1.6	RAMPA PARA ACESSO DE DEFICIENTE, EM CONCRETO SIMPLES FCK = 25 MPA, DESEMPENADA, COM PINTURA INDICATIVA, 02 DEMÃOS	UN	2,00	424,84	528,80	1.057,60	
MERCADO	COTAÇÃO	1.1.7	NIVELADOR CUNHA SLIM COM 100 PEÇAS	UN	3,00	25,11	31,25	93,75	
MERCADO	COTAÇÃO	1.1.8	ESPAÇADOR NIVELADOR COM 1000 PEÇAS SLIM VERDE 2,0 mm	UN	3,00	69,99	87,12	261,36	
MERCADO	COTAÇÃO	1.1.9	ESPAÇADOR NIVELADOR COM 500 PEÇAS CORTAG 1,5mm	UN	2,00	99,99	124,46	248,92	
MERCADO	COTAÇÃO	1.1.10	GRANITO PARA SOLEIRA, POLIDO, COR BEGE BAHIA 15 X 90 X 2,5 CM	UN	14,00	72,00	89,62	1.254,68	
			TOTAL GERAL DA OBRA					77.833,79	
<div><div><div>LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO:11674158688 LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO ENGENHEIRO CIVIL CREA 216503/D</div><div><div>Assinado de forma digital por LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE CARVALHO:11674158688 Dados: 2024.08.16 11:12:25 -03'00'</div></div></div><div><div>JOAQUIM DE ABREU FILHO:24231991634 JOAQUIM DE ABREU FILHO PREFEITO MUNICIPAL</div><div><div>Assinado de forma digital por JOAQUIM DE ABREU FILHO:24231991634 Dados: 2024.08.16 11:12:44 -03'00'</div></div></div></div>									

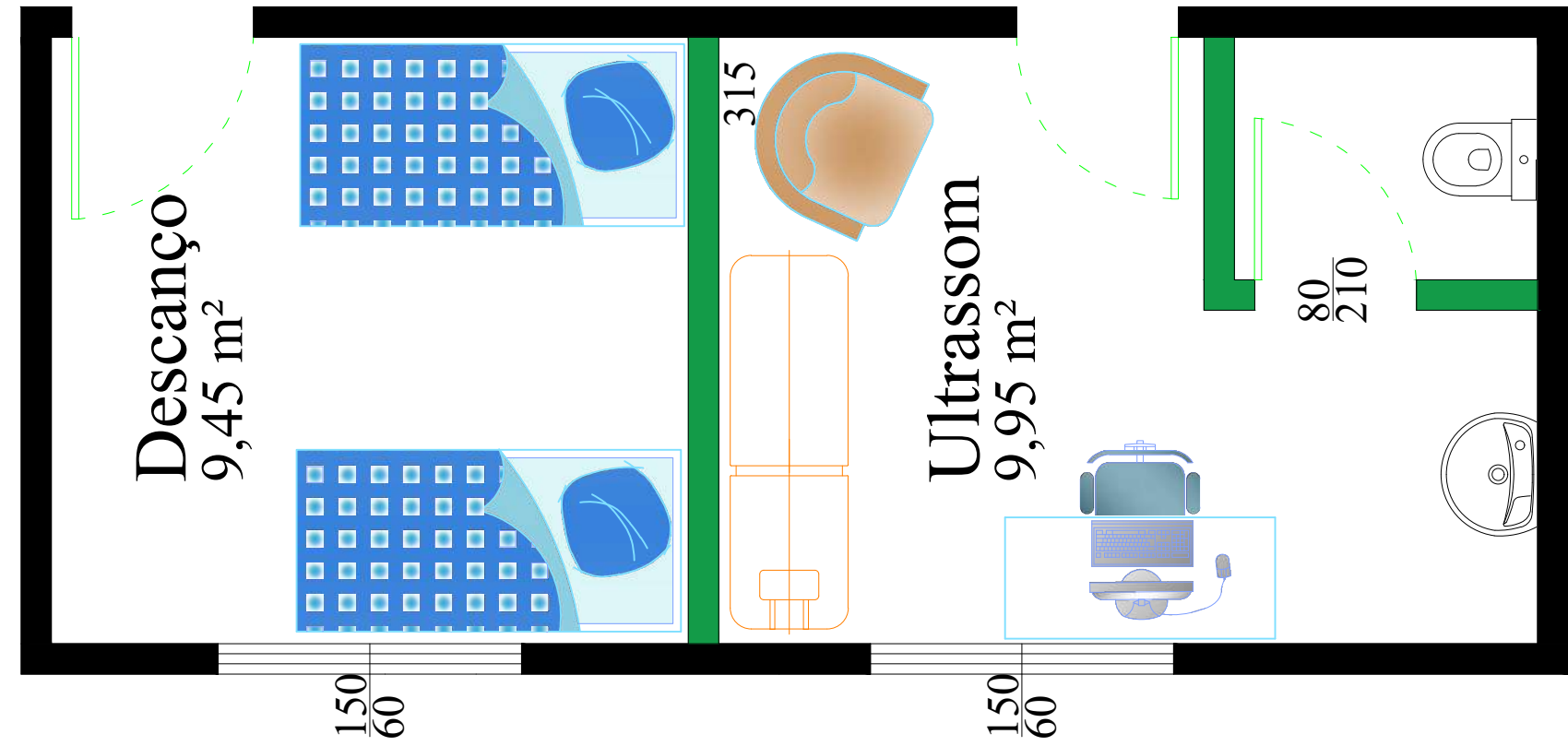


PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 100

RUA GABRIEL RODRIGUES

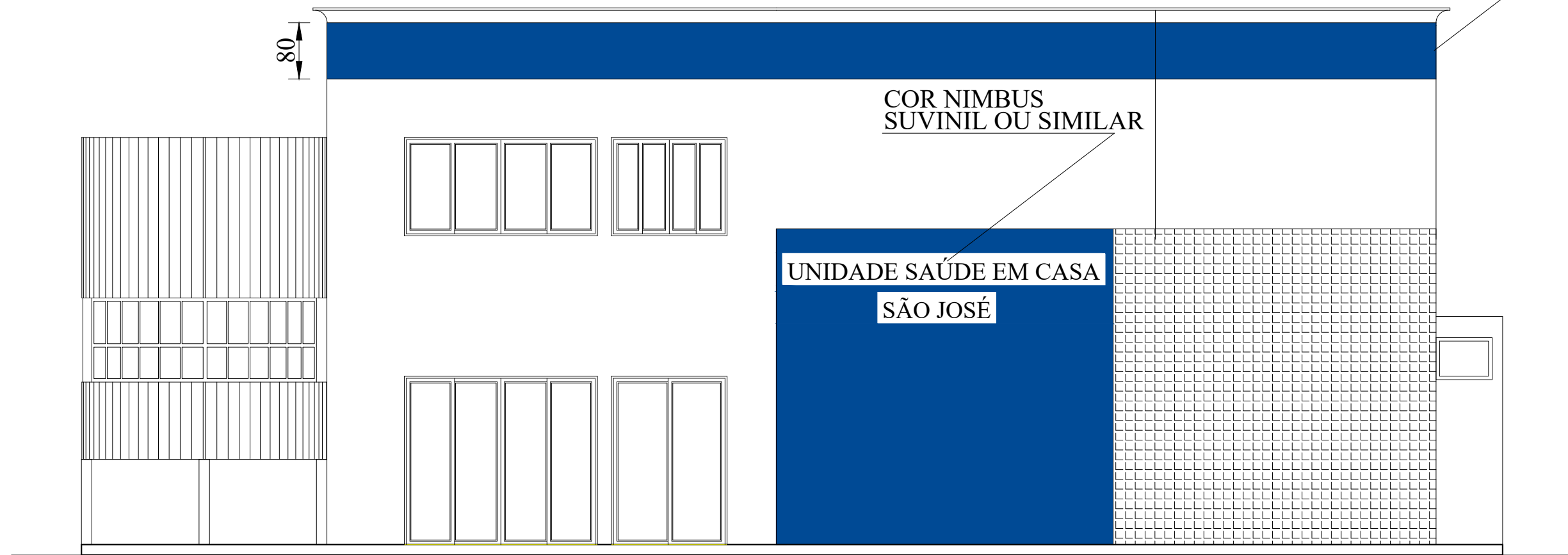
PISO EXTERNO A SER INSTALADO 300,00 m²  
ESCALA: 1/100

PISO INTERNO A SER SUBSTITUÍDO 222,90 m²  
ESCALA: 1/100



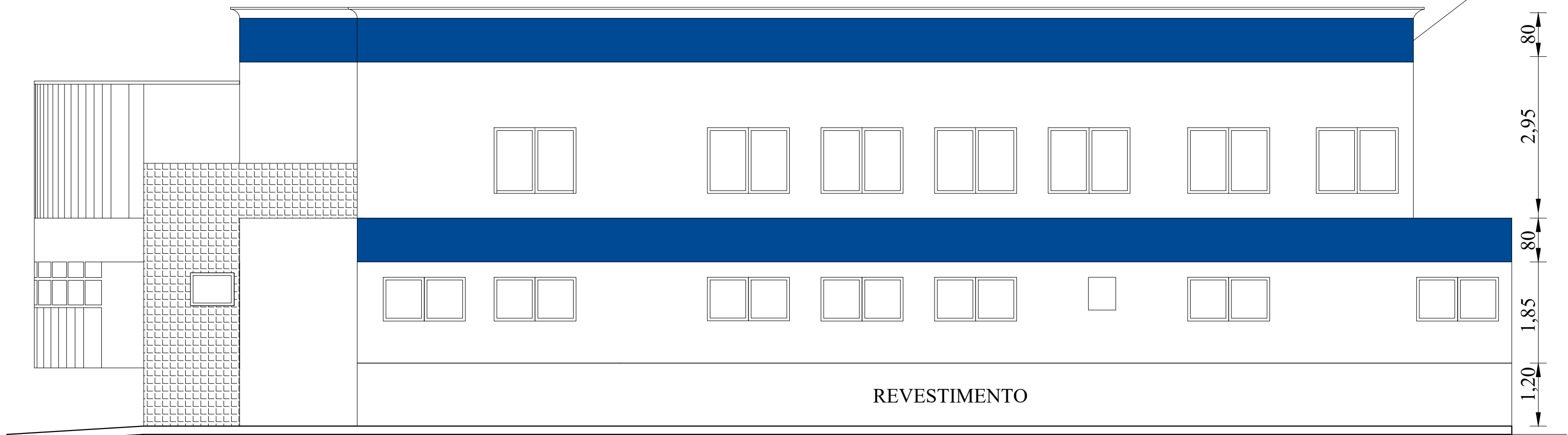
PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 50

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR



FACHADA FRONTAL  
ESCALA 1 : 100

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR



FACHADA LATERAL  
ESCALA 1 : 100

ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO DA UBS SÃO JOSÉ - TAPARUBA MG

A-1

Rua Gabriel Rodrigues, nº 11  
esquina com a Rua Leotério  
Correia da Silva.

Escalas: Indicadas  
Data: Julho/2024  
Áreas: Térreo: = 474,09 m²

TAPARUBA - MG  
Adm.: Joaquim de Abreu Filho

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Prefeitura Municipal de Taparuba  
CNPJ: 01.616.741/0001-64  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688  
CREA: 216.503/D





**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

**LOTE 03**





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **ANEXO III PROJETO BÁSICO**

**OBJETO: MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ REFERENTE A RESOLUÇÃO 7784**

**LOCALIZAÇÃO: RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 - CENTRO – TAPARUBA/MG.**

### **1. GENERALIDADES**

1.1. As presentes especificações técnicas têm por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento dos serviços relativos à MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO DA UBS SÃO JOSÉ, localizada no município de Taparuba, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato.

1.2. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos, as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos em anexo.

1.3. Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da CONTRATADA.

1.4. Serão impugnados pela Fiscalização todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

1.5. Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

### **2. OBJETO**

2.1. Projeto básico para contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação localizada na UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG.

2.2. Os serviços deverão ser contratados pela modalidade de preços unitários, conforme a planilha orçamentária e demais documentos presentes nesta Licitação, que prevê execução dos serviços necessários à implantação completa da manutenção e adaptação acima listado. A documentação a ser utilizada pelos Licitantes, para compor sua proposta de preços, para a construção das unidades licitadas, está descrita neste Termo de Projeto Básico e nos seguintes documentos:

- Planilha de Orçamentária;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Composição de custos;
- Composição do BDI adotado;

### **3. JUSTIFICATIVA**

3.1. À Prefeitura Municipal de Taparuba cumpre a missão de projetar, fiscalizar e executar as obras e/ou de infraestrutura e urbanização nas diversas regiões do Município. Considerando a necessidade de realizar melhorias de infraestrutura, faz a necessidade a manutenção e adaptação da UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues,





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

Centro, Taparuba/MG justifica-se a manutenção e adaptação dessa unidade pela necessidade pelo melhor atendimento na saúde, justificando-se a abertura de licitação objetivando seleção de proposta mais vantajosa para a futura contratação de serviços para executar esta manutenção e adaptação.

### **4. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 4.1. Os serviços contratados deverão ser iniciados em até 02 dias úteis, a partir da assinatura da ordem de serviço.
- 4.2. Os serviços contratados deverão ser concluídos conforme Cronograma Físico- Financeiro em até 90 dias (noventa) dias corridos a contar da data de assinatura da ordem de serviço.
- 4.3. O prazo de vigência do contrato iniciará a partir da data de publicação do contrato no diário oficial. Admite-se prorrogação caso ocorra algumas das hipóteses previstas no art. 105 da Lei Federal 14.133 /21

### **5. CRONOGRAMA**

- 5.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços seguindo o cronograma físico-financeiro que é parte integrante deste projeto básico.
- 5.2. Somente é possível alterar o cronograma físico-financeiro do contrato em casos excepcionais e sob autorização da CONTRATANTE.
- 5.3. Qualquer alteração do cronograma devido a fatos supervenientes ou imprevisíveis, deverão ser informados e justificados a parte fiscalizadora o mais breve possível, inclusive apresentando plano de ação para reestabelecimento dos prazos.

### **6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 6.1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA/MG ou CAU, que comprove atividade relacionada com o objeto;
  - a) No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
    - I. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.
    - II. Os tipos de serviços solicitados poderão constar em mais de uma CAT, devendo estas, pertencer ao mesmo RT indicado na Declaração de responsabilidade técnica.
    - III. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados no item II deverão pertencer ao quadro da licitante, entendendo-se como tal:
  - b) apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como CONTRATANTE; contrato social em que conste o profissional como sócio da empresa licitante; contrato de trabalho ou, ainda, de





# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

c) Declaração de Responsabilidade Técnica indicando o nome, CPF e número do registro no CREA ou CAU do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e responsável técnico indicado.

## **7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **7.1. Considerações Preliminares**

7.1.1. Os serviços referentes ao objeto do contrato deverão estar de acordo com o projeto básico fornecido pela Secretaria de Obras do Município de Taparuba/MG. Qualquer modificação deverá ser autorizada previamente pela FISCALIZAÇÃO, mediante avaliação das eventuais correções.

7.1.2. Todos os serviços deverão ser executados em consonância aos projetos, às prescrições contidas neste projeto básico, às normas técnicas da ABNT, aos decretos municipais, aos memoriais descritivos e demais documentos técnicos apresentados pela CONTRATANTE e outras regulamentações aplicáveis.

7.1.3. A CONTRATADA deverá adotar normas especiais ou suplementares de trabalho não previstas neste projeto básico, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as Especificações Técnicas, desde que seja mantida a equação econômico-financeira pactuada.

7.1.4. A CONTRATADA deverá obedecer a todas as leis, normas especiais ou suplementares de trabalho, bem como, aquelas que vierem a ser editados no prazo de vigência contratual.

7.1.5. As grandezas constantes deste manual são expressas em unidades legais e as convenções para sua indicação, assim como as abreviaturas, são consagradas pelo uso. Siglas e abreviaturas pouco usuais são explicitadas no decorrer do texto.

7.1.6. Fica reservado à CONTRATANTE o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e, porventura, omissos no projeto básico, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

7.1.7. Na existência de serviços não especificados, a CONTRATADA somente poderá executá-los após devida aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.1.8. A omissão de qualquer procedimento neste projeto básico ou nos projetos, memoriais ou planilhas não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

7.1.9. O orçamento deverá ser formulado pelo licitante levando em consideração todos os detalhamentos e indicações descritos em todos os documentos técnicos, sendo que a possível omissão destes em planilha orçamentária não exime a CONTRATADA da sua execução.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.1.10. No caso de divergência entre os projetos e demais documentos técnicos, terá prioridade o documento que apresentar maior detalhamento do serviço, sejam eles planilhas, memórias ou projetos.

7.1.11. Os serviços indicados no memorial descritivo deverão ser executados mesmo quando omissos em planilhas/projetos, uma vez que se referem à qualidade da execução. Conflitos entre este projeto básico e a Planilha Orçamentária ou Projetos deverão ser informados à FISCALIZAÇÃO do município de Taparuba para definição a respeito

7.1.12. Omissões da planilha orçamentária deverão ser informadas pelo licitante antes da data marcada para recebimento dos envelopes. Tendo em vista a grande especialidade das licitantes, pequenas omissões tidas como lógicas para execução dos serviços licitados serão entendidas como inclusas no preço, devendo a licitante absorver referidos custos.

7.1.13. As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas com autorização escrita, emitida pela FISCALIZAÇÃO e com a anuência dos autores dos projetos.

7.1.14. A CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE detalhamentos de projetos que facilitem a visualização dos serviços.

7.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE todas as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS dos materiais utilizados.

### **7.2 Definições básicas**

- I. PMT - Prefeitura Municipal de Taparuba ou CONTRATANTE;
- II. CONTRATADA - Empresa CONTRATADA pela PMT, para a execução das obras e/ou serviços.
- III. FISCALIZAÇÃO – Comissão ou Pessoa física ou jurídica, designada pela PMT para fiscalizar a execução das obras e serviços.
- IV. PROJETISTA – Responsável designado ou contratado pela PMT para a elaboração dos projetos.
- V. RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – Profissionais habilitados pelo CREA/CONFEA autores dos projetos de serviços e/ou obras ou responsáveis pela execução da obra ou serviço.

### **7.3 Relações entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO**

7.3.1. Os serviços serão fiscalizado por pessoal pertencente à PMT, ou empresa por ela indicada, que será doravante aqui designada FISCALIZAÇÃO.

7.3.2. A manutenção e adaptação será conduzida por pessoal pertencente à empresa VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO para execução dos serviços, que será doravante aqui designada CONTRATADA.

7.3.3. A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA deverá estar sempre a cargo de um engenheiro ou arquiteto, devidamente habilitado e registrado no CREA/CAU-MG.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.4. A CONTRATADA obriga-se a dar início aos serviços em até 2 dias úteis da data fixada na Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE, sob pena de incidir em multaprevista no Contrato.

7.3.5. Eventuais modificações nos elementos originais só poderão ser efetuadas com autorização formal e escrita da CONTRATANTE, e devidamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO quanto a sua exequibilidade técnico-financeira e as normas da ABNT. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após aprovação da FISCALIZAÇÃO responsável.

7.3.6. A CONTRATADA, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e/ou serviços, como também, comunicar qualquer fato que resultar em risco à segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade dos serviços.

7.3.7. Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das partes, a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE poderá autorizar, mediante justificativa, modificações de caráter urgente. Se as modificações resultarem em encargos financeiros, estas deverão ser precedidas de aditivo contratual.

7.3.8. Caberá a CONTRATADA todo o planejamento da execução das obras e/ou serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física integrante da proposta, obrigando-se a manter no local das obras e/ou serviços:

- I. Livro de Registro da FISCALIZAÇÃO, com folhas numeradas;
- II. Diário de Obras Físico ou online (de preferência); de livre acesso da FISCALIZAÇÃO que deverá ser alimentado diariamente pelo responsável pela execução dos serviços prestados;
- III. Registro de autorização (ordem de início dos serviços);
- IV. ART de Execução;

7.3.9. Todos os projetos em pranchas impressas em formatos originais para livre uso da FISCALIZAÇÃO quando necessário, em versão vigente.

7.3.10. Os documentos relacionados no item anterior constituirão o processo da obra e/ou serviços, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução, os mesmos deverão ser entregues à CONTRATANTE da seguinte forma: os itens A e B deverão ser disponibilizados em uma via original de cada final de período do cronograma ou em cada medição caso os dois não coincidam. Os demais itens deverão ser entregues antes do início dos serviços a serem prestados. Todos os documentos deverão conter assinatura, sobre carimbo, do Responsável Técnico.

7.3.11. No Livro de Registros da FISCALIZAÇÃO, mencionado na alínea "a", serão lançadas, pela CONTRATANTE, as solicitações e informações necessárias para conhecimento da CONTRATADA, a qual deverá responder utilizando-se do mesmo meio. Tudo que for lançado no livro pela FISCALIZAÇÃO será também apresentado à CONTRATADA, de forma oficial em papel timbrado, quando assim julgar necessário, devendo a CONTRATADA responder a todas as solicitações da mesma forma em papel timbrado assinado pelo responsável técnico.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.12. A CONTRATADA colocará na direção geral das obras e/ou serviços, na parte que lhe compete, profissional devidamente habilitado e registrado no CREA/MG, que será seu responsável juntamente com o RT declarado; na forma da legislação vigente.

7.3.13. A CONTRATADA manterá no local das obras e serviços, os técnicos e a mão de obra necessária à perfeita execução dos mesmos, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

7.3.14. A CONTRATADA responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

7.3.15. A CONTRATADA fornecerá e utilizará equipamentos adequados ao serviço prestado, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos mesmos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus. Inclusive equipamentos de proteção individual e coletiva de toda sua equipe ou terceiros contratados pela mesma quando assim autorizado, seguindo as normas de segurança do trabalho e da ABNT.

7.3.16. Os equipamentos, os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo à FISCALIZAÇÃO determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

7.3.17. A CONTRATADA se responsabiliza, desde a assinatura do contrato, por todo e qualquer serviço que resulte em danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência dos serviços executados.

7.3.18. A execução e operação das obras provisórias e definitivas, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

7.3.19. Cabe à CONTRATADA, desde o início e até o recebimento definitivo da obra a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras localizadas no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas.

7.3.20. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância dos serviços a serem prestados, provisórios ou definitivos, até a ocupação e recebimento definitivo das mesmas pelo CONTRATANTE.

7.3.21. Após a conclusão das obras e/ou serviços, a CONTRATADA deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, o escritório de obras, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de uso imediato.

7.3.22. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações, orientações e determinações obriga-se a atender pronta e irrestritamente inclusive de forma escrita quando solicitado. Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente da CONTRATANTE.

7.3.23. A FISCALIZAÇÃO poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra e também a qualidade da execução.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.3.24. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante o CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

7.3.25. A FISCALIZAÇÃO terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros

7.3.26. A FISCALIZAÇÃO, constatando inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, poderá exigir o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da CONTRATADA, bem como, de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS.

7.3.27. Compete à FISCALIZAÇÃO, em conjunto com as demais áreas da CONTRATANTE, resolver as dúvidas e as questões expostas pela CONTRATADA, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

7.3.28. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela FISCALIZAÇÃO ou pela própria CONTRATADA, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

7.3.29. A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da FISCALIZAÇÃO importará na aplicação das multas contratuais relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a CONTRATADA tenha dado causa, por ação ou omissão.

7.3.30. No prazo de observação das obras, a CONTRATADA deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela FISCALIZAÇÃO, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório

7.3.31. Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.32. CONTRATADA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

7.3.33. A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como aqueles necessários à inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

7.3.34. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

7.3.35. A CONTRATADA não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela PMNS, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra e do pessoal envolvido em sua execução.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### **7.4. Cabe à CONTRATADA:**

7.4.1. O fornecimento de todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo às orientações da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE e às normas técnicas vigentes;

7.4.2. Designar um preposto para acompanhar a execução do presente contrato;

7.4.3. Comunicar à CONTRATANTE as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto;

7.4.4. Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou PROJETISTAS da CONTRATANTE ou contratados por ela, e que por esta forem previamente credenciados.

7.4.5. Durante e após a vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter a CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que a CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações

### **7.5. Materiais fornecidos pela CONTRATADA**

7.5.1. Para os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser observadas as seguintes disposições:

#### **a) Especificações**

I. Todos os materiais a serem empregados na obra e nas diversas reposições e reparos deverão satisfazer às especificações da ABNT (aprovados, recomendados ou projetados) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela PMT.

II. Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.

III. Na composição de preços, o custo dos materiais fornecidos pela CONTRATADA é considerado **posto obra**.

#### **b) Inspeção**

I. Todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela CONTRATADA e deverá ser representativa do material a ser usado.

II. O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser retirado e substituído pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a PMT.

#### **c) Marcas e patentes**





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

I. A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se ou incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter previamente as permissões ou licenças de utilização.

### **d) Armazenamento**

I. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários à confecção do concreto, a CONTRATADA deverá obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT e, adicionalmente, às recomendações desta Especificação.

### **e) Serviços de terceiros**

I. São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da CONTRATADA. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a CONTRATADA, que se afigura como única responsável perante a PMT.

II. Os Serviços só poderão ser executados por terceiros quando previsto em edital seguindo todas as regras nele impostas.

III. É vedada a subcontratação de mão-de-obra isolada – não relacionada a um serviço específico da planilha orçamentária e dispensada após a sua conclusão.

IV. A listagem das empresas SUB-CONTRATADA's deverá ser formalmente apresentada à FISCALIZAÇÃO (com brevidade necessária para não acarretar atraso na obra), devendo as SUB-CONTRATADA's comprovarem a documentação de habilitação e qualificação técnica necessária aos serviços subcontratados junto a COMISSÃO DE LICITAÇÕES da PMT.

### **f) Preços**

I. Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados, e cobrirão todos os custos previstos na composição, detalhamentos, memoriais e regulamentação de preços e também todas as despesas indiretas e diretas prevista nos documentos técnicos disponibilizados como referência para este processo, incluindo BDI.

II. Os preços contratados, GLOBAL E UNITÁRIOS, estarão limitados superiormente pelo preço orçado pelo órgão, que figurarão como preços máximos. O licitante que apresentar em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido será desclassificado do certame.

III. A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos na regulamentação de preços



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

e especificações, conforme o regime de execução e bases de referências adotados.

IV. As composições analíticas de custos unitários deverão ser apresentadas junto à proposta e deverão conter todas as composições de formação dos preços presentes no orçamento proposto, sendo que além das bases e códigos de referência, deverá ser mencionado também a itemização conforme a planilha orçamentária. Poderá ser solicitado a qualquer momento da avaliação, as composições auxiliares para melhor avaliar as composições principais.

V. Para apresentação das composições de custos, deverá ser adotada planilha com todas as informações pertinentes ao serviço, como especificações, unidades, quantidades custo e preço com BDI, índices e quaisquer outras informações que otimize sua avaliação.

VI. Nas colunas de formação de preço com BDI e do valor total, as fórmulas deverão ser truncadas com 2 casas conforme padrão TCU.

VII. Juntamente à proposta impressa, a licitante, para fins de apreciação e avaliação do setor técnico de engenharia, deverá apresentar todos os arquivos das planilhas em formato Excel em um CD ou pen drive identificado com nome do licitante e o nº do respectivo processo licitatório. (Este item não substituirá a proposta formal impressa e não tem caráter desclassificatório).

### **g) Condições de aceitabilidade das composições de custos**

I. As composições de custo devem ser apresentadas na forma analítica contendo as composições de cada item da planilha orçamentária de forma a deixar claro os coeficientes e demais informações relativas a formação dos preços;

II. Não serão aceitas alterações ou exclusões de materiais ou índices de materiais em relação às composições de referência;

III. Havendo alterações no coeficiente de produtividade, a fiscalização poderá exigir justificação/comprovação de executabilidade dos mesmos, sob pena de desclassificação.

IV. Licitantes que apresentarem composições não condizentes com a base utilizada serão desclassificados;

V. Todas as composições de custo deverão demonstrar a mesma itemização e descrição dispostas na planilha orçamentária, além de mostrar o custo total do serviço e o preço com BDI;

VI. Para a aceitabilidade das composições, serão analisadas primeiramente todas as composições da curva "A" de serviços, ou seja, a porcentagem aproximada de 80% do orçamento. As demais composições serão avaliadas por amostragem;

VII. Os serviços considerados importantes pela equipe técnica que avaliará as propostas, que não estiverem dispostos nos itens relacionados anteriormente, serão avaliados posteriormente a estes;





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

VIII. No caso de o primeiro colocado ser desclassificado por erros ou equívocos não passíveis de correção, o segundo colocado será avaliado utilizando as mesmas diretrizes de avaliação do primeiro colocado e assim consecutivamente;

IX. As demais composições que não foram citadas, serão consideradas aceitas; porém, se ao longo da execução dos serviços, a FISCALIZAÇÃO encontrar erro nestas, as mesmas serão desconsideradas; passando a valer desde então, as composições originais apresentadas pela PMT no orçamento proposto do certame. Quanto ao preço, este não poderá ser modificado.

X. Os únicos erros passíveis de correção serão erros de digitações e/ou aritméticos e simplesmente de ordem, desde que esses, não alterem o valor do item e consequentemente o valor global da proposta.

### **h) Benefícios e Despesas Indiretas - BDI**

I. É a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os atributos e fretes incidentes. Salvo condições expressas ao contrário, remunera as despesas a seguir relacionadas: Despesas indiretas, estas formando os seguintes itens a seguir listados:

- Administração Central
- Seguros/Imprevistos
- Despesas Financeiras
- PIS (Programa de Integração Social)
- ISS (Imposto Sobre Serviço)
- COFINS
- Lucro

II. Será exigido de todos os licitantes na apresentação da proposta de preços o demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, conforme modelo abaixo.

III. Do licitante vencedor poderá ser exigido a Composição analítica detalhada do BDI apresentado na proposta.





## **8. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

### **8.1. Das condições**

8.1.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21 e legislações pertinentes com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência no interesse da administração pública.

8.1.2. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

8.1.3. Acréscimos de quantitativos de serviços para suprir omissões ou falhas na planilha de orçamento somente serão avaliados em casos excepcionais.

### **8.2. Da regulamentação de preço**

8.2.1. Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentária, serão observados os seguintes requisitos:

8.2.2. Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.

8.2.3. Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentária da obra, a inclusão dos itens deverá atender ao que segue:

8.2.4. Caso o SINAPI contemple o serviço e todos os seus insumos também sejam novos, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas, aplicando-se sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT. O desconto a ser considerado será o maior ofertado na categoria já existente na planilha orçamentária, na qual se enquadrar o novo insumo ou serviço.

8.2.5. Caso o SINAPI contemple o serviço e algum de seus insumos já esteja presente nas composições dos outros serviços apresentados pela CONTRATADA, o custo deste insumo será o mesmo apresentado na proposta vencedora, o qual também está condicionado ao limite máximo orçado pelo órgão. Os demais insumos receberão o mesmo tratamento recomendado na alínea "a)".

8.2.6. No caso da alínea "b)", quando nas composições apresentadas pela CONTRATADA seja observado a atribuição de dois ou mais preços para o mesmo insumo, prevalecerá o menor.

8.2.7. Caso o item não seja contemplado pelo SINAPI serão usadas como base para formação dos novos preços as composições de Planilhas reconhecidas, cujos custos dos insumos serão alimentados da forma apresentada a seguir, adotando a mesma ordem como escala de prioridade:

8.2.8. Utilizando aqueles apresentados na proposta vencedora;

8.2.9. Utilizando aqueles constantes da tabela de insumos do SINAPI aplicando o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da PMT;

8.2.10. Quando o item não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores o preço adotado será o menor dentre os obtidos em três cotações no mercado;



### **8.3. Regulamentação dos preços de serviços**

8.3.1. Nos preços cotados deverão estar inclusos materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e maquinário necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.

## **9. Atualização de valores contratuais**

### **9.1. Reajustes:**

9.1.1. O contrato poderá ser reajustado, após o prazo legal de 12 (doze) meses, com base no índice INCC (Índice Nacional de Custo na Construção) ou outro que venha substituí-lo.

9.1.2. O reajuste fica condicionado ao requerimento por parte da CONTRATADA.

9.1.3. O requerimento de reajuste realizado fora da data base, ou seja, após o transcurso de 12 (doze) meses, será devidamente analisado pela CONTRATANTE, entretanto, será observado o período de 12 (doze) meses anteriores a data do requerimento e será aplicado nas medições realizadas a partir da data do pedido.

9.1.4. É importante salientar que, em caso de atraso no cronograma exclusivamente gerado por imperícia, negligência, imprudência e/ou erro de planejamento da CONTRATADA, o reajuste só será aplicado às medições do saldo do cronograma inicialmente aprovado e não ao saldo do contrato.

## **10. Reequilíbrio econômico- financeiro do contrato:**

10.1. É assegurado o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, devendo a solicitação estar devidamente embasada na lei e com as justificativas cabíveis ao pleito.

10.1. A avaliação se dará por meio de planilhas de referências utilizadas no orçamento original proposto pelo CONTRATANTE na data do certame, sendo assim, a planilha original terá sua data base atualizada na data da solicitação, sendo a ela aplicado o mesmo desconto apresentado na planilha vencedora, e por fim, será avaliado o impacto global gerado na obra, referente aos serviços a serem executados posteriormente ao pedido.

10.2. Aos serviços já executados não caberá reequilíbrio.

10.3. Aos serviços não executados devido a atrasos de cronograma gerados por imperícia da CONTRATADA, não caberá o reequilíbrio.

10.4. Desta forma, para aprovação, deverá ser demonstrado o desequilíbrio com impacto comprovado no valor global dos serviços não executados. Só serão considerados como não executados os serviços que estiverem dentro do cronograma normal, os serviços atrasados serão desconsiderados.

10.5. O período de avaliação da solicitação de reequilíbrio não dá à CONTRATADA o direito de paralização da obra, assim, a obra deverá fluir normalmente enquanto as solicitações passam por avaliações técnicas e jurídicas.

10.6. Em caso de paralização ou diminuição do ritmo, não justificados, devido a esse processo, a CONTRATADA será notificada e poderá sofrer sanções administrativas.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

### 11. RESPONSABILIDADE LEGAL/FISCAL

11.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

11.2. As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

11.3. Toda a equipe de trabalho deverá estar vinculada à **CONTRATADA** pela CLT, não se admitindo trabalhadores em condições ilegais.

11.4. Toda a equipe de trabalho deverá estar equipada com ferramentas compatíveis com a tarefa além de fardamento, sapatos, capacete e outros utensílios de segurança quando necessário. Todos os funcionários deverão estar devidamente identificados.

11.5. Será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** a indenização de quaisquer acidentes de trabalho, resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

### 12. DAS PROPOSTAS

12.1. A PROPOSTA DE PREÇOS, a qual será apresentada em uma via, na língua portuguesa, datilografada ou impressa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa proponente, **com todas as páginas encadernadas, numeradas e rubricadas, contendo assinatura e carimbo do representante legal da licitante na última página**, devendo ser elaborada obrigatoriamente de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no projeto básico bem como especificações dos fabricantes, normas técnicas pertinentes e conter ainda as seguintes indicações:

12.2. A proposta deverá conter preço unitário e total fixo e irrevogável, em moeda corrente nacional, com todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, montagem, instalação incluindo teste e ativação dos equipamentos ofertados;

12.3. Os materiais necessários à instalação integral dos equipamentos a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante dos serviços de instalação.

12.4. Prazo de validade da proposta não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data da entrega das propostas;

12.5. Para as propostas que otimizem o seu prazo de validade, fica estabelecido que este prazo é o estipulado neste projeto básico;

12.6. Nos preços oferecidos deverão estar inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

junto ao CREA/MG, demais encargos cabíveis e outros; Nome, identidade, CPF, profissão e endereço do(s) representante legal da empresa que assinará o Contrato, na hipótese de vencedora do certame.

12.7. Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ou com preços manifestamente inexequíveis, podendo para tanto, exigir-se por ocasião da análise de preços, a demonstração da viabilidade dos mesmos, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado. Não se admitirá propostas que apresente preço global, unitários ou etapas maiores que o preço orçadas pela PMT.

12.8. A planilha da proposta deverá ser, em suas colunas de preço com BDI e preço total, truncada com 2 (dois) casas conforme padrão TCU.

12.9. Para facilitar a avaliação das propostas, sugere-se que o licitante apresente todas as planilhas conforme os modelos apresentados pela PMT, não sendo este, critério para desclassificação, apenas sugestão para facilitar a avaliação destas.

12.10. Cabe ao licitante a responsabilidade de conferir todas as fórmulas e somatórios das planilhas do orçamento proposto pela PMT. É necessário que o licitante insira nas suas próprias planilhas, as fórmulas de somatórios ou outras que não constarem nas planilhas modelo.

12.11. Junto a proposta deverá ser apresentado planilha das composições analíticas de custo de todos os serviços constantes nas planilhas orçamentárias, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro, a composição de BDI e ainda atestado de visita técnica ou declaração.

### **13. VISTORIA**

13.1. O licitante examinará as interferências por ventura existentes na área onde serão realizados os serviços, podendo visitar o local da obra, até o último dia útil da data anterior para a sessão inaugural do certame. Conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução dos mesmos. A realização da vistoria prévia no local é facultativa e será realizada através dos seus representantes técnicos devidamente habilitados.

13.2. Caso o licitante opte pela realização de visita técnica, esta deverá ser agendada junto ao setor de engenharia da Secretaria de Obras pelo telefone **(33) 33314- 8000** e realizada por profissional devidamente qualificado e credenciado pela empresa junto ao município.

13.3. A visita será acompanhada por engenheiro da Divisão da Secretaria de Obras, o qual, ao final emitirá o respectivo atestado de visita técnica.

13.4. Caso o licitante não julgue necessária a visita técnica, ele deverá mesmo assim, apresentar Declaração indicando que não realizou visita técnica, mas que assume responsabilidade sobre qualquer caso ocorrente posterior que poderia ser conhecido em tal visita.

13.5. O atestado de visita técnica e/ou declaração de não realização deverão ser apresentados juntamente com os documentos de habilitação.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

13.6. É importante salientar que a equipe técnica da CONTRATANTE orienta que seja realizada a vistoria do terreno, de forma a evitar possíveis transtornos futuros

### **14. OBRAS CIVIS**

#### **14.1. Disposições Gerais**

14.1.1. O suprimento de água, energia e telefone para todos os fins, bem como o afastamento e disposição final de águas residuais e metralhas serão de responsabilidade da CONTRATADA. O abastecimento de água ao canteiro será efetuado, obrigatoriamente, sem interrupção, mesmo que o CONSTRUTOR tenha que se valer de caminhão pipa.

14.1.2. A ligação de energia elétrica ao canteiro obedecerá, rigorosamente, as prescrições da concessionária local. Os ramais e sub-ramais internos serão executados com condutores isolados por camada termoplástica, corretamente dimensionada para atender as respectivas demandas dos pontos de utilização.

14.1.3. As emendas de fios e cabos serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fita isolante, não sendo admitidos fios desencapados. Todos os circuitos serão dotados de disjuntores termomagnéticos.

14.1.4. Cada máquina e equipamento receberão proteção individual, de acordo com respectiva potência por disjuntor termomagnético, fixado próximo ao local de operação.

#### **14.2. Limpeza e Retirada de Material**

14.2.1. Serão removidos todos os materiais imprestáveis e entulhos que se encontrem no terreno e na edificação, devendo permanecer caçamba ou área delimitada específica no canteiro de obra, sendo esta isolada das edificações e de fácil acesso para limpeza e retirada dos materiais. Toda a logística de tal material será de responsabilidade da CONTRATADA.

14.2.2. Em hipótese alguma o CONSTRUTOR poderá remover quaisquer materiais sem a autorização por escrito no livro de obras. Tal autorização só terá validade quando emitida pela FISCALIZAÇÃO.

14.2.3. Deverá ser prevista a limpeza e remoção dos entulhos de obra ao longo de todo o tempo de serviço, mantendo assim a obra limpa e segura conforme as recomendações em Norma (NR18).

14.2.4. Os tapumes de fechamento quando no caso de telhas metálicas ou qualquer outro material que não indique reaproveitamento, deverá ser executado com material novo e ser disponibilizado para a CONTRATANTE. Ao final de sua utilização, o material passará a ser de posse da PMT. Assim como demais materiais que forem remunerados por compra integral sem reaproveitamento.

### **15. RECEBIMENTO DA OBRA**

#### **15.1. Regras Gerais**





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

15.1.1. Cabe à CONTRATADA comunicar, por intermédio da FISCALIZAÇÃO, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme o contrato.

15.1.2. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

15.1.3. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

### **15.2. Recebimento Provisório**

15.2.1. O recebimento de obras e serviços deve ser feito pelo responsável pela sua FISCALIZAÇÃO e acompanhamento do contrato, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

15.2.2. O recebimento provisório é o que se efetua, em caráter experimental, relativamente à totalidade da obra ou serviço executado após realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

15.2.3. Imediatamente após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato ou após o registro da conclusão no Diário de Obras no caso de obras, a FISCALIZAÇÃO deve vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA todas as condições contratuais, observado que:

- a) Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório com marcação de data, comunicação à CONTRATADA, desde que não haja nenhum serviço a ser finalizado ou corrigido;
- b) Em caso de não conformidade, a FISCALIZAÇÃO deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

15.2.4. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

15.2.5. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, a FISCALIZAÇÃO junto a Comissão de Recebimento deve:

- a) Lavrar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução, remetendo-o ao órgão municipal de engenharia, que dará conhecimento ao setor responsável pela realização de compras e contratações;
- b) Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;
- c) Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento, com informações dos motivos de sua rejeição.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

15.2.6. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas, submetendo à nova verificação a etapa impugnada.

15.2.7. O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 3 (três) vias.

### **15.3. Recebimento Definitivo**

15.3.1. O Recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

15.3.2. Recebida definitivamente a obra ou serviço de engenharia, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste por 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Código Civil Brasileiro.

15.3.3. Caso tenham sido sanados os defeitos ou imperfeições observadas após 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a FISCALIZAÇÃO deve solicitar a aferição da Comissão de Recebimento Definitivo.

### **16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

16.1. Serão utilizados os critérios de medição do SINAPI para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam ocorrer durante as medições dos serviços.

16.2. Os itens constantes da Administração Local e/ou manutenção do Canteiro serão medidos em percentual equivalente ao total de serviços efetivamente executados no período, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União em seu acórdão Nº 3.103/2010 – Plenário.

16.3. As verbas direcionadas aos custos de administração local (engenheiro e encarregado) assim como locação de andaimes, estão de acordo com a previsão executiva dos serviços, em caso de atraso executivo não sendo admitidos acréscimos de verbas destinadas a tais itens.

16.4. A medição de serviços e obras será baseada em relatórios periódicos elaborados pela CONTRATADA, onde estão registrados os levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e determinação das quantidades dos serviços efetivamente executados.

16.5. A discriminação e quantificação dos serviços e obras considerados na medição deverão respeitar rigorosamente as planilhas.

16.6. Os limites mínimos para pagamentos dos serviços será conforme a previsão apresentada, entre outros elementos, no cronograma de desembolso por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros e aceite dos serviços por meio de planilhas de medição aprovadas pelo fiscal da obra e ainda, mediante liberação dos recursos e competente ordem de pagamento por parte do contrato de repasse adotando sistemática imposta pelo agente repassador de recurso para tanto (quando for o caso).

16.7. Não serão aceitas medições inferiores ao cronograma e/ou medições que possam configurar jogo de planilha/cronograma, podendo sofrer as devidas sanções administrativas.

16.8. Cabe à FISCALIZAÇÃO julgar necessária o pagamento de parcelas inferiores ao pré-definido devido a



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

peculiaridades da obra, sendo que as mesmas deverão ser justificadas.

16.9. Em caso de atraso no cronograma, desde que atendido ao item 7, os serviços deverão ser replanejados pela CONTRATADA, de forma a corrigi-lo no mês subsequente.

16.10. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO e comissão de recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto e as modificações expressas e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE em quesitos de quantidades, qualidades e quaisquer outros necessários.

16.11. **Não será considerado nas medições insumos e materiais simplesmente por estarem disponíveis na obra**, somente será medido serviços devidamente executados e aprovados.

16.12. Medições de serviços elétricos, hidráulicos e demais serão pagos em sua totalidade somente após testados todos os elementos, sendo a última parcela referente ao mínimo de 20% condicionada aos testes realizados na entrega da obra, ou seja, última medição.

16.13. A aferição da qualidade dos serviços executados será realizada pela FISCALIZAÇÃO, acompanhada da Comissão de Recebimento. Para aprovação e pagamento de qualquer medição, será necessário a aprovação de todas as partes quanto a quantidades, qualidade e demais peculiaridades de serviço.

16.14. Serviços não serão medidos sem serem finalizados em etapas completas, nos caso de exemplos como: reboco e qualquer outro revestimento em meia parede se este estiver definido para parede inteira; revestimento de piso sem rodapé e/ou rejuntamento; acabamentos mal executados como reboco com emendas visíveis ou mal acabados, revestimentos com defeitos, mal instalados, com avarias ou sem acabamento em meia esquadrias e demais vícios de execução e ou aparelhos com acabamentos que não atendem aos memoriais ou com defeitos, sem sua devida correção ou troca.

## 17. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E NORMAS

17.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos deverão ser comunicados previamente a FISCALIZAÇÃO e não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar ou executar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários sem autorização formal da FISCALIZAÇÃO. Considerar-se-á a CONTRATADA como competente para executar os serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas e equipamentos.

17.2. Os casos não abordados neste projeto básico serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

17.3. No caso de divergência de informações entre os desenhos de execução dos projetos e as especificações, prevalecerá primeiramente o contido nas especificações, seguido da planilha orçamentária e, por último, dos desenhos, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

17.4. Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras,





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

17.5. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

17.6. Os níveis de terreno para a terraplenagem deverão ser definidos junto aos projetistas da PMT.

17.7. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para o canteiro, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.

17.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT, devendo ser submetidos à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

17.9. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

17.10. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.

17.11. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para a CONTRATADA.

17.12. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

17.13. A CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO amostras dos materiais a serem empregados, e cada lote ou partida de material será confrontado com respectiva amostra previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO.

17.14. Nos casos de fundações ou serviços enterrados, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a escavação de até 10% dos itens executados para averiguar sua execução e qualidade. Os custos ficarão às expensas da CONTRATADA.

17.15. Depois de autenticadas pela FISCALIZAÇÃO e pela CONTRATADA, as amostras serão cuidadosamente conservadas no canteiro de obras, até o final dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

17.16. Caberá a CONTRATADA executar, na presença da FISCALIZAÇÃO, os testes de recebimento dos equipamentos especificados. Tais testes serão executados de acordo com as normas pertinentes.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

17.17. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

17.18. Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas.

17.19. A remoção de todo entulho gerado na obra para fora do canteiro e para local permitido pelo Governo Estadual e/ou Municipal será feita pela CONTRATADA.

17.20. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telégrafo ou telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do Município e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

17.21. No caso em que a CONTRATADA venha a, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando-as conforme seu estado original.

17.22. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, bem como, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção até sua definitiva aceitação.

17.23. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

17.24. A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao terreno da PMT.

17.25. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte do CONTRATANTE.

17.26. A CONTRATADA cuidará para que o transporte de cargas especiais seja feito sem causar danos ou interrupções nas vias públicas de acesso ao terreno da PMT. Serão escolhidos trajetos e veículos adequados e controladas as cargas, a fim de compatibilizar as solicitações com os meios de acesso disponíveis.

17.27. Se a CONTRATADA necessitar deslocar para o terreno da PMT qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos às vias públicas – pavimentos, pontes, viadutos, canalizações ou outras instalações, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas. Caso ocorra algum dano, a CONTRATADA será responsável por seu ressarcimento.



## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

17.28. Cumpra a CONTRATADA providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução da obra até o cumprimento integral do Contrato.

17.29. Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao preposto da CONTRATADA.

17.30. A equipe técnica da CONTRATADA responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução da obra.

17.31. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

17.32. Os representantes da FISCALIZAÇÃO, DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

17.33. Todas as atividades que ocorrerem fora do horário padrão de execução de serviços (entre 7h e 18h) deverão ser registradas no Diário de Obras.

17.34. A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- a) Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- b) For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato e de acordo com o projeto;
- c) Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato;
- d) Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes; e
- e) A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra.

17.35. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pela FISCALIZAÇÃO, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

17.36. Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida a CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

17.37. Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado.

17.38. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

17.39. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.

17.40. O impedimento ou a autorização de realização de processos de industrialização na obra, apontado pela FISCALIZAÇÃO, não acarretará acréscimos aos preços propostos, sejam decorrentes de transportes, carga e descarga, embalagem ou acondicionamento, tributos de qualquer natureza, aumento de mão de obra ou quaisquer outros.

17.41. Também não acarretarão quaisquer acréscimos aos preços propostos as exigências da FISCALIZAÇÃO relativas à instalação, colocação, emprego ou utilização de equipamentos de proteção individual, coletiva e ambiental e outros que julgar necessários, visto que já deverão estar previstos em seus preços unitários.

17.42. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão-de-obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção das obras, sejam eles definitivos ou temporários. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.

17.43. A CONTRATADA instalará nas obras contratadas, a suas expensas, placa indicando os responsáveis técnicos.

17.44. Também serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

17.45. Considera-se sempre que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do contrato que celebrar. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

17.46. O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a obra será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO.

17.47. As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, utilização de veículos, entre outros, que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central da CONTRATADA e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços.

17.48. De acordo com as condições do Edital, serão incorporadas nos preços dos serviços, além das despesas com fornecimento dos materiais e da mão-de-obra essenciais à execução dos serviços, todas as decorrentes do emprego, aplicação ou utilização de:

- Ferramentas manuais, elétricas ou não;
- Ferramentas de corte e/ou desbaste;





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- Andaimos;
- Escoramentos;
- Outros serviços auxiliares necessários e não individualizados como itens de custo próprio na Planilha Orçamentária.

17.49. Deverão ser incorporadas aos preços dos serviços, quaisquer que sejam, as perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, inclusive mão-de-obra.

17.50. Nas hipóteses de sinistro, abandono da obra, falência da CONTRATADA ou rescisão unilateral, os valores dos insumos que porventura já tenham sido adquiridos, por força de contrato anterior, devem ser suprimidos ou disponibilizados, no que couber, e pelos seus valores atuais, dos contratos posteriormente firmados para continuação da execução do objeto da licitação.

Taparuba/MG, 26 de junho de 2024

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

**TAPARUBA**

21 de Dezembro de 1995



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP (modelo)

### INTRODUÇÃO.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

O Centro de Saúde de Taparuba enfrenta atualmente uma série de problemas estruturais que comprometem a qualidade dos serviços prestados à população. É necessário instalar portas nas salas que ainda não possuem, para garantir segurança e privacidade e instalação de vidros fixos, reparos e manutenção que apresentam sinais de desgaste e deterioração.

Os sistemas elétrico e hidráulico do Centro de Saúde demandam reparos urgentes, com a substituição da caixa d'água e a correção de vazamentos nas lajes, além da correção de goteiras. Estas intervenções são essenciais para garantir um ambiente seguro e adequado, conforme as normas sanitárias vigentes, promovendo a saúde e o bem-estar da população atendida pelo Centro de Saúde de Taparuba.

A unidade também precisa de uma sala devidamente preparada para receber o aparelho de ultrassonografia e de uma sala de descanso noturno para os profissionais de saúde, visando melhorar as condições de trabalho e, consequentemente, a qualidade do atendimento prestado.

### 2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)



### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### 3.1. Identificação do Objeto

- Descrição: Manutenção e Adaptação da UBS São José
- Finalidade: Hospitalar

### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e

b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da contratação realizou-se o levantamento de mercado e identificou que o objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

### 5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Para elaboração da Planilha Orçamentária, foi utilizado sistema de custos e orçamentos disponibilizados pelo Governo Federal e Estadual além de pesquisas de mercado para estabelecer valores médios. O valor global estimado da contratação é de R\$ 47.824,63 (quarenta e sete mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos), incluindo todos os custos diretos e indiretos para prestação dos serviços de fornecimento e instalação, conforme cotações em anexo.

### 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO





**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

A solução como um todo, são essenciais para garantir um ambiente seguro e adequado, conforme as normas sanitárias vigentes, promovendo a saúde e o bem-estar da população atendida pelo Centro de Saúde de Taparuba.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O serviço a ser contratado, trata-se especificamente manutenção e adaptação da UBS São José. Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem para a Administração Pública no momento da fiscalização do contrato e pagamentos, pois trata-se de execução e instalação de um serviço técnico. Importante considerar ainda o princípio da economicidade.

## 8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

Os serviços de manutenção, conservação, reparação e adaptação do Centro de Saúde de Taparuba visam garantir a preservação e funcionalidade das instalações, promovendo um ambiente seguro e adequado tanto para pacientes quanto para profissionais de saúde. Com a execução dos serviços de manutenção, espera-se eliminar problemas como infiltrações e vazamentos, além de garantir o funcionamento adequado dos sistemas elétrico e hidráulico. A manutenção contínua das instalações previne o desgaste prematuro e a deterioração dos espaços físicos, assegurando a longevidade das infraestruturas.

No tocante à conservação, os serviços buscarão preservar as características originais do Centro de Saúde, incluindo a manutenção estética e funcional das fachadas, janelas, esquadrias e portas. A limpeza e a pintura interna e externa serão realizadas para proporcionar um ambiente mais agradável e saudável, o que contribui para a melhoria da experiência dos pacientes e das condições de trabalho dos profissionais de saúde. A conservação eficiente das instalações permite a utilização plena dos recursos físicos disponíveis, evitando interrupções nos serviços de saúde oferecidos à população.



Os serviços de reparação e adaptação serão fundamentais para corrigir defeitos e adaptar as instalações às normas vigentes, especialmente em relação à acessibilidade e segurança. A criação de salas adequadas para os equipamentos de ultrassonografia são algumas das adaptações previstas. Estas intervenções são essenciais para garantir que o Centro de Saúde de Taparuba esteja plenamente equipado para atender às necessidades da comunidade, proporcionando um atendimento de qualidade e promovendo a saúde pública de forma eficiente e segura.

## 9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

Por se tratar de uma manutenção, não se vislumbra nenhuma necessidade de providências prévias ao contrato, exceto, a orientação ao(s) gestor(es) e fiscal(is) do instrumento contratual, no que tange as suas responsabilidades.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se caracteriza contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

A execução dos serviços decorrentes da contratação a ser realizada a partir deste ETP deverá levar em conta, além das normas técnicas pertinentes, os critérios de sustentabilidade, segurança, e preservação ambiental estabelecidos na legislação vigente

## 12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



**PREFEITURA  
DE TAPARUBA**  
CNPJ: 01.616.741/0001-64



**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

Os serviços/produto deverão atender aos requisitos presentes no Termo de Referência, edital ou nos itens que lhe forem competentes, tendo como obrigações principais seguir todas as exigências especificadas.

### 13. CONCLUSÃO

Com base nas informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, conclui-se pela necessidade e viabilidade da contratação do objeto descrito, respeitando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 15:18:57 -03'00'

Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D

**PODER EXECUTIVO**  
**TAPARUBA**



## Nota Técnica nº02/2022

A Resolução SES/MG Nº 7.784 de 21.10.2021 Instituiu o Projeto Estratégico Saúde em Rede como política pública no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais.

O § 3º do art. 5º prevê que :

§ 3º – As transferências intergovernamentais de que trata essa Resolução, transferidas como despesas correntes, **podem ser executadas conforme orçamento municipal, desde que no âmbito da Atenção Primária, independente da classificação da despesa,** vedada sua aplicação na construção ou na ampliação de área física de Unidades Básicas de Saúde.

Destacando parte do texto citado acima : **[...] independente da classificação da despesa, [...]** - este diz respeito a categoria econômica da despesa. Ou seja o recurso oriundo da referida resolução **pode ser utilizado tanto em despesa corrente como em despesa de capital.**

Pelo exposto, é possível com recursos oriundos da Resolução SES MG nº 7.784 de 21.10.2021, proceder a aquisição de equipamentos e material permanente considerando a integralidade do disposto no § 3º do art. 5º da Resolução.

Reiteramos que, para o uso correto desse recurso, os valores deverão estar contemplados e alinhados no orçamento municipal e a despesa/ação orçamentária deverá, cumulativamente:

- constar no Plano Municipal de Saúde;
- constar na PAS;
- ter ciência e aprovação do CMS;
- no caso de utilização em despesa de capital, que a dotação orçamentária ( elemento de despesa 44.90-52 ) deve estar numa ação orçamentária ( atividade)


que começa com 2 – 4 ou 6 dependendo de qual critério o município utiliza no orçamento, para estar **caracterizado a manutenção e da atividade**; Daí a observância ao orçamento municipal, conforme disposto no § 3º do art. 5º da Resolução.

- estar coerente entre o instrumento de planejamento e o de prestação de contas por meio do Relatório Anual de Gestão a ser apreciado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde é muito importante.
- dar publicidade e transparência dos gastos realizados no âmbito da atenção básica no município.

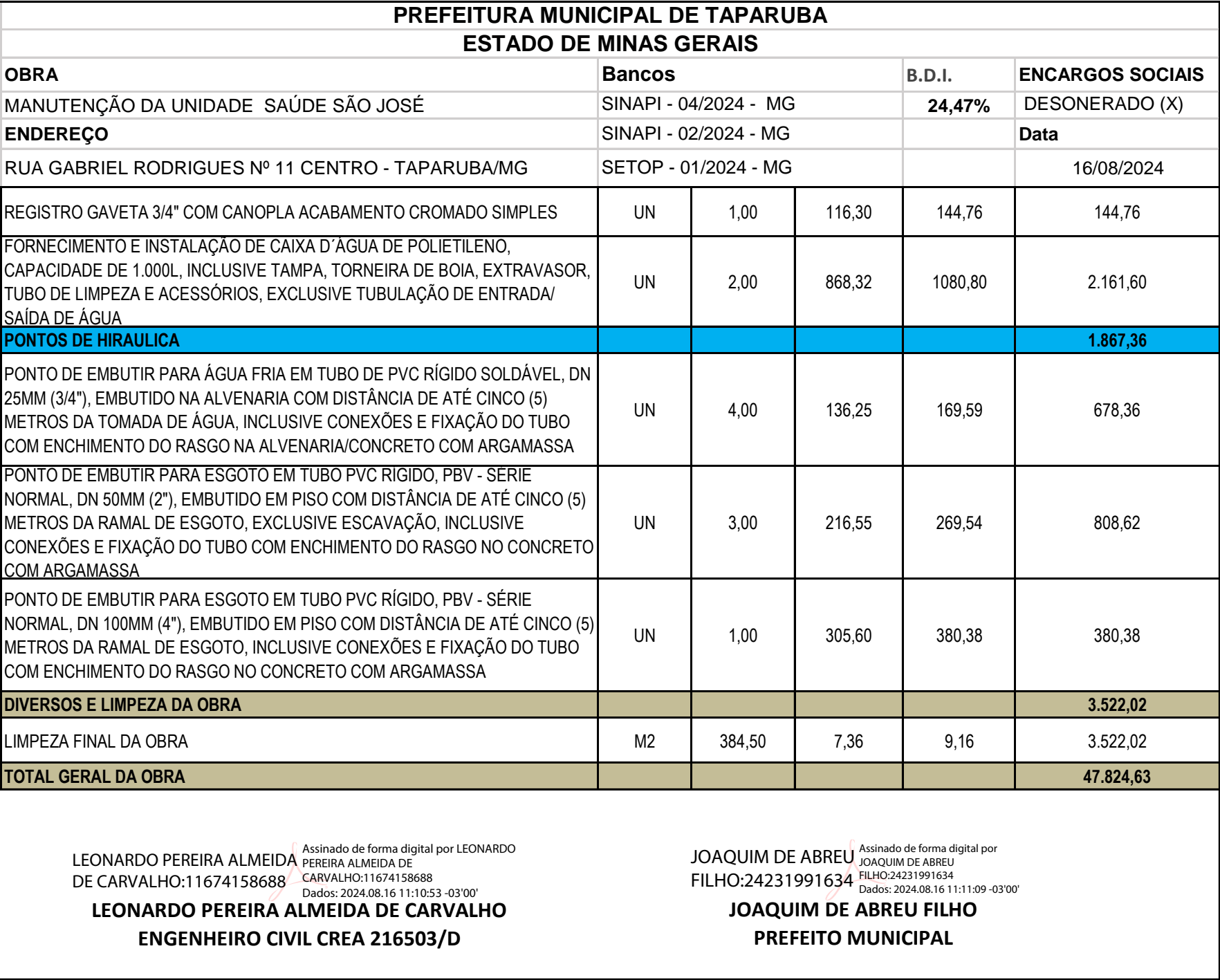
É o que cumpre informar.

Belo Horizonte, 17 de março de 2022.

Assessoria Técnico/Jurídico/Contábil do COSEMS/MG.

			PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA					
			ESTADO DE MINAS GERAIS					
			OBRA	Bancos			B.D.I.	ENCARGOS SOCIAIS
			MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ	SINAPI - 04/2024 - MG			24,47%	DESONERADO (X)
			ENDEREÇO	SINAPI - 02/2024 - MG				Data
			RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG	SETOP - 01/2024 - MG				16/08/2024
REFERÊNCIA	Nº	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ UNIT. C/BDI	TOTAL ITEM
		1	PAREDE					16.452,25
SINAPI 04 2024	87269	1.2	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA COMERCIAL, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2 (COZINHA)	M2	40,00	59,51	74,07	2.962,80
SINAPI 04 2024	88485	1.3	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO (ÁREA EXTERNA)	M2	800,00	4,05	5,04	4.032,00
SINAPI-I	10527	1.4	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	14,00	20,00	24,89	348,46
SINAPI 04 2024	97064	1.5	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	7,00	169,56	211,05	1.477,35
SEINFRA MG 01 2024	ED-50667	1.6	CHAPIM EM CHAPA GALVANIZADA, COM PINGADEIRA, ESP. 0,65MM (GSG-24), COM DESENVOLVIMENTO DE 35CM, INCLUSIVE IÇAMENTO MANUAL VERTICAL	M	102,00	60,11	74,82	7.631,64
		2	TETO					4.704,95
SINAPI 04 2024	104639	2.1	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA ECONÔMICA, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS	M2	310,00	10,59	13,18	4.085,80
SINAPI 04 2024	96110	2.2	FORRO EM DRYWALL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	M2	7,00	71,06	88,45	619,15
		3	ESQUADRIAS					11.231,12
		3.1	VIDRO					6.394,64
MERCADO	COTAÇÃO	3.1.1	PORTA VIDRO TEMPERADO PELICULA JATEADA ESP. 8MM, INCLUSIVE FIXAÇÃO E VEDAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (80x210) (BANHEIRO DA SALA DE ULTRASSOM)	UN	1,00	877,41	1092,11	1.092,11
MERCADO	COTAÇÃO	3.1.2	PORTA VIDRO TEMPERADO PELICULA JATEADA ESP. 8MM, INCLUSIVE FIXAÇÃO E VEDAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (90x210) (SALA DE ULTRASSOM E DESCANSO)	UN	2,00	962,97	1198,61	2.397,22
COMPOSIÇÃO	CP - 017	3.1.3	INSTALAÇÃO DE VIDRO FIXO LISO TRANSPARENTE, EXCLUSIVE VIDRO, VEDAÇÃO COM GUARNIÇÃO/GAXETA DE BORRACHA NEOPRENE,CAIXILHO PERFIL	M2	15,50	18,96	23,60	365,80
MERCADO	COTAÇÃO	3.1.4	VIDRO FIXO 180X180 10MM, INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (SALA DE GINECOLOGIA)	UM	1,00	648,15	806,75	806,75
MERCADO	COTAÇÃO	3.1.5	VIDRO FIXO 2,00X0,96X0,08CM, INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO (RECEPÇÃO)	UN	1,00	1.392,11	1732,76	1.732,76
		3.2	PORTA VAI E VEM					4.836,48
MERCADO	COTAÇÃO	3.2.1	PORTA VAI E VEM EM ABS RÍGIDO 12MM 2 FOLHAS COR: BRANCA/ CINZA 115X210MM INCLUSO VISOR, VEDAÇÃO E PARA-CHOQUE EM ABS 6MM (SALA DE CUIDADOS BÁSICOS)	UN	1,00	3.885,66	4836,48	4.836,48
		4	INSTALAÇÕES ELETRICAS					1.009,96
		4.1	PONTOS ELÉTRICOS					1.009,96
SINAPI 02 2024	104473	4.1.1	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	PT	2,00	150,56	187,40	374,80
SINAPI 02 2024	104475	4.1.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T 10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	UN	4,00	127,57	158,79	635,16
		5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS					10.904,33
		5.1	LOUÇAS E APARELHOS SANITÁRIOS					3.482,61
MERCADO	COTAÇÃO	5.1.1	PIA DE ASSEPISSIA COM ACIONAMENTO POR JOELHO, INOX(PAP010) ALTURA 27CM X COMPRIMENTO 32.5CM X PROFUNDIDADE 30.5CM	UN	1,00	563,00	700,77	700,77
COMPOSIÇÃO	CP - 018	5.1.2	INSTALAÇÃO DE BANCADA EM GRANITO APOIADA EM CONSOLE DE METALON 20 X 30 MM	M2	5,00	33,16	41,27	206,35
SINAPI-I	377	5.1.3	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	1,00	38,40	47,80	47,80
SINAPI 04 2024	86872	5.1.4	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, 30L OU EQUIVALENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	754,96	939,70	939,70
SEINFRA MG 01 2024	ED-50282	5.1.5	LAVATORIO DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, TAMANHO MEDIO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE METAL COM ACABAMENTO CROMADO, SIFÃO DE METAL TIPO COPO COM ACABAMENTO CROMADO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE TORNEIRA E ENGATE FLEXÍVEL	UN	1,00	472,50	588,12	588,12
MERCADO	COTAÇÃO	5.1.6	KIT VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA E ACESSÓRIOS THEMA BRANCO INCEPA. Cod 49503	UN	1,00	803,30	999,87	999,87
		5.2	METAIS, ACESSÓRIOS E EQUIPAMENTOS					5.554,36
SINAPI-I	11758	5.2.1	PORTA SABONETE LIQUIDO	UN	15,00	39,44	49,09	736,35
SINAPI-I	37401	5.2.2	PORTA-TOALHA DE PAPEL	UN	15,00	41,06	51,11	766,65
SEINFRA MG 01 2024	ED-50330	5.2.3	TORNEIRA METÁLICA PARA LAVATÓRIO, ABERTURA 1/4 DE VOLTA, ACABAMENTO CROMADO, COM AREJADOR, APLICAÇÃO DE MESA ,INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL METÁLICO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	132,05	164,36	164,36
SEINFRA MG 01 2024	ED-50316	5.2.4	DUCHA HIGIÊNICA COM REGISTRO PARA CONTROLE DE FLUXO DE ÁGUA, DIÂMETRO 1/2" (20MM), INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	8,00	158,74	197,58	1.580,64







PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA

ESTADO DE MINAS GERAIS

OBRA

B.D.I.

ENCARGOS SOCIAIS

MANUTENÇÃO DA UNIDADE SAÚDE SÃO JOSÉ

23,32%

DESONERADO (X)

ENDEREÇO

Data

RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO - TAPARUBA/MG

16/08/2024

1 - IDENTIFICAÇÃO

PRAZO DA OBRA: 03 MESES

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR DOS SERVIÇOS	PESO %	SERVIÇOS A EXECUTAR					
				MÊS -01		MÊS 02		MÊS 03	
				SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %	SIMPL.%	ACUM. %
1	PAREDE	R\$16.452,25	34,40%	40,00	40,00	40,00	80,00	20,00	100,00
2	TETO	R\$4.704,95	9,84%	80,00	80,00	20,00	100,00		100,00
3	ESQUADRIAS	R\$11.231,12	23,48%	20,00	20,00	60,00	80,00	20,00	100,00
4	INSTALAÇÕES ELETRICAS	R\$1.009,96	2,11%	50,00	50,00	50,00	100,00		100,00
5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	R\$10.904,33	22,80%	30,00	30,00	40,00	70,00	30,00	100,00
6	DIVERSOS E LIMPEZA DA OBRA	R\$3.522,02	7,36%					100,00	100,00
TOTAL EM PERCENTUAL		R\$47.824,63	100,00%	34,22%	34,22%	39,99%	74,22%	25,78%	100,00%
TOTAL EM REAIS		R\$47.824,63		16.367,36		19.127,27		12.329,99	

Taparuba, 13 de agosto de 2024  
DATA

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:11:45 -03'00'

Responsável Técnico  
Leonardo Pereira Almeida de Carvalho - Eng. Civil - CREA/MG: 216.503/D

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	24,47%	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-017	COMPOSIÇÃO	INSTALAÇÃO DE VIDRO FIXO LISO TRANSPARENTE, EXCLUSIVE VIDRO, VEDAÇÃO COM GUARNIÇÃO/GAXETA DE BORRACHA	UN	1,0000000		21,11
ED-9199	SETOP	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5057471	21,98	11,12
ED-50367	SETOP	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5057471	19,76	9,99

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-018	COMPOSIÇÃO	INSTALAÇÃO DE BANCADA EM GRANITO APOIADA EM CONSOLE DE METALON 20 X 30 MM	UN	1,0000000		33,28
10554	SETOP	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,5000000	3,67	9,18
ED-50381	SETOP	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,5000000	3,75	9,38
MATED-12746	SETOP	TUBO EM METALON GALVANIZADO (FORMATO: RETANGULAR  SEÇÃO: 30X20MM ESPESSURA: 1,25MM MASSA LINEAR: 0,90KG/M)	m	1,7100000	8,61	14,72

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
CP-019	COMPOSIÇÃO	CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO, CAPACIDADE DE 1.000L, INCLUSIVE TAMPA, TORNEIRA DE BOIA, EXTRAVASOR, TUBO DE LIMPEZA E ACESSÓRIOS, EXCLUSIVE TUBULAÇÃO DE ENTRADA/SAÍDA DE ÁGUA	UN	1,0000000		868,32



**ESTADO DE MINAS GERAIS**

OBRA	BDI	ENCARGOS SOCIAIS
MANUTENÇÃO DA UNIDADE SÃO JOSÉ	<b>24,47%</b>	ONERADO ( ) DESONERADO (X)
ENDEREÇO		Data
RUA GABRIEL RODRIGUES Nº 11 CENTRO -TAPARUBA/MG		16/08/2024

Código	Banco	Descrição	Und	Consumo	Valor Unit	Total
ED-49848	SETOP	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 50 MM X 1 1/2"	UN	2,0000000	39,04	78,08
ED-50003	SETOP	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1.1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	UN	1,0000000	50,58	50,58
ED-50003	SETOP	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 50 MM (1.1/2"), INCLUSIVE CONEXÕES	UN	2,4600000	43,22	106,32
ED-50022	SETOP	TORNEIRA DE BOIA, TIPO ROSCÁVEL 1/2", EXCLUSIVE ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA	UN	1,0000000	73,59	73,59
ED-50303	SETOP	AJUDANTE DE BOMBEIRO/ENCANADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	2,9333333	19,36	56,79
ED-50363	SETOP	BOMBEIRO/ENCANADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	hora	2,9333333	23,61	69,26
MATED-11749	SETOP	RESERVATÓRIO D'ÁGUA (MATERIAL: POLIETILENO CAPACIDADE: 1.000L FORMA: CILÍNDRICA  PESO APROXIMADO: 17KG)	UN	1,0000000	433,696	433,7

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.16 11:20:35 -03'00'

**Leonardo Pereira Almeida de Carvalho**  
**Engenheiro Civil CREA-MG 216503/D**

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634

Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.16 11:20:51  
-03'00'

**Joaquim de Abreu Filho**  
**Prefeito Municipal**



## DEMONSTRATIVO DO BDI - SEM DESONERAÇÃO - OBRA DE EDIFICAÇÃO

BDI (CONFORME ACÓRDÃO Nº 2622/13 e LEI Nº 13.161 DE 31/08/15)								
DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIG. (1)	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS						INC (5)
		ISS (2)				DIFERENCIADO		
		2%	3%	4%	5%	MATERIAL (3)	SERVIÇO TERCEIRIZADO (4) (ISS=5%)	
CUSTO DIRETO	CD	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	3,42%	4,00%	CD
LUCRO BRUTO	L	7,50%	7,50%	7,50%	7,50%	4,94%	6,16%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO		2,27%	2,27%	2,27%	2,27%	1,29%	1,77%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	0,53%	0,80%	CD
RISCO(*)	R	1,27%	1,27%	1,27%	1,27%	0,76%	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	4,65%	5,15%	5,65%	6,15%	3,65%	6,15%	PV
ISS	ISS(2)	1,00%	1,50%	2,00%	2,50%	-	2,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	0,65%	PV
COFINS	-	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	PV
CPRB	INSS	-	-	-	-	-	-	PV
FÓRMULA DO BDI		$\frac{(1 + (AC + S + G + R)) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - (I + CPRB))}$						
BDI (NUMERADOR)		16,81%	16,81%	16,81%	16,81%	10,79%	13,22%	
BDI (DENOMINADOR)		95,35%	94,85%	94,35%	93,85%	96,35%	93,85%	
BDI		22,51%	23,16%	23,81%	24,47%	14,99%	20,64%	
OBSERVAÇÕES								
(1) SIGLA.								
(2) QUANTO AO ISS O TCU ORIENTA OBSERVAR A LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO. NO REFERIDO ACÓRDÃO O TCU PARTIU DA PREMISSA DE INCIDÊNCIA DO ISS EM 50% DO PREÇO DE VENDA, COM PERCENTUAIS DE 2%, 3%, 4% E 5%.								
(3) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO EM CASOS DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS. EX. ELEVADOR, ESCADAS ROLANTES, EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO ETC.								
(4) BDI DIFERENCIADO A SER APLICADO PARA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.								
(5) INCIDÊNCIA.								

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634

Assinado de forma digital por  
JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Dados: 2024.08.13 13:26:32 -03'00'

LEONARDO PEREIRA  
ALMEIDA DE  
CARVALHO:11674158688

Assinado de forma digital por  
LEONARDO PEREIRA ALMEIDA  
DE CARVALHO:11674158688  
Dados: 2024.08.13 13:26:58  
-03'00'



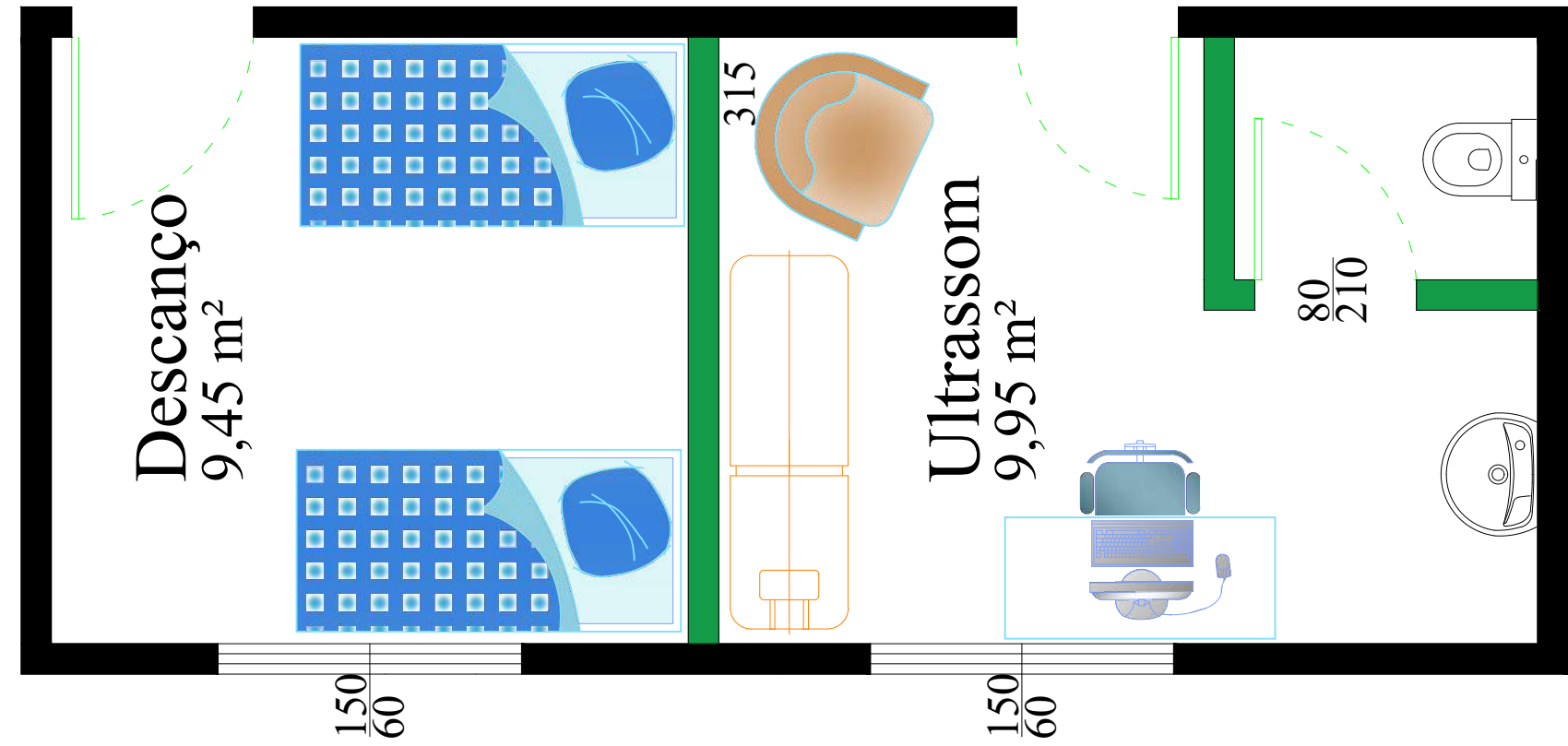
PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 100

RUA GABRIEL RODRIGUES

PISO EXTERNO A SER INSTALADO 300,00 m²  
ESCALA: 1/100

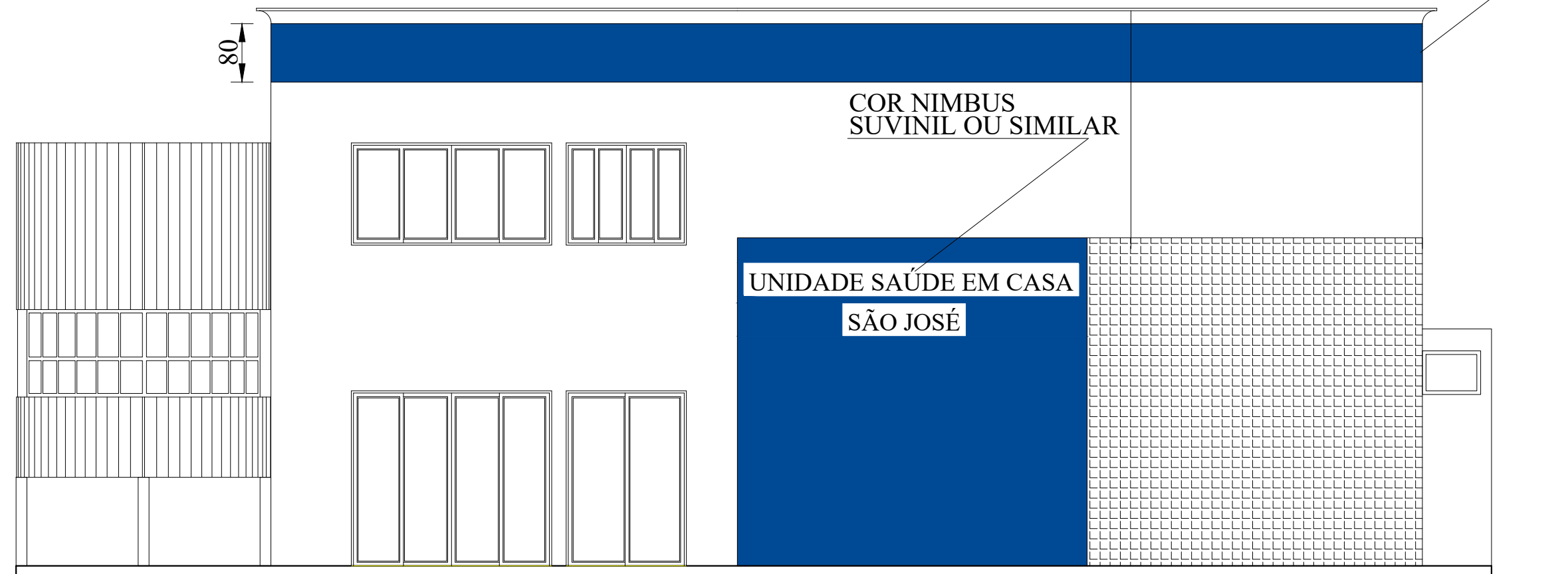
PISO INTERNO A SER SUBSTITUÍDO 222,90 m²  
ESCALA: 1/100

RUA LEOTÉRIO CORRÊA DA SILVA



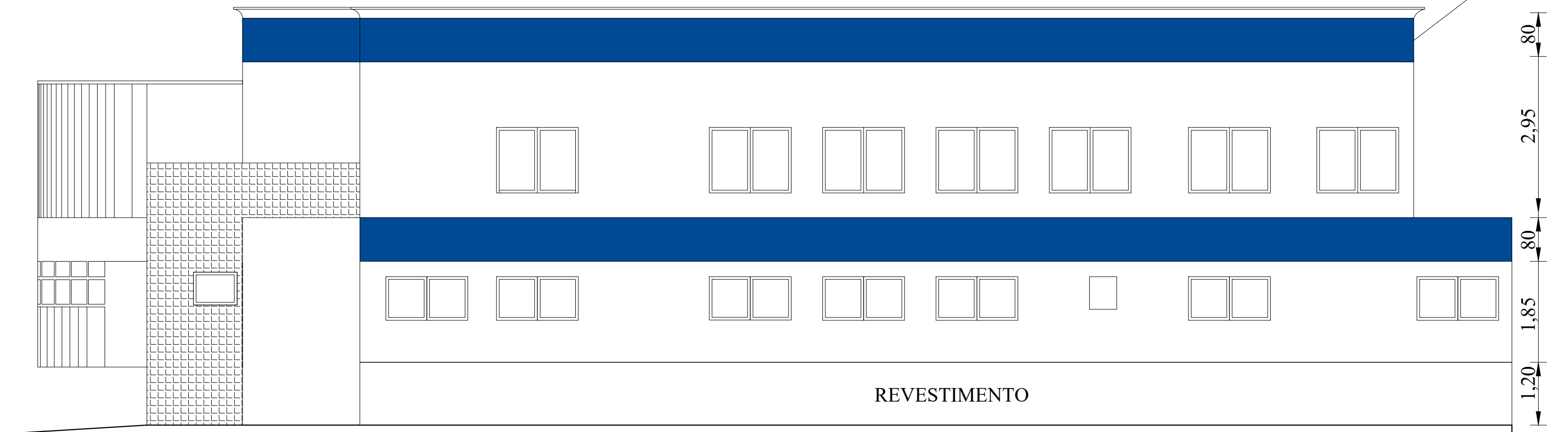
PLANTA BAIXA  
ESCALA 1 : 50

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR



FACHADA FRONTAL  
ESCALA 1 : 100

COR NIMBUS  
SUVINIL OU SIMILAR



FACHADA LATERAL  
ESCALA 1 : 100

REVESTIMENTO

#### ADEQUAÇÃO DO PAVIMENTO TÉRREO DA UBS SÃO JOSÉ - TAPARUBA MG

A-1

Rua Gabriel Rodrigues, nº 11  
esquina com a Rua Leotério  
Correia da Silva.

Escalas: Indicadas  
Data: Julho/2024  
Áreas: Térreo: = 474,09 m²

TAPARUBA - MG  
Adm.: Joaquim de Abreu Filho

JOAQUIM DE ABREU  
FILHO:24231991634  
Prefeitura Municipal de Taparuba  
CNPJ: 01.616.741/0001-64  
Leonardo Pereira Almeida de Carvalho  
CREA: 216.503/D





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO MODELO DE TERMO DE CONTRATO Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 SERVIÇOS – LICITAÇÃO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA

PROCESSO Nº 064/2024

CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XX, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPARUBA DO ESTADO DE MINAS GERAIS COM ENDEREÇO À AVENIDA ARMINDA MEDEIROS, 430, CENTRO, TAPARUBA/MG, CEP 36953-000, INSCRITO NO CNPJ Nº 01.616.741/0001-64, A SEGUIR DENOMINADO MUNICÍPIO, POR INTERMÉDIO DE SEU PREFEITO MUNICIPAL JOAQUIM DE ABREU FILHO E

A Prefeitura Municipal de Taparuba do Estado de Minas Gerais, com sede na Avenida Arminda Medeiros, nº 430, bairro centro na cidade de Taparuba/MG, inscrito (a) no CNPJ sob o nº 01.616.741/0001-64, neste ato representado (a) pelo (a) Prefeito Municipal, Sr. Joaquim de Abreu Filho, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) .....*inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na....., em.....* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por.....* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Concorrência Eletrônico n. .../...,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Objeto da contratação, contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a manutenção e adaptação da UBS São José, na Rua Gabriel Rodrigues Nº 11, centro, no município de Taparuba/MG.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados



# **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é até o dia 31 de dezembro de 2024 na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do **Contratante**:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.





## **PREFEITURA DE TAPARUBA**

CNPJ: 01.616.741/0001-64

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, bem como do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.6. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.7. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) **Multa**, moratória de percentual variável de 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) a depender da gravidade do ato; (art.156, §3º, da Lei nº 14.133 de 2021).





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituído no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

III) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

IV) O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

V) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

VI) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

VII) Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária: 02.08.01.15.452.02.42.10.27 Natureza: 4.4.90.51.00 Recurso: 1.500.000 e 1.700.000  
Ficha: 488.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





## PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ipanema/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Taparuba, 09 de Janeiro de 2024.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

21 de Dezembro de 1995





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## ANEXO V PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 CONCORRÊNCIA Nº 003/2024 PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)

À

Comissão Permanente de Licitação  
Prefeitura Municipal de Taparuba/MG

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, em atendimento ao disposto na Concorrência em epígrafe, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar as obras objeto desta licitação, qual seja, a Contratação de empresa especializada em construção civil, com habilidade no ramo de engenharia civil, para a execução de obra de construção de pavimento intertravado em bloco intertravado, espessura 8cm, fck 35Mpa, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais e colchão de assentamento com espessura 6cm. Sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir e em conformidade com a Planilha Orçamentária de Custo, Cronograma Físico-Financeiro em anexo:

Lote	DESCRIÇÃO	COMPL. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR GLOBAL
01		Serviço	01	R\$
02		Serviço	01	R\$
03		Serviço	01	R\$

O preço global proposto para a execução da obra é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_). A presente proposta é válida pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Prazo para execução da obra: conforme cronograma físico financeiro.

Declaramos que nos preços propostos já estão neles incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, impostos, fretes, seguros, mão-de-obra, encargos sociais, testes, ferramentas e demais encargos, enfim todos os custos diretos e indiretos necessários para execução perfeita dos serviços discriminados nos projetos e memorial descritivo.

Declaramos expressamente a aceitação das condições do presente Edital, das disposições técnicas, da minuta contratual, bem como de sujeições às condições fixadas pela Prefeitura Municipal de Taparuba/MG.

Declaramos que temos conhecimento dos projetos, especificações e que as mesmas são satisfatórias e corretas para serem executadas dentro do prazo previsto.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Representante Legal



# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## ANEXO VI PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

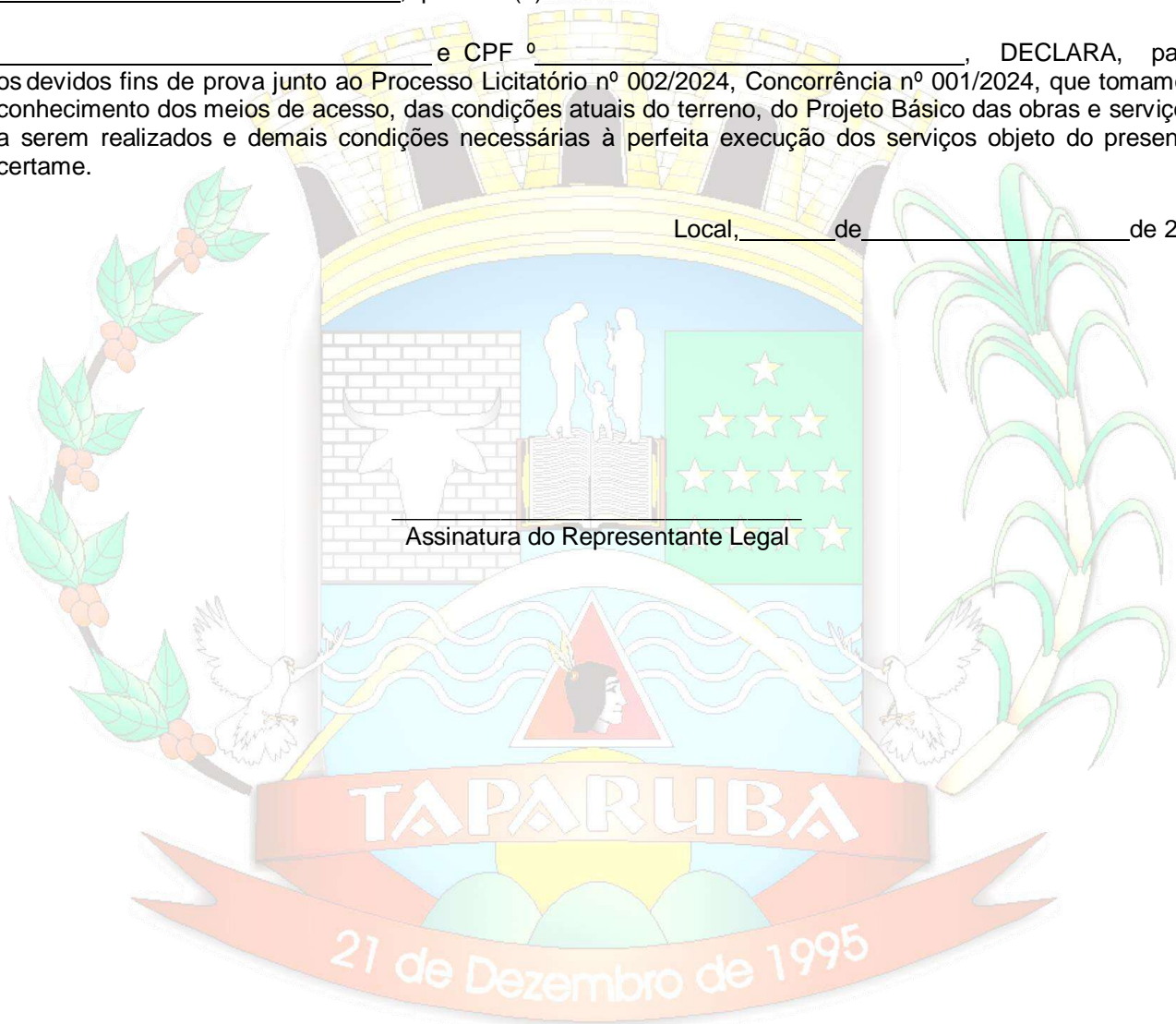
### **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DA OBRA** **(Modelo)**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ  
sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para  
os devidos fins de prova junto ao Processo Licitatório nº 002/2024, Concorrência nº 001/2024, que tomamos  
conhecimento dos meios de acesso, das condições atuais do terreno, do Projeto Básico das obras e serviços  
a serem realizados e demais condições necessárias à perfeita execução dos serviços objeto do presente  
certame.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Representante Legal





# PREFEITURA DE TAPARUBA

CNPJ: 01.616.741/0001-64

## ANEXO VII

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024

CONCORRÊNCIA Nº 003/2024

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES, RESPONSÁVEIS TÉCNICOS QUE SEJA FUNCIONÁRIO DA PREFEITURA (Modelo)**

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ  
sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_

e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para  
os devidos fins de prova junto ao Processo Licitatório nº 002/2024, Concorrência nº 001/2024, que inexistem  
sócio, responsável técnico ou integrante da equipe técnica da Licitante que seja funcionário da Prefeitura ou  
de suas Autarquias e Fundações.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

**TAPARUBA**

21 de Dezembro de 1995